

II.5.3 – MEIO ANTRÓPICO

Introdução

O diagnóstico das áreas de influência do meio antrópico do Gasoduto Cacimbas-Catu está orientado pelo termo de referência proposto pelo IBAMA e pela legislação ambiental pertinente. A Área de Influência Direta (AID) corresponde a 400 metros para cada lado do eixo central do traçado. A Área de Influência Indireta (AII), corresponde ao território de todos os municípios nos quais ocorreram assentamentos de dutos.

O traçado do Gasoduto Cacimbas-Catu atravessa 5 municípios no Estado do Espírito Santo e 46 municípios no Estado da Bahia, totalizando 51 municípios. No Espírito Santo, os municípios que estão localizados na AII desse estudo são: Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Pinheiros. No Estado da Bahia são: Mucuri, Nova Viçosa, Ibirapuã, Caravelas, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Prado, Itamaraju, Itabela, Porto Seguro, Eunápolis, Itagimirim, Itapebi, Belmonte, Mascote, Camacan, Arataca, Jussari, Itabuna, Governador Lomanto Júnior, Itajuípe, Ilhéus, Itapitanga, Aurelino Leal, Gongogi, Itagibá, Ipiauí, Ibirataia, Nova Ibiá, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Presidente Tancredo Neves, Valença, Laje, Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira, Nazaré, Maragogipe, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca. Uma das características básicas dos municípios da AII é a localização na região do litoral capixaba e baiano.

O município de Coaraci aparece como atravessado pelo Gasoduto Cacimbas-Catu nos mapas em anexo a este documento. De acordo com as informações cadastrais a faixa não atravessa este município. Esta diferença ocorre devida às escalas de apresentação do mapa municipal do IBGE. Contudo, considerando que o limite do município está a cerca de 300 a 400 metros da faixa, o município de Coaraci está inserido nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento e será apresentado no diagnóstico a seguir.

Inicialmente é apresentado o diagnóstico socioeconômico e, na sequência, o diagnóstico do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e o levantamento sobre Comunidades Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais.

Aspectos metodológicos

Para a realização deste diagnóstico foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) levantamento de dados secundários junto a agências e instituições oficiais de pesquisa e pesquisa bibliográfica. Esse procedimento possibilita um conhecimento estrutural da realidade socioeconômica que potencialmente estabelecerá ou receberá influências do futuro gasoduto em estudo;
- b) pesquisa de campo envolvendo entrevistas com moradores da AID e comunidades próximas ao traçado previsto do Empreendimento; entrevistas e coleta de dados nas prefeituras dos municípios da AII.

O objetivo da pesquisa de campo foi compreender os processos sociais mais dinâmicos e cotidianos e que não são revelados pelos dados secundários. Além disso a pesquisa de campo possibilita complementar, com informações de caráter qualitativo, os dados secundários. As entrevistas realizadas nas comunidades rurais ou peri-urbanas justificam-se independentemente da sua localização em relação à área de influência direta. As comunidades focalizadas estão ou em situação de necessária rota de passagem ou próximas do futuro traçado. Nesse sentido irão, necessariamente, estabelecer, algum grau de interação com as obras de construção do gasoduto.

Diagnóstico socioeconômico

II.5.3.1- Dinâmica populacional regional

A) Descrição histórica da ocupação humana e econômica

Para a descrição histórica dos processos socioeconômicos formadores dos 52 municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu optou-se por fazer uma descrição das regiões econômicas com as quais, atualmente, esses municípios estabelecem um conjunto de interações socioeconômicas. Nesse sentido, busca-se ressaltar os ciclos econômicos e suas transformações mais recentes. A historiografia de caráter pré-colonial e colonial, que permite compreender a importância dos recursos naturais para os processos de desenvolvimento regional é apresentada no item II.5.3.2 (Contexto etno-histórico).

Dos 52 municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, cinco (Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Pinheiros) localizam-se na Região Norte do Estado do Espírito Santo e quarenta e sete estão distribuídos em quatro regiões econômicas do Estado baiano. Os municípios de

Mucuri, Nova Viçosa, Ibirapuã, Caravelas, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Prado, Itamaraju, Itabela, Porto Seguro, Eunápolis, Itagimirim, Itapebi e Belmonte, estão localizadas na região do extremo sul baiano. Na Região do litoral sul estão localizados os municípios de Mascote, Camacan, Arataca, Jussari, Itabuna, Governador Lomanto Júnior, Itajuípe, Ilhéus, Coaraci, Itapitanga, Aurelino Leal, Gongogi, Itagibá, Ipiaú, Ibirataia, Nova Ibiá, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Presidente Tancredo Neves, e Valença. Na região do recôncavo sul, estão localizados os municípios de Laje, Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira, Nazaré, Maragogipe, São Félix, Cachoeira e Santo Amaro. Já na região do litoral norte baiano localizam-se os municípios de São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca.

Ressalta-se que a divisão regional aqui adotada apresenta uma pequena variação em relação a utilizada no item II.5.3.2 (Contexto etno-histórico). Enquanto no diagnóstico do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico são utilizadas quatro classificações regionais, aqui estão sendo utilizadas cinco classificações. Foi incluída a região do litoral norte porque, no atual contexto da economia baiana, essa região e, em particular aqueles municípios que fazem parte da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, apresenta funções socioeconômicas, significativamente distintas em relação a outros municípios e regiões econômicas da AII. São municípios que, pela sua localização e desenvolvimento econômico apresentam como principal característica, em relação aos demais municípios da AII, um grau significativo de industrialização com forte presença da indústria petroquímica. A variação entre as classificações regionais não implica em qualquer tipo de contradição entre as descrições, já que ambas são recursos heurísticos utilizados com vistas a descrição de uma mesma realidade socioeconômica.

Os municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, independente das sub-regionalizações, apresentam, como característica geo-econômica comum, a sua localização na região litorânea de parte do sudeste e nordeste do país. O acesso por vias fluviais é um dos principais fatores que explicam a formação regional, assim como a formação de alguns dos municípios da AII. Daí a razão pela qual muitas dessas cidades formaram-se ao longo da costa (Linhares e Conceição da Barra no Espírito Santo), Porto Seguro e Ilhéus na Bahia, por exemplo), à margem de baías (Valença e Maragogipe na Bahia, por exemplo) e ao longo de rios (Cachoeira e São Félix na Bahia, por exemplo). Abstraindo-se os interesses da metrópole portuguesa, esse é um dos principais fatores naturais que, no Brasil colônia, explicam o processo de formação regional da AII.

Norte do Espírito Santo

O Espírito Santo é composto por 78 municípios distribuídos em uma área total de 46.077,519km². Em 2000, a população residente no Estado era de 3.097.232 habitantes (IBGE, 2000). Considerando-se os

dados relativos às cotas de participação no ICMS de 2004, a região metropolitana do Estado (grande Vitória) concentra 47,98% da geração de ICMS (IPES, 2004). Portanto, na atualidade, essa região, que conta com indústria do setor de mineração, cimento, portos de importância nacional e uma gama de serviços especializados, é o principal pólo econômico do Estado. Mas, ao contrário do que ocorre no Estado baiano, essa função nuclear da região metropolitana é estruturada somente a partir do século XX.

No século XIX, a ocupação e formação econômica do Estado capixaba é fomentada pela produção do café. A partir da segunda metade do século XIX, após a chegada de imigrantes europeus, a economia do café torna-se significativa expandindo-se do sul para o norte do Estado. No início da república, o café era responsável por 90% de receita do Estado capixaba. Essa riqueza produz um dos primeiros surtos desenvolvimentistas do Estado, ocorrendo investimentos em infra-estrutura de transporte (estrada de ferro) e urbana nas principais cidades. Linhares, um dos pólos produtores da cultura do café no Estado capixaba, ainda hoje representa um dos principais centros econômicos do café (www.dicas.com.br/Estados/histórico, 15/12/04).

Atualmente, para região norte do Estado capixaba e para os cinco municípios da AII (Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Pinheiros) o cultivo do café (esse em propriedades de menor porte) e do eucalipto para indústria da celulose, são os principais produtos da economia agrícola regional e local.

No setor da economia primária destacam-se também a pecuária de corte, a fruticultura tropical (mamão, abacaxi, banana, coco-da-baía, maracujá, laranja e limão), o cultivo de abóbora, feijão, macadâmia, mandioca de milho e a pecuária leiteira. As agroindústrias mais destacadas estão na produção de álcool e açúcar, palmito em conserva, leite e derivados, torrefação do café e fábricas de aguardente.

Conjuntamente com o setor agrícola e agro-industrial destaca-se a produção/extração de petróleo e gás nos município de Linhares, Jaguaré, São Mateus e Conceição da Barra.

Conforme informações do Sebrae estadual, levantadas junto a ANP (Agência Nacional de Petróleo), o setor petrolífero capixaba, em 2001, investiu US\$ 1,65 bilhões e previa, para os próximos cinco anos, investimentos na ordem de US\$ 1 bilhão. Este mesmo setor gerou R\$ 350 milhões em impostos e R\$ 45 milhões de royalties. O conjunto desses investimentos resultou em 560 empregos diretos e 1.800 indiretos na região.

O município de São Mateus funciona como núcleo aglutinador da lógica empresarial para a agricultura do Norte capixaba, inter-cambiando fluxos de mercadorias e renda e possíveis interesses socioeconômicos em relação à Vitória ou mesmo a regiões do sul do Estado da Bahia. A pesca é uma das principais atividades da área litorânea, em conjunto com a exploração turística e serviços voltados para o setor de lazer, incrementando, assim, o setor terciário local. Nessas condições, a preservação ambiental e dos sítios paisagísticos e ecológicos funciona como pressuposto para a sustentação dessas funções econômicas.

O município de Linhares é pólo para microrregião de mesmo nome, porém estabelece interações socioeconômicas com a região metropolitana de Vitória, sendo inclusive um dos municípios constituintes da macro-região metropolitana capixaba.

Em síntese, dos cinco municípios capixabas da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, dois caracterizam-se como pólos regionais e três como cidades integrantes desses pólos. Na economia regional, com exceção dos municípios do litoral e dos produtores de petróleo e gás, prevalece a importância do setor primário como fonte de geração de renda e trabalho.

Regiões econômicas da Bahia

A estruturação da economia regional no Estado da Bahia, ao contrário do que ocorreu no Estado do Espírito Santo, está fortemente condicionada à evolução do núcleo metropolitano. É a partir dessa região, que hoje produz quase a metade do Produto Interno Bruto do Estado, que se estrutura a economia estadual.

A formação da região metropolitana de Salvador ocorre com a fundação da então capital do Estado da Bahia, em 1549. Inúmeras modificações importantes ocorreram até o fim do século XIX, decorrentes de lutas políticas internas marcadas pelo processo de independência de Portugal e o fim do tráfico negreiro. A partir desse momento, há um processo de urbanização e ampliação do espaço da cidade. Já no final do século XIX e início do século XX estava consolidada uma rede de cidades nessa região. Salvador, como metrópole, ocupava a primeira posição seguida por cidades localizadas no Recôncavo baiano (Cachoeira e São Félix), outras em áreas do litoral e, também, em regiões interioranas. (PORTO, 2003).

As primeiras industrializações, que começam a surgir ainda na fase do Segundo Império, têm a base têxtil como motriz principal combinada às áreas fabris e de transporte, este último em fase de

organização. Com o fim do chamado Segundo Império e até 1930, registram-se uma série de modificações econômicas e urbanas coincidentes com a revolução política que marca essa última data.

Entre 1955 e 1967, implanta-se o planejamento administrativo com orçamentos por programa, seguido pelo planejamento econômico no âmbito estadual e municipal. Esse momento é marcado pela industrialização embrionária do território metropolitano.

A Região metropolitana de Salvador (RMS) foi instituída pela Lei Complementar n.º 14 de 1973 e é composta pelos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. O dinamismo econômico da RMS resulta, principalmente, da industrialização que se iniciou nos anos 50 e se consolidou nas últimas décadas com a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), do Centro Industrial de Aratu (CIA), do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), com a química fina e a metalúrgica do cobre e, mais recentemente, com a implantação do pólo automotivo FORD S.A. e suas empresas associadas. Conforme o IBGE (2000), no período de 1970 e 1985 ocorreu uma melhora expressiva nos percentuais de participação da Bahia no Produto Interno Bruto Nacional. É nesse período que são implantadas indústrias na RMS. Entretanto, no intervalo 1985-2000, os dados demonstram uma diminuição dessa participação, passando de 5,24% para 4,38%. Essa diminuição parece resultar da descontinuidade e do quase esgotamento do modelo anterior. (SILVA, 2004)

Outra atividade em franca expansão na RMS é o turismo. A construção da Linha Verde (BA - 099), em 1996, permitiu o desenvolvimento turístico em Camaçari e a implantação do turismo náutico que propiciou uma nova configuração à Baía de Todos os Santos como atrativo turístico em Salvador e no Recôncavo Baiano.

Para compreender a diferenciação regional na Bahia, é preciso considerar que esta foi historicamente construída e marcada por desequilíbrios entre Salvador e as demais regiões do Estado. A partir da década de 60, essa diferenciação começa a se configurar como elemento importante e se acentua nas próximas décadas com a formação do moderno setor industrial. Nesse contexto, surgem as especializações regionais como na região do extremo sul com a silvicultura, celulose, pecuária e o turismo resultando da combinação de diferentes fatores de crescimento. O Estado da Bahia, portanto, cresce pelo seu centro econômico, ou seja, a região metropolitana de Salvador e pelos extremos de seu território (SEI, 2000).

Os dados apresentados na tabela 5.141 evidenciam que três das cinco regiões econômicas que nos interessam para o presente estudo, ocupam as primeiras posições em termos de PIB, superadas apenas

pela região metropolitana de Salvador e pela região Nordeste. Isso evidencia que existe um maior desenvolvimento econômico nessas regiões, quando comparado com o restante do Estado. Destacam-se aqui as regiões do extremo sul e litoral norte.

Tabela 5.141- Estimativa do Produto Municipal segundo as regiões econômicas da Bahia – 2000

Região Econômicas – Estado da Bahia	Produto Municipal (R\$ Milhões)	Classificação
Baixo-Médio São Francisco	1.355,49	10º
Chapada Diamantina	826,84	13º
Extremo Sul	2.439,92	5º
Irecê	632,69	14º
Litoral Norte	2.854,97	3º
Litoral Sul	2.280,68	6º
Médio São Francisco	549,95	15º
Metropolitana de Salvador	20.761,35	1º
Nordeste	2.958,39	2º
Oeste	1.720,85	8º
Paraguaçu	2.461,08	4º
Piemonte da Diamantina	1.083,83	12º
Recôncavo Sul	1.357,55	9º
Serra Geral	1.093,79	11º
Sudoeste	2.014,01	7º

Fonte: Site do SEI – www.sei.ba.gov.br (novembro 2004)

Um dos estímulos à região litorânea da Bahia foram os investimentos em papel e celulose e no turismo na região extremo sul. Esses dois fatores repercutiram em cidades como Teixeira de Freitas e Eunápolis, contribuindo para realçá-las como pólos regionais de centralidade econômica. Conforme Porto (2003), a região litorânea é formada por um conjunto de regiões contíguas com peculiaridades regionais, mas articuladas territorialmente. As cidades que se desenvolveram ao longo da BR-101 desempenham papéis comerciais complementares aos papéis das cidades que concentram equipamentos turísticos.

O turismo, setor responsável pelo aumento do incremento às atividades urbanas, concentrou-se ao longo da região litorânea com ênfase nas regiões de Salvador, litoral norte e em cidades como Porto Seguro, Ilhéus, Caravelas, Mucuri e Valença. A atividade turística recebeu forte estímulo com a abertura da BR-101. Com o crescimento do turismo e o estímulo ao crescimento de cidades históricas,

surgem os bipolos urbanos como Porto Seguro e Eunápolis, transformadas em cidades complementares e dependentes, assim como Itabuna e Ilhéus (PORTO, 2003).

Os dados sobre a evolução do PIB da economia baiana mostram que, entre 1960 e 2001, ocorre uma redução do setor primário e crescimento do setor industrial, com relativa estabilidade do setor terciário (IBGE, 2001). Por outro lado, o enorme contingente da população rural baiana, 32,9% do total do Estado contra 67,1% de população urbana e o fato de que uma parte significativa da população, considerada urbana pelas estatísticas oficiais, deveria ser considerada rural (já que predominam as atividades rurais) revelam a importância que o setor primário ainda ocupa na economia do Estado. Este é, por assim dizer, o macro-contexto que configura as relações inter-regionais da economia baiana.

A seguir apresentamos as cinco regiões econômicas da Bahia para que seja possível compreender o contexto socioeconômico em que estão inseridos os 47 municípios baianos definidos, neste estudo, como área de influência indireta do Gasoduto Cacimbas-Catu.

Região do extremo sul

Essa região é formada por 21 municípios e desses 14 estão na AII do Gasoduto Cacimbas-Catu: Mucuri, Nova Viçosa, Ibirapuã, Caravelas, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Prado, Itamaraju, Itabela, Porto Seguro, Eunápolis, Itagimirim, Itapebi e Belmonte.

Nas primeiras décadas do século XX, a região experimentou um alto índice de valorização das suas áreas com a cultura cacaueteira e outros gêneros. A partir da década de 50, ainda sob forte influência da economia ligada ao cacau, surge a exploração madeireira como um novo elemento de configuração espacial. A vinda de populações do litoral deu origem ao que hoje caracteriza a ocupação do Extremo Sul. De pequenos núcleos litorâneos passaram a fazendas e micro-povoados que se desenvolveram baseados em uma economia agrícola.

A urbanização dessa região foi causada, em grande parte, pela criação de estímulos ao reflorestamento já que se esgotavam as regiões de exploração de madeira, o que, conseqüentemente, diminuiu a empregabilidade no meio rural. Paralelamente ocorria nas áreas desmatadas a expansão de uma economia baseada na pecuária.

Um novo impacto para região ocorre no início da década de 70 com a construção da BR-101. Essa rodovia solidifica e acentua o processo de interiorização ampliando as ocupações e integrando a produção agrícola do extremo sul do Estado com o sudoeste. Há um substancial crescimento dessas

localidades que se tornam pólos de atração devido às possibilidades de oferta de trabalho. A década de 80, portanto, foi marcada pela consolidação de um quadro espacial, econômico e social que resultou nos atuais municípios que formam a região do extremo sul da Bahia.

O aparecimento da fruticultura introduziu mudanças nas relações de trabalho, surgindo uma nova categoria de trabalhadores chamados de “bóias-frias” e provenientes do meio urbano. A pecuária ocupa um espaço crescente na economia do extremo sul, sendo os seus níveis de crescimento significativos e os seus índices de perda menores do que as médias estaduais. Esta situação possibilitou altos rendimentos para seus proprietários e atraiu uma grande massa de trabalhadores, resultando em aumento das taxas de crescimento demográfico da região entre as décadas de 80 e 90.

Na década de 90, o extremo sul passa a experimentar uma forte expansão turística com a exploração dos fatores naturais e históricos da região. Migrantes, atraídos pelas atividades ligadas ao lazer, fazem eclodir pousadas, restaurantes e hotéis aumentando, dessa forma, a força do setor terciário. O município de Porto Seguro, ao se transformar em um pólo de importância turística nacional, teve papel fundamental nesse processo de expansão do setor turístico na região. Os sucessivos programas para o desenvolvimento do turismo estão baseados na visão de que este setor constitui-se em grande gerador de empregos e captador de divisas para a região. Por outro lado, existem discordâncias sobre os tipos de emprego gerados pelas atividades turísticas, muitas vezes marcados pela baixa remuneração e com períodos muito destacados de sazonalidade.

Região do litoral sul

A região do litoral sul é formada por 53 municípios, sendo que desses 22 estão na AII do Gasoduto Cacimbas-Catu: Mascote, Camacan, Arataca, Jussari, Itabuna, Governador Lomanto Júnior, Itajuípe, Ilhéus, Coaraci, Itapitanga, Aurelino Leal, Gongogi, Itagibá, Ipiaú, Ibirataia, Nova Ibiá, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Presidente Tancredo Neves e Valença.

A ocupação do litoral sul dá-se nos idos de 1553, iniciando com a exploração das margens de um curso d'água batizado, posteriormente, de Rio Cachoeira. O crescimento das áreas exploradas tornou inevitável a formação de aglomerados urbanos que se transformaram, mais tarde, em pequenos povoados. O cultivo do cacau, a partir do século XIX, foi fator determinante para o desenvolvimento da região.

É evidente que o surgimento de cidades como Itabuna e a sua expansão, estão inteiramente ligadas à própria expansão da cultura do cacau e sua intensificação a partir de meados da segunda metade do século XIX. A incorporação de grandes contingentes de mão-de-obra permite um vertiginoso crescimento da população no eixo Ilhéus-Itabuna, que varia de sete mil pessoas, em 1892 a 105 mil, em 1920. Uma média atual de quase 7%, enquanto o Estado, em seus conjuntos, apenas se aproxima de 2%¹.

A chegada da estrada de ferro em 1912 e a malha rodoviária construída pelo Instituto de Cacau da Bahia, na década de 30, fizeram o município de Itabuna tornar-se o ponto de convergência viária regional, o que muito contribuiu para o vertiginoso avanço de seu comércio. Pela sua posição foi-lhe possível absorver a produção das melhores terras cacaueiras sendo que muitas eram distritos de Ilhéus: Uruçuca, Itajuípe, Coaraci, Barro Preto, Itapitanga entre outras².

Atualmente, boa parte desses municípios tem como sustentação econômica a cultura cacaueira. É através do auxílio de organismos como a CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento para Lavoura Cacaueira) e investimentos de bancos públicos com programas específicos que se procura restabelecer uma nova realidade para a cultura do cacau. Alguns fatores fizeram com que a cultura do cacau entrasse em decadência na década de 80, a competitividade estabelecida com outros países terminou por criar um descompasso entre as técnicas e mecanismos de sustentabilidade do cacau e o ritmo de produção exigido internacionalmente. Com o problema da vassoura de bruxa, a realidade se agrava, havendo a necessidade de intervenções dos governos estadual e federal para que a lavoura cacaueira possa ainda permanecer como meio produtivo.

Região do recôncavo sul

Essa região é formada por 33 municípios e 9 desses estão na AII do Gasoduto Cacimbas Catu: Laje, Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira, Nazaré, Maragogipe, São Félix, Cachoeira e Santo Amaro

A ocupação inicial do recôncavo sul ocorre ainda no século XVI. Entre os anos de 1600 até 1700, surgem as vilas que redundaram nos municípios formadores da região como Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (atual Cachoeira), Santo Amaro de Nossa Senhora da Purificação (Santo Amaro) e São Bartolomeu de Maragogipe (atual Maragogipe) como exemplos mais destacados. Muitas dessas vilas surgem ao redor das grandes fazendas e engenhos açucareiros que durante anos irão

¹ Site Sócio-Estatística – www.socio-estatistica.com.br

² Cidades do Cacau – Comissão Executiva de Planejamento par Lavoura Cacaueira (CEPLAC), 1982 – Ilhéus -BA

alimentar os principais eixos econômicos locais. Entre os principais fatores responsáveis pela formação, expansão e consolidação dos núcleos urbanos do recôncavo sul destacam-se os meios de transportes utilizados no início da colonização (carros de boi, transporte flúvio-marítimo entre outros), as feiras livres e o transporte ferroviário.

O início desse processo de ocupação ocorreu próximo às margens do rio Paraguaçu e do rio Jaguaripe, principais vias de transporte marítimo para Salvador. Nesse contexto, desenvolveu-se a produção e transformação da cana-de-açúcar na região. Com a ocupação das terras mais interioranas e, na época, consideradas menos nobres, desenvolveram-se atividades agrícolas voltadas ao abastecimento das cidades que faziam parte do circuito da cana-de-açúcar da metrópole de Salvador. Conjuntamente com essas atividades surgem, sobretudo nas áreas de tabuleiros contíguos, a produção da cana-de-açúcar e o cultivo do fumo. A produção fumageira atraiu para a região grandes empresas de produção e comercialização de cigarrilhas e charutos. Exemplo disso são as fábricas de charutos Suerdick e Danemman.

A partir do final do século XIX alguns fatores imprimiram uma nova dinâmica ao processo de povoamento regional, resultando na atual configuração do seu espaço regional. Com a chegada do século XX, a região entra em decadência pois os insumos produtivos, que por anos sustentaram a economia regional, não encontram um espaço significativo no mercado macro-regional. Há uma sistemática mudança com a incorporação dos novos conceitos de economia com base em vetores de industrialização. Com isso, as matrizes de produção que tanto empregavam nas localidades, principalmente as grandes fábricas de fumo, entram em decadência, já que os setores industriais e sua produção passam a ocupar espaços próximos da capital. Esse processo termina potencializando o desenvolvimento econômico de outras localidades ligadas ao eixo metropolitano como as cidades de Salvador, Feira de Santana e Camaçari.

Região do litoral norte

Essa região é composta por 20 municípios e dentre esses 3 estão na AII do Gasoduto Cacimbas-Catu: São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca.

A ocupação do litoral norte da Bahia teve início na segunda metade do século XVI, quando os descendentes da família Garcia D'Ávila venderam parte de suas terras a Sigisfred Sigismundo Schindler, um prussiano naturalizado norte-americano, que chegou ao Brasil em fins do século XIX, mais precisamente no ano de 1879. Foi no litoral norte que começou a se desenvolver atividades

extrativistas de produtos naturais, tornando-se exportador desses produtos. Estudos sobre a região relatam que “as terras de Schindler foram vendidas no período entre 1900-1920, a uma companhia inglesa de borracha: a British and Brazilian Rubber Planters, e que posteriormente com o processo de falência decretada, entregou as terras litorâneas da Bahia ao Bank of London que viriam a ser adquiridas pela Construtora Norberto Odebrecht – CNO em 1949”.³

A década de 50 na região culmina com um processo de industrialização baseado na descoberta de petróleo. A abertura e operação de diversos poços de petróleo nessa região trouxeram impactos significativos de ordem social e para o meio ambiente. Entretanto, as atividades petrolíferas, apesar de terem impulsionado significativamente o crescimento econômico regional, não propiciaram, no mesmo ritmo, desenvolvimento social.

Já na década de 70, marcada pela crise do petróleo, modificam-se os rumos de produção, com maior ênfase para a celulose e carvão vegetal, produtos que até então possuíam excelentes valores comerciais no mercado externo. Da década de 70 até os dias atuais, a região passa a ser vista sob a ótica do turismo. Inicialmente o turismo era considerado fator secundário para o desenvolvimento da região. Posteriormente passou a ser visto como eixo de equilíbrio da balança comercial pois se reconheceu que este setor é significativo em termos de geração de receitas. Atualmente existe uma verdadeira “indústria turística” que investe em empreendimentos de grande porte como, por exemplo, o Complexo Costa do Sauípe.

As atividades de agricultura familiar, assim como a pesca e a mariscagem nos municípios do litoral, e o artesanato são atividades importantes para geração de emprego e renda na região do litoral norte.

B) Dinâmica demográfica

A população residente em 2000 (IBGE, 2004), nos 52 municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, correspondia a 1.989.169 habitantes assim distribuídos: 272. 852 nos cinco municípios localizados no Espírito Santo, equivalendo a 10,5% da população total do Estado e 1.716,322 nos municípios localizados na Bahia, equivalendo a 13,1% da população estadual.

Somente cinco municípios têm mais de 100 mil habitantes: Ilhéus, Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, localizados na Bahia e Linhares no Espírito Santo, totalizando 789.370 habitantes, o que

³ MATTEDI, Raquel Mattoso. Diagnóstico Socioambiental da APA Litoral Norte, 1999, Salvador – Bahia.

corresponde a 37,6% da população total dos municípios da AII. São 42 os municípios com menos de 50 mil habitantes, dos quais oito têm menos de 10 mil habitantes, e cinco municípios têm entre 50 mil e 100 mil habitantes. Entre os oito municípios com menos de 10 mil habitantes, seis apresentaram taxas de crescimento geométrico médio anual negativas para os períodos 1991-2000 e 2000-2004 (Arataca, Governador Lomanto Júnior, Jussari, Nova Ibiá, Ibirapuã, Itagimirim).

Os municípios localizados no Espírito Santo apresentam densidade demográfica inferior a do Estado (67,2 hab/km²). A densidade demográfica de 11 municípios baianos (Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Ibirapuã, Itagimirim, Itapebi, Mucuri, Prado, Itagiba, Jussari e Mascote) é inferior a do Estado da Bahia (23,2 hab/km²). Itabuna é o município que apresenta maior densidade demográfica (443,27 hab/km²). A média de moradores por domicílio é de 3,95.

A população dos municípios para 2000 (Censo Demográfico, 2000) e 2004 (estimativa IBGE, 2004), área da unidade territorial, densidade demográfica, número de domicílios, média de moradores por domicílio e taxa de crescimento geométrico médio anual para o período 1991-2000 e 2000-2004 (IBGE, 2004) são apresentados na tabela 5.142.

Tabela 5.142- População, densidade demográfica e taxa de crescimento geométrico médio anual para os municípios da AII - 2000 e 2004

RE – Município	Área (km²)	Densidade demogr. (hab/km²)	Domicílios particulares permanentes	Média de moradores por domicílio	População			Tx de Cres. Geom. Médio anual	
					2000	2000	2000	2000	1991
Municípios do ES									
Linhares	3.449,9	32,64	6691	3,87	119.690	112.617	119.824	1,51	1,60
São Mateus	2.283,6	39,56	28957	3,83	73.903	90.460	99.133	2,35	2,37
Conceição da Barra	1.036,4	25,33	5595	3,88	22.282	26.494	28.655	1,96	2,02
Pedro Canário	580,4	37,45	5762	3,66	21.348	21.961	22.276	0,32	0,36
Pinheiros	959,2	22,21	23181	3,82	21.307	21.320	21.327	0,01	0,01
Subtotal			70186	3,81	258.530	272.852	291.215	1,23	1,27
Extremo Sul (RE 5)									
Alcobaça	1474,9	14,16	4862	4,22	15.410	20.900	23.323	2,91	2,84
Belmonte	2009,8	9,94	5091	3,85	22.070	20.032	18.986	-1,08	-1,36
Caravelas	2392,5	8,4	4897	4,06	19.763	20.103	20.733	0,71	0,79
Eunápolis	1193,2	70,75	20917	3,98	70.545	84.120	91.085	1,99	2,05
Ibirapuã	786	9,02	1894	3,7	8.290	7.096	6.483	-1,73	-2,28

RE – Município	Área (km ²)	Densidade demogr. (hab/km ²)	Domicílios particulares permanentes	Média de moradores por domicílio	População			Tx de Cres. Geom. Médio anual	
	2000	2000	2000	2000	1991	2000	2004	1991- 2000	2000- 2004
Itabela	854,7	29,99	6101	4,11	20.848	25.746	28.259	2,39	2,41
Itagimirim	817,4	9,44	1898	3,96	7.887	7.728	7.646	-0,23	-0,27
Itamaraju	2369,8	27,02	15649	4,01	64.308	64.144	64.060	-0,03	-0,03
Itapebi	971,9	11,42	2652	4,06	11.078	11.126	11.151	0,05	0,06
Mucuri	1774	15,79	6909	3,98	17.606	28.062	33.427	5,37	4,57
Nova Viçosa	1326,1	24,18	7774	4,08	25.570	32.076	35.414	2,57	2,56
Porto Seguro	2408,4	39,72	23905	3,81	34.661	95.721	127.048	12,07	7,50
Prado	1664,6	15,83	6122	4,21	22.632	26.498	28.481	1,78	1,86
Teixeira de Freitas	1.153,6	92,97	27215	3,91	85.547	107.486	118.681	2,58	2,56
Subtotal			135886	4,00	426.215	550.838	614.777	2,10	1,66
Litoral Sul (RE 4)									
Arataca	396,1	28,25	2943	3,74	13.594	11.218	9.999	-2,13	-2,89
Aurelino Leal	446,4	38,04	3739	4,56	15.737	17.149	17.873	0,97	1,06
Camacan	632,9	49,05	2037	4,17	37.023	31.055	27.993	-1,95	-2,62
Coaraci	296,8	95,64	7503	4,08	31.064	27.852	26.204	-1,22	-1,55
Gandu	229,1	118,53	6433	4,31	26.461	27.160	27.519	0,29	0,34
Gongogi	198,3	52,71	6706	3,91	8.951	10.522	11.328	1,83	1,90
Governador Lomanto Júnior	120,6	71,34	2285	4,49	10.601	8.602	7.576		-3,19
Ibirataia	226,1	109,34	5634	4,37	22.694	24.741	25.791	0,97	1,07
Ilhéus	1841	120,52	54031	3,95	223.750	222.127	221.294	-0,08	-0,10
Ipiaú	286,6	152,1	10896	3,9	45.245	43.621	42.788	-0,41	-0,49
Itabuna	443,2	443,27	51039	3,79	185.277	196.675	202.523	0,67	0,75
Itagibá	810,3	21,22	3907	4,36	19.916	17.191	15.793	-1,64	-2,14
Itajuípe	295,9	76,06	5545	3,99	24.931	22.511	21.269	-1,14	-1,44
Itapitanga	410,5	25,27	2423	4,26	10.474	10.382	10.335	-0,10	-0,12
Jussari	356,7	21,12	1831	3,99	8.470	7.556	7.087	-1,27	-1,62
Mascote	709,2	22,82	3790	4,18	20.178	16.093	13.997	-2,51	-3,50
Nova Ibiá	180,7	39,53	1714	4,13	10.502	7.166	5.454	-4,20	-6,73
Presidente Tancredo Neves	414,1	46,76	4227	4,47	18.535	19.404	19.850	0,52	0,58
Teolândia	288,3	43,53	2791	4,49	12.433	12.572	12.643	0,12	0,14
Valença	1191,1	65,02	19209	4	66.931	77.509	82.936	1,66	1,74
Wenceslau Guimarães	661,8	36,45	4596	4,48	17.254	23.926	27.672	4,17	3,78

RE – Município	Área (km ²)	Densidade demogr. (hab/km ²)	Domicílios particulares permanentes	Média de moradores por domicílio	População			Tx de Cres. Geom. Médio anual	
	2000	2000	2000	2000	1991	2000	2004	1991- 2000	2000- 2004
Subtotal			203279	3,65	830.021	835.032	837.924	-0,24	-0,63
Recôncavo Sul (RE 3)									
Aratuípe	177	47,31	1894	4,41	7.811	8.381	8.673	0,79	0,88
Cachoeira	398,5	76,1	7444	3,98	28.290	30.416	31.507	0,82	0,90
Jaguaripe	891,4	15,05	3009	4,42	13.840	13.422	13.387	-0,34	-0,07
Laje	497,5	39,36	4680	4,15	18.319	19.601	20.259	0,76	0,85
Maragogipe	436,1	92,46	9711	4,11	38.811	40.314	41.085	0,43	0,48
Muniz Ferreira	114,9	60,38	1714	4,03	6.280	6.941	7.280	1,13	1,22
Nazaré	256,3	102,91	6487	3,98	25.954	26.365	26.576	0,18	0,20
Santo Amaro	486,2	120,11	14048	4,08	54.160	58.414	60.597	0,85	0,94
São Félix	95,5	143,51	3189	4,28	12.182	13.699	14.477	1,32	1,42
Subtotal			52176	4,16	205.647	217.553	223.841	0,66	0,76
Litoral Norte(RE 2)									
Catu	518	90,19	11440	4,07	43.430	46.731	48.425	0,82	0,91
Pojuca	279,8	93,53	6397	4,08	22.485	26.203	28.085	1,73	1,81
São Sebastião do Passé	551,3	72,4	9362	4,18	36.825	39.960	41.568	0,92	1,01
Subtotal			27199	4,11	102.740	112.894	118.078	1,16	1,25
Total			492007	3,95	1.823.153	1.989.169	2.085.835	4,91	4,31

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e estimativa IBGE, 2004.

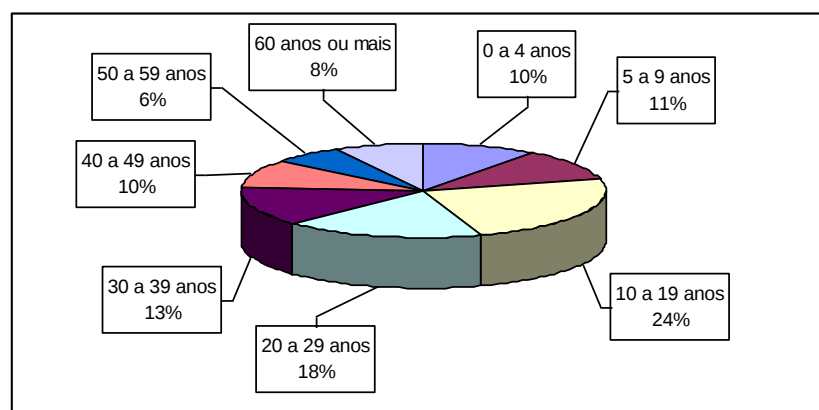
Os municípios localizados no Espírito Santo apresentaram taxas de crescimento positivo, sendo que o município de São Mateus apresentou taxa (2,35%) superior a do Estado, que no período 1991-2000, foi de 1,98% a.a.

Teixeira de Freitas e Porto Seguro, devido ao crescimento das atividades econômicas ligadas ao turismo e à implementação de complexo de celulose, apresentaram taxas de crescimento expressivas no período. Teixeira de Freitas teve um crescimento de 2,58% a.a., no período 1991-2000. Porto Seguro apresentou um crescimento expressivo no período 1991-2000 (12,07% a.a.) correspondendo a 11,1 vezes a taxa do Estado (1,09% a.a.). Entretanto, no período 2000-2004, apesar de manter-se ainda alta, decresceu para 7,50% a.a. correspondendo a 11,1 vezes a taxa do Estado, no período 1991-2000, e a 6,9 vezes, no período 2000-2004.

No período intra-censitário 1991-2000, as taxas de crescimento geométrico médio anual em 16 dos municípios baianos que pertencem a AII - Belmonte, Ibirapuã, Itagimirim, Itamaraju, Arataca, Camacan, Coaraci, Ilhéus, Ipiaú, Itagiba, Itajuípe, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá e Jaguaripe – foram negativas.

Observa-se que a população é bastante jovem: 44,7% têm até 19 anos de idade e 30,7% entre 20 e 39 anos de idade. A população acima de 60 anos perfaz 7,9% do total (Figura 5.18). Na tabela 5.143, encontra-se a distribuição da população, conforme os grupos etários.

A população com 10 anos ou mais, considerada como População em Idade Ativa (PIA) correspondia, em 2000, a 79,1% da população dos municípios da AII, ou seja, cerca de 1.572.708 habitantes.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Figura 5.18- Distribuição da população, segundo os grupos etários para a AII

Tabela 5.143- Distribuição da população conforme grupos etários

RE – Município	Grupos etários								
	Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Linhares	26494	2919	3024	6199	4531	3599	2624	1638	1960
São Mateus	112617	11223	11661	24606	20742	16641	12622	7205	7917
Conceição da Barra	21961	2375	2425	5093	3817	3054	2259	1380	1558
Pedro Canário	21320	1924	2031	4748	3754	2935	2317	1602	2009
Pinheiros	90460	9299	9671	20508	16390	13610	9986	5228	5768
Subtotal	272852	27740	28812	61154	49234	39839	29808	17053	19212
Extremo Sul (RE 5)									
Alcobaça	20900	2457	2553	5040	3447	2575	1945	1290	1593
Belmonte	20032	2353	2415	4856	3139	2255	1917	1282	1815

RE – Município	Grupos etários								
	Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Caravelas	20103	2245	2365	4883	3158	2475	1903	1336	1738
Eunápolis	84120	9079	8613	20437	15577	11550	8513	4827	5524
Ibirapuã	7096	653	703	1589	1061	927	714	587	862
Itabela	25746	3121	3103	6570	4251	3079	2371	1482	1769
Itagimirim	7728	778	796	1859	1320	954	787	494	740
Itamaraju	64144	6790	7204	16115	10642	8001	6285	4074	5033
Itapebi	11126	1400	1274	2780	1834	1318	1025	646	849
Mucuri	28062	3388	3454	6625	4834	3871	2684	1490	1716
Nova Viçosa	32076	3852	4072	7559	5509	4039	2889	1868	2288
Porto Seguro	95721	12777	10650	21925	20411	13831	8306	4286	3535
Prado	26498	3343	3237	6598	4385	3203	2358	1572	1802
Teixeira de Freitas	107486	11181	11552	24970	19356	15409	10948	6609	7461
Subtotal	550838	63417	61991	131806	98924	73487	52645	31843	36725
Litoral Sul (RE 4)									
Arataca	11218	1340	1309	2793	1685	1184	1109	803	995
Aurelino Leal	17149	1842	2163	4802	2646	1792	1414	1047	1443
Camacan	31055	3465	3544	8121	4814	3572	2995	1912	2632
Coaraci	27852	2444	2937	6926	4672	3279	2788	1967	2839
Gandu	27160	2759	2938	6991	4707	3532	2709	1533	1991
Gongogi	10522	1094	1285	2808	1597	1135	922	719	962
Governador Lomanto Júnior	8602	860	932	2038	1641	1058	767	525	781
Ibirataia	24741	2303	2576	6699	4110	2756	2455	1587	2255
Ilhéus	222127	21993	22286	53237	40101	31385	22993	13799	16333
Ipiaú	43621	4112	4387	10768	7052	5322	4651	2899	4430
Itabuna	196675	17350	17950	44808	35879	28309	22066	13577	16736
Itagibá	17191	1652	1895	4540	2723	1902	1656	1164	1659
Itajuípe	22511	2155	2372	5411	3743	2738	2268	1631	2193
Itapitanga	10382	1034	1117	2601	1785	1266	1014	630	935
Jussari	7556	749	818	1875	1248	893	748	480	745
Mascote	16093	1778	1939	4230	2400	1767	1513	1010	1456
Nova Ibiá	7166	708	840	1807	1217	939	647	416	592
Presidente Tancredo	19404	2134	2350	5490	3052	2078	1736	1090	1474

RE – Município	Grupos etários								
	Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Neves									
Teolândia	12572	1666	1684	3225	1984	1397	1088	676	852
Valença	77509	7904	8736	18753	13624	10331	7400	4662	6099
Wenceslau Guimarães	23926	2771	3001	6233	4038	2885	2073	1320	1605
Subtotal	835032	82113	87059	204156	144718	109520	85012	53447	69007
Recôncavo Sul (RE 3)									
Aratuípe	8381	980	1032	2135	1397	914	702	514	707
Cachoeira	30416	3072	3029	7146	5595	3767	2819	2007	2981
Jaguaripe	13422	1628	1622	3382	2348	1545	1057	786	1054
Laje	19601	2010	2205	4899	3313	2540	1646	1256	1732
Maragogipe	40314	3807	4231	9934	7054	4776	3615	2752	4145
Muniz Ferreira	6941	621	669	1703	1293	896	612	464	683
Nazaré	26365	2475	2637	6250	4773	3557	2474	1602	2597
Santo Amaro	58414	5655	5442	13475	11121	7890	5907	3909	5015
São Félix	13699	1289	1362	3212	2645	1804	1340	818	1229
Subtotal	217553	21537	22229	52136	39539	27689	20172	14108	20143
Litoral Norte(RE 2)									
Catu	46731	3991	4519	11130	9186	6637	4817	2963	3488
Pojuca	26203	2524	2656	6236	5133	3891	2506	1490	1767
São Sebastião do Passé	39960	3943	3930	9425	8053	5369	4049	2365	2826
Subtotal	112894	10458	11105	26791	22372	15897	11372	6818	8081
Total	1989169	205265	211196	476043	354787	266432	199009	123269	153168

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

A projeção da população para os municípios com mais de 100 mil habitantes até o ano 2030 é apresentada na tabela 5.144, para os demais municípios são apresentados na tabela 5.145.

Tabela 5.144- Projeção da população para os municípios com mais de 100 mil habitantes da AII

Município	População			
	2005	2010	2020	2030
Bahia				
Ilhéus	221.082	220.024	218.971	217.923
Itabuna	204.044	211.821	219.894	228.275
Porto Seguro	136.572	196.035	281.387	403.901
Teixeira de Freitas	121.722	138.133	156.758	177.894
Espírito Santo				
Linhares	121.737	131.769	142.628	154.382

Fonte: Projeção a partir de IBGE, 2004.

Para o cálculo da projeção da população manteve-se a taxa de crescimento geométrico médio anual verificada para os municípios, no período 2000-2004 (IBGE, 2004). Ilhéus apresentou taxa de crescimento de - 0,10%, Itabuna de 0,75%, Porto Seguro de 7,5%, Teixeira de Freitas de 2,56% e Linhares de 1,60%.

Tabela 5.145- Projeção da População para os municípios da AII

Municípios	2005	2010	2020	2030
ES				
Conceição da Barra	29234	32312	35714	39474
Linhares	121737	131769	142628	154382
Pedro Canário	22357	22767	23185	23610
Pinheiros	21329	21338	21347	21356
São Mateus	101478	114059	128200	144095
Subtotal	296135	322245	351074	382917
RE 5 Extremo Sul				
Alcobaça	23985	27591	31738	36508
Belmonte	18728	17489	16331	15251
Caravelas	20897	21737	22610	23518
Eunápolis	92954	102889	113887	126060
Ibirapuã	6335	5645	5030	4482
Itabela	28939	32593	36707	41342

Municípios	2005	2010	2020	2030
Itagimirim	7625	7522	7420	7320
Itamaraju	64039	63932	63825	63718
Itapebi	11157	11189	11222	11254
Mucuri	34954	43701	54637	68309
Nova Viçosa	36321	41213	46766	53066
Porto Seguro	136572	196035	281387	403901
Prado	29011	31810	34880	38246
Teixeira de Freitas	121722	138133	156758	177894
Subtotal	633238	741479	883197	1070869
RE 4 Litoral Sul				
Arataca	9710	8383	7238	6250
Aurelino Leal	18063	19042	20074	21162
Camacan	27261	23877	20914	18318
Coaraci	25799	23867	22079	20425
Gandu	27611	28078	28553	29036
Gongogi	11543	12684	13937	15314
Governador Lomanto Júnior	7334	6236	5303	4509
Ibirataia	26066	27487	28984	30564
Ilhéus	221082	220024	218971	217923
Ipiaú	42578	41543	40533	39547
Itabuna	204044	211821	219894	228275
Itagibá	15455	13869	12445	11168
Itajuípe	20963	19498	18135	16868
Itapitanga	10323	10263	10204	10145
Jussari	6972	6424	5920	5455
Mascote	13507	11303	9459	7915
Nova Ibiá	5087	3590	2534	1788
Presidente Tancredo Neves	19966	20553	21158	21781
Teolândia	12661	12753	12845	12937
Valença	84381	91996	100297	109347
Wenceslau Guimarães	28719	34579	41635	50130

Municípios	2005	2010	2020	2030
Subtotal	853119	861237	873881	891056
RE 3 Recôncavo Sul				
Aratuípe	8749	9140	9549	9975
Cachoeira	31792	33255	34785	36386
Jaguaripe	13378	13334	13289	13245
Laje	20431	21310	22228	23184
Maragogipe	41284	42295	43330	44391
Muniz Ferreira	7369	7832	8323	8846
Nazaré	26630	26903	27178	27456
Santo Amaro	61167	64100	67174	70395
São Félix	14683	15755	16907	18142
Subtotal	225483	233923	242762	252020
RE 2 Litoral Norte				
Catu	48867	51140	53518	56007
Pojuca	28593	31277	34213	37425
São Sebastião do Passé	41989	44158	46439	48837
Subtotal	119450	126575	134170	142269

Fonte: Estimativa a partir de IBGE, 2004

C) Atividades Econômicas

Muitos dos aspectos socioeconômicos dos municípios da Área de Influência Indireta (AII) do Gasoduto Cacimbas-Catu foram evidenciados na descrição histórica da ocupação humana e econômica regional e na descrição da dinâmica demográfica. Dentre esses aspectos, podem ser destacados, a importância do setor agropecuário e as transformações recentes na estrutura econômica do norte capixaba e extremo sul baiano, resultantes da silvicultura intensiva e da indústria petrolífera. No norte capixaba, conjuntamente com a cadeia agro-industrial, fortemente baseada na indústria da celulose, destaca-se a presença da indústria petrolífera, especialmente nos municípios de Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. A indústria do petróleo também possui forte atuação nos municípios do litoral norte baiano. Outro aspecto relevante, da estruturação da economia das regiões, nas quais se inserem

os 52 municípios da AII, é presença da indústria do turismo. Os efeitos dessa indústria, ainda que concentrada nos municípios litorâneos, refletem no contexto regional. Parte do estoque de mão-de-obra regional, na alta temporada, migra temporariamente para as cidades pólos de turismo.

Os dados demográficos demonstram que dos 52 municípios da AII, cinco (Linhares, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Itabuna e Ilhéus) possuem população superior a 100 mil habitantes. Esses municípios são pólos regionais e, conseqüentemente, apresentam economias de porte médio a grande. Os dados demográficos, também, revelam que a maioria dos municípios (47) da AII, apresenta população total de até 50 mil habitantes. Do ponto de vista econômico, tratam-se de municípios de porte pequeno a médio, com atividades econômicas, concentradas no setor primário (agropecuária) e terciário (comércio e serviços).

Esses aspectos estruturais das economias municipais, acima apresentados, podem ser visualizados na tabela 5.146 e são confirmados pela distribuição setorial do Produto Interno Bruto municipal (PIBm) relativa ao ano de 1996. Os dados do PIB municipal apresentam uma defasagem de oito anos sendo que, em alguns municípios, podem ter ocorrido mudanças na distribuição setorial do PIB. Os municípios situados na região do extremo sul são os que apresentam maior grau de possibilidade de modificações na composição estrutural do PIB. Essa região, como já apontado, com a cadeia produtiva da celulose e de investimentos na área de turismo, vem apresentando modificações significativas na sua estrutura econômica.

Tabela 5.146- Composição Setorial do PIB dos Municípios da AII - 1996

Municípios	Agropecuário	Indústria	Comércio/Serviços
Conceição da Barra	71,50%	8,00%	20,40%
Linhares	31,40%	28,10%	40,40%
Pedro Canario	29,80%	12,60%	57,60%
Pinheiros	44,70%	10,20%	45,10%
São Mateus	22,90%	32,20%	44,90%
Aratuípe	62,50%	12,90%	24,60%
Cachoeira	31,70%	33,50%	34,80%
Jaguaripe	55,90%	0,40%	43,70%
Laje	63,70%	7,20%	29,10%
Maragogipe	32,80%	3,60%	63,70%
Muniz Ferreira	59,80%	7,70%	32,50%

Municípios	Agropecuário	Indústria	Comércio/Serviços
Nazaré	3,00%	63,50%	33,50%
Santo Amaro	7,60%	47,80%	44,60%
São Felix	26,60%	8,90%	64,50%
Arataca	87,00%	2,40%	10,60%
Aurelino Leal	52,70%	6,10%	41,10%
Camacan	21,70%	17,50%	60,80%
Coaraci	24,30%	7,70%	68,10%
Gongogi	79,70%	3,90%	16,30%
Gandu	30,30%	25,00%	44,70%
Governador Lomanto Júnior	46,90%	0,30%	52,80%
Ibirataia	41,30%	7,10%	51,60%
Ilhéus	15,20%	24,90%	59,80%
Ipiaú	15,40%	23,10%	61,40%
Itagibá	56,40%	5,90%	37,60%
Itabuna	1,30%	25,00%	73,70%
Itajuípe	32,70%	3,70%	63,60%
Itapitanga	53,70%	1,40%	45,00%
Jussari	55,30%	2,70%	42,00%
Mascote	51,70%	27,30%	21,00%
Nova Ibiá	97,50%	1,90%	0,60%
Presidente Tancredo Neves	60,40%	12,90%	26,70%
Teolândia	30,60%	58,30%	11,00%
Valença	14,60%	21,70%	63,60%
Wensceslau Guimarães	90,60%	1,90%	7,50%
Alcobaça	77,10%	1,80%	21,10%
Belmonte	56,10%	12,80%	31,00%
Caravelas	68,40%	8,90%	22,80%
Eunápolis	13,10%	21,10%	65,80%
Ibipuí	68,90%	7,70%	23,40%
Itabela	49,30%	26,20%	24,50%
Itagimirim	59,20%	11,20%	29,60%
Itamaraju	15,50%	25,10%	59,40%

Municípios	Agropecuário	Indústria	Comércio/Serviços
Itapebi	63,90%	21,90%	14,30%
Mucuri	34,50%	46,60%	18,90%
Nova Viçosa	40,80%	36,20%	23,00%
Porto Seguro	9,50%	14,10%	76,30%
Prado	16,10%	24,20%	59,60%
Teixeira de Freitas	7,30%	33,60%	59,10%
Catu	4,00%	64,80%	31,30%
Pojuca	1,30%	58,50%	40,30%
São Sebastião do Passé	7,00%	39,10%	53,90%

Fonte: IPEA, 2004

Considerando o PIB setorial (tabela 5.146) como um dos indicadores da composição estrutural das economias municipais, é observado que 23 municípios AII (Conceição da Barra, Nova Viçosa, Ibirapuã, Caravelas, Alcobaça, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Belmonte, Mascote, Arataca, Jussari, Itapitanga, Aurelino Leal, Gongogi, Itagibá, Nova Ibiá, Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves, Laje, Jaguaripe, Aratuípe e Muniz Ferreira) possuem estrutura econômica fortemente baseada na agropecuária; 22 municípios (Linhares, São Mateus, Pedro Canário, Pinheiros, Teixeira de Freitas, Prado, Itamaraju, Porto Seguro, Eunápolis, Camacan, Itabuna, Governador Lomanto Júnior, Itajuípe, Ilhéus, Coaraci, Ipiaú, Ibirataia, Gandu, Valença, Maragogipe, São Félix e São Sebastião do Passé) estruturam-se, predominantemente, no setor de comércio e serviços; 6 municípios (Mucuri, Teolândia, Nazaré, Santo Amaro, Catu e Pojuca) concentram-se no setor industrial e 1 município (Cachoeira) apresenta equilíbrio entre os três setores.

Dos 23 municípios, nos quais o setor agropecuário é o principal gerador de riqueza, em 11 deles (Conceição da Barra, Ibirapuã, Caravelas, Alcobaça, Arataca, Gongogi, Nova Ibiá, Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves, Laje e Aratuípe) a participação desse setor na composição do PIBm era superior a 60%. Em três desses municípios a contribuição do setor agropecuário era superior a 85% da composição total do PIBm.: Arataca (87%), Nova Ibiá (97,5%) e Wenceslau Guimarães (90,6%).

Dos 22 municípios com comércio e serviços como principal fator gerador do PIB, em 5 essa participação é superior a 60%. Nesse grupo se destacam Itabuna (73,7%) e Porto Seguro (76,3%). Itabuna e Ilhéus caracterizam-se como centros regionais de serviços e compras para a região do litoral sul e Porto Seguro é um dos principais centros de atração turística do Estado da Bahia.

A participação do setor industrial na composição do PIBm destaca-se nos municípios de Mucuri (46%), Teolândia (58%), Nazaré (63%), Santo Amaro (47%), Catu 64,8% e Pojuca (58,5%). Dentre as atividades econômicas que contribuem para a supremacia do setor industrial nesses municípios, estão a indústria da celulose e a petroquímica (extração de petróleo).

No âmbito dos 52 municípios, conforme dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNAE), em 2002, existiam 42.777 empresas, as quais geravam 143.510 postos de trabalhos assalariados (PEA assalariada). A distribuição do número de empresas e dos postos de trabalho por atividades econômicas está exposto na tabela 5.147.

Tabela 5.147- Número de empresas e empregos para os municípios da AII - 2002

Atividades	N. Empresas	PEA Assalariados	PEA Assalariados (%)
Comércio; Repar. de Veículos	23.818	36.207	25,2
Outros Serviços Coletivos e Sociais	3.435	5.255	3,66
Atividades Imobiliárias	3.267	5.309	3,7
Indústria de Transformação	2.812	24.804	17,3
Alojamento e Alimentação	3.015	8.557	6
Transporte, armazenamento e Comunicação	1.386	8.786	6,12
Construção	1.052	6.781	4,7
Saúde e Serviços Coletivos Sociais	982	6.950	4,82
Educação	952	4.765	3,3
Intermediação Financeira	749	2.040	1,42
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	661	12.562	8,75
Ad. Pública Defesa e Seguridade Social	114	18.273	12,7
Industria Extrativa	91	1.913	1,33
Prod. Distrib de Eletr. Gás e água	50	372	0,3
Pesca	47	936	0,7
TOTAL	42. 777	143.510	100

Fonte: Cadastro Central de Empresas (CNAE) In:www.ibge.gov.br.

Como é visualizado na tabela 5.147, as atividades de comércio são as que reúnem o maior número de empresas (23.818) e, conseqüentemente, possibilitam a maior geração de postos de trabalho assalariado (25% do total). Em seguida aparece a indústria, composta por 2.812 unidades, com geração

de 24.804 (17%) postos de trabalho assalariado. O setor público, com 114 unidades e geração de 18.273 (12,7%) postos de trabalho assalariado, ocupa a terceira posição. Na quarta posição, com 661 empresas e geração de 12.562 (8,75%) postos de trabalho está a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. As atividades de transporte, armazenamento e comunicação, compostas por 1.386 unidades e geração de 8.786 (6,12%) postos de trabalho assalariado, ocupam a quinta posição.

Uma análise da relação entre unidades instaladas *versus* geração de postos de trabalho, na qual não está incluído o setor público, demonstra que a atividade com maior capacidade média, por unidade instalada, de geração de empregos é a indústria extrativa. Para cada empresa desse segmento são gerados 21 empregos. Em segundo lugar aparecem as atividades, ligadas a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. Para cada unidade instalada, em termos médios, são gerados 19 postos de trabalho. Em terceiro lugar, com média de 8,8 postos trabalhos para cada unidade instalada, estão as atividades ligadas a indústria da transformação. Na quarta posição, com 7 postos de trabalho, por unidade instalada, estão as atividades ligadas a saúde e serviços coletivos. Na quinta posição, com média de 6,3 postos, por unidade instalada, estão as atividades ligadas ao transporte, armazenamento e comunicação. Nota-se que as atividades ligadas ao comércio e reparo de veículos, que aparecem em primeiro lugar, na geração absoluta de empregos, na relação unidade instalada *versus* geração de empregos apresenta a relação de 1,5 empregos para cada unidade instalada.

Com o objetivo de uma descrição da estrutura produtiva por setores, Primário, Secundário e Terciário, da economia dos 52 municípios da AII foram realizados agrupamentos das atividades apresentadas na tabela 5.147. Salienta-se, que a agregação das atividades por setores é genérica e, conforme o critério utilizado, está sujeita a alterações na sua composição. Por exemplo, é possível separar atividades públicas das privadas, classificar a atividades da construção civil em separado da indústria de transformação etc. Porém, a agregação das atividades é suficiente para uma visão geral da estrutura econômica dos municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu.

Os dados apresentados na Tabela 5.147 demonstram que, para o contexto socioeconômico dos municípios da AII, as atividades do setor terciário representam o maior número de empresas e geração de postos de trabalho assalariado. Em 2002, esse setor gerou 67,3% do total de empregos formais, ou seja, 96.514 postos de trabalho assalariado. Para a caracterização do setor terciário foram agrupadas as atividades ligadas ao comércio (25,2%), administração pública defesa e seguridade social (12,7%), transporte, armazenamento e comunicação (6,12%), alojamento e alimentação (6%), saúde e serviços coletivos sociais (4,82%), atividades imobiliárias (3,7%), outros serviços coletivos e sociais (3,66%),

educação (3,3%), intermediação financeira (1,42%) e produção e distribuição de eletricidade, gás e água (0,3%).

No setor secundário, composto pela indústria da transformação (17,3%), construção (4,7%), eram gerados 22% do total de empregos, o que equivalia, em termos absolutos, a 31.585 postos formais de trabalho.

Nas atividades ligadas ao setor primário, composto pela agricultura, pecuária silvicultura e exploração florestal (8,75%), indústria extrativa (1,33%) e pela pesca (0,7%), eram gerados 10,8% dos postos de trabalho, correspondendo, em termos absolutos, a 15.411 postos de trabalho.

A partir do número de empresas apresentadas na tabela a seguir (Tabela 5.148), é possível identificar a distribuição das atividades econômicas para cada município da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu.

Tabela 5.148- Distribuição das atividades econômicas para cada município da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu

Municípios	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	TOTAL
Linhares	80	4	4	472	4	57	1599	160	112	50	271	5	61	52	194	3125
São Mateus	60	8	8	74	4	45	1206	168	104	30	166	3	60	57	183	2176
Conceição da Barra	17	-	-	27	4	12	233	75	17	6	28	2	6	10	67	504
Pedro Canário	18	-	-	48	5	8	265	24	27	8	40	3	18	9	64	537
Pinheiros	8	-	-	50	4	14	282	16	22	10	23	3	8	9	53	502
Mucuri	35	2	1	51	1	16	323	51	35	6	40	1	22	23	65	672
Nova Viçosa	22	-	-	33	-	5	417	61	42	3	21	2	7	5	55	673
Ibirapuã	5	-	-	5	-	-	40	-	4	12	2	1	1	-	1	71
Caravelas	12	-	-	23	-	6	117	21	21	4	6	2	16	3	35	266
Teixeira de Freitas	46	-	5	244	1	52	1897	129	105	37	187	2	65	75	180	3025
Alcobaça	4	2	-	19	1	3	144	34	8	1	8	1	-	-	19	244
Prado	12	-	2	33	-	18	264	134	11	30	30	1	8	4	70	617
Itamaraju	12	1	2	140	1	18	961	54	40	6	46	2	19	16	120	1438
Itabela	8	-	1	33	-	7	190	11	5	1	9	2	3	2	26	298
Porto Seguro	18	2	2	150	2	73	1881	814	129	9	263	3	37	37	167	3587
Eunápolis	30	2	2	245	2	61	1721	99	75	54	232	2	51	65	151	2792
Itagimirim	-	-	-	10	-	2	36	5	5	1	2	1	1	2	6	71
Itapebi	4	-	5	11	2	8	52	6	8	-	4	1	1	1	9	112
Belmonte	8	1	-	32	-	6	168	18	6	1	9	1	4	5	19	278
Mascote	5	-	3	13	-	2	78	6	2	2	2	2	-	1	4	120
Camacan	6	-	2	58	1	21	429	16	9	8	39	19	8	15	67	698

Municípios	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Industria Extrativa	Industria de Transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	TOTAL
Arataca	2	-	1	7	-	1	35	1	1	-	-	2	1	-	11	62
Jussari	5	-	-	6	1	2	31	-	1	1	1	2	-	-	13	63
Itabuna	102	-	3	466	2	152	3924	268	172	154	734	4	150	249	434	6814
Governador Lomanto Júnior	2	-	-	1	-	-	36	1	-	1	1	1	1	-	5	49
Itajuípe	1	-	-	12	1	3	114	4	8	7	14	2	6	4	29	205
Ilhéus	54	4	10	355	2	81	2110	412	150	69	394	4	75	99	336	4155
Coaraci	1	-	1	24	1	2	221	8	4	22	13	2	11	3	29	342
Itapitanga	1	-	-	4	-	2	44	2	1	1	1	1	-	1	13	71
Aurelino Leal	2	-	-	5	-	1	51	2	1	4	-	2	-	2	18	88
Gongogi	3	-	-	5	-	1	43	-	1	8	2	1	2	-	6	72
Itagibá	3	-	-	2	-	8	55	4	3	7	1	1	9	1	39	133
Ipiaú	6	-	-	91	2	30	698	31	29	16	68	2	32	31	127	1163
Ibirataia	2	2	-	37	-	2	191	3	7	5	7	2	5	5	18	286
Nova Ibiá	-	-	-	2	-	2	22	-	1	-	-	2	-	-	5	34
Gandu	5	-	1	62	1	12	444	22	14	10	48	2	7	18	52	698
Wenceslau Guimarães	7	-	-	11	-	3	76	5	1	1	2	1	-	1	5	113
Teolândia	-	-	-	7	-	1	65	3	2	8	4	1	6	4	28	129
Presidente Tancredo Neves	2	-	2	8	-	2	105	-	2	-	2	1	1	2	33	160
Valença	12	8	9	117	2	33	971	159	46	62	98	1	32	41	145	1736
Laje	2	-	-	11	-	1	93	6	1	1	3	1	-	1	56	176
Jaguaripe	4	3	1	5	-	1	10	3	1	7	4	2	1	-	14	56
Aratuípe	-	1	-	3	-	3	16	1	2	1	5	2	-	2	24	60

Municípios	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Industria Extrativa	Industria de Transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	TOTAL
Muniz Ferreira	1	-	-	9	-	1	17	-	1	-	-	1	12	-	7	49
Nazaré	1	-	3	30	2	12	255	15	13	7	29	2	20	11	70	470
Maragogipe	2	1	-	17	-	-	167	11	2	3	8	1	41	2	42	297
São Félix	-	-	2	8	-	4	60	4	5	3	5	2	2	2	23	120
Cachoeira	5	3	-	29	1	16	227	28	13	26	26	2	10	11	70	467
Santo Amaro	6	2	1	54	1	98	675	54	45	24	125	2	74	28	122	1311
São Sebastião do Passé	4	-	-	32	-	72	196	21	31	4	38	2	27	30	35	492
Catu	2	-	6	37	2	41	341	34	25	15	56	2	15	27	37	640
Pojuca	14	1	14	39	-	31	222	11	16	3	41	2	16	16	34	460
TOTAL	661	47	91	3267	50	1052	23818	3015	1386	749	3158	114	952	982	3435	42777

Fonte: Cadastro Central de Empresas (CNAE) In:www.ibge.gov.br.

Obs. Para as atividades domésticas e órgãos internacionais não ocorreram registros. O símbolo “-” não significa necessariamente ausência da atividade, pois o registro só é considerado acima de 3 casos.

A distribuição do número absoluto de empresas por município apresenta correlação direta com a função sócio-espacial dos municípios no contexto regional e microrregional. Como é visualizado no quadro acima, a maior concentração de empresas ocorre nos municípios que exercem a função de pólos regionais: Itabuna (6.814 empresas), Ilhéus (4.155 empresas), Porto Seguro (3.587 empresas), Linhares (3.125 empresas), Teixeira de Freitas (3.025 empresas), Eunápolis (2.792 empresas), São Mateus (2.176 empresas), Valença (1.736 empresas), Itamaraju (1.438) e Santo Amaro (1.311 empresas). As menores concentrações aparecem exatamente nos municípios de porte menor e de caráter “dependente” em relação ao sistema regional, tais como: Nova Ibiá (34 empresas), Governador Lomanto Junior (49 empresas), Muniz Ferreira (49 empresas), Jaguaripe (56 empresas), Aratuípe (60 empresas), Arataca (62 empresas), Jussari (63 empresas), Ibirapuã (71 empresas), Itagimirim (71 empresas), Itapitanga (71 empresas), Gongogi (72 empresas) e Aurelino Leal (88 empresas).

O maior número de empresas ligadas à indústria da transformação concentram-se nos municípios de Linhares (472 empresas), Itabuna (466 empresas), Eunápolis (245 empresas), Teixeira de Freitas (244 empresas), Porto Seguro (150 empresas), Itamaraju (140 empresas), Valença (117 empresas), Ipiaú (91 empresas), São Mateus (74 empresas), Gandu (52 empresas), Camacan (58 empresas), Santo Amaro (54 empresas), Mucuri (51 empresas) e Pinheiros (50 empresas). No tocante a localização das empresas ligadas a atividades agrícolas, pecuária, silvicultura e exploração florestal, as maiores concentrações estão nos municípios de: Itabuna (102 empresas), Linhares (80 empresas), São Mateus (60 empresas), Ilhéus (54 empresas), Teixeira de Freitas (46 empresas), Mucuri (35 empresas), Eunápolis (30 empresas), Nova Viçosa (22 empresas), Pedro Canário (18 empresas), Porto Seguro (18 empresas) e Conceição da Barra (17 empresas). Em sete municípios (Linhares, São Mateus, Mucuri, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itabuna e Porto Seguro) ocorre, simultaneamente, a concentração de empresas ligadas a atividades da indústria da transformação (setor secundário) e de empresas ligadas as atividades do setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal). Essas são atividades, conforme já colocado, que apresentam maior capacidade, por unidade instalada, de geração de postos de trabalho. A seguir, na tabela 5.149, é visualizada de forma desagregada (município a município) o número de postos de trabalho formal para cada uma das 15 atividades com registro. Em 2002, não ocorreram registro de atividades ligadas ao trabalho doméstico e organizações internacionais.

Tabela 5.149- Número de postos de trabalho formal para cada uma das 15 atividades com registro

Municípios	Empregados por Atividades 2002															TOTAL
	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Prod. Distrib. Eletr. Gás e água	Construção Civil	Comércio; Repar de Veículos	Alojamento e Alimentação	Transporte, armazenamento e Comunicação	Intermediação Financeira	Atividades Imobiliárias	Ad. Pública Defesa e Segurança Social	Educação	Saúde e Serviços Coletivos Sociais	Outros Serviços Coletivos e Sociais	
Linhares	1.646	39	355	5.907	185	325	4.759	481	727	205	405	4.134	538	539	360	20.605
São Mateus	1.879	30	578	817	149	325	3.012	620	778	101	366	2.723	335	151	289	12.153
Conceição da Barra	277	-	-	553	15	2	318	91	65	19	86	X	30	24	9	1489
Pedro Canário	222	-	X	313	9	220	304	44	33	13	47	449	15	25	21	1715
Pinheiros	83	-	4	75	14	2	396	17	17	20	9	550	29	7	63	1286
Mucuri	664	X	X	1.043	-	221	355	143	281	16	233	X	98	16	164	3.234
Nova Viçosa	2.124	-	-	411	-	16	341	47	84	15	4	X	16	46	43	3.147
Ibirapua	32	-	-	86	-	-	45	-	3	3	X	X	X	-	X	169
Caravelas	198	-	-	73	-	2	106	66	65	5	8	X	0	62	23	608
Teixeira de Freitas	1.375	-	78	1380	X	760	3431	402	500	154	143	X	242	237	239	8941
Alcobaça	28	X	-	4	X	1	107	28	18	X	9	X	-	-	46	241
Prado	649	-	X	116	-	4	187	127	5	7	52	X	6	8	45	1.206
Itamaraju	315	X	X	696	X	23	1150	165	168	47	23	X	96	89	116	2888
Itabela	27	-	X	96	-	41	201	17	9	X	5	X	0	X	79	475
Porto Seguro	80	X	X	216	X	113	1814	3285	985	86	786	1151	208	68	262	9054
Eunápolis	1.261	X	X	552	X	80	2.764	261	752	145	242	X	203	223	139	6.622
Itagimirim	-	-	-	2	-	X	47	33	7	X	X	X	X	X	2	91
Itapebi	6	-	3	24	X	720	13	7	13	-	4	X	X	X	22	812
Belmonte	64	X	-	45	-	0	72	12	131	X	0	X	6	6	7	343
Mascote	2	-	10	47	-	X	47	26	X	X	X	X	-	X	0	132
Camacan	2	-	X	114	X	14	418	31	79	22	45	826	8	96	44	1.699
Arataca	X	-	X	12	-	X	7	X	X	-	-	X	X	-	0	19
Jussari	11	-	-	0	X	X	44	-	X	X	X	X	-	-	0	55
Itabuna	718	-	35	3727	X	964	5989	750	2082	532	927	2493	730	2714	793	22454

Empregados por Atividades 2002																
Municípios	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal															
	Pesca	Industria Extrativa	Industria de Transformação	Prod. Eletr.	Distrib. Gás e água	Construção Civil	Comércio; Repar de Veículos	Alojamento e Alimentação	Transporte, armazenamento e Comunicação	Intermediação Financeira	Atividades Imobiliárias	Ad. Pública Defesa e Segurança Social	Educação	Saúde e Serviços Coletivos Sociais	Outros Serviços Coletivos e Sociais	TOTAL
Governador Lomanto Júnior	X	-	-	X	-	-	18	X	-	X	X	X	X	-	0	18
Itajuípe	X	-	-	639	X	0	96	12	4	14	3	X	2	83	3	856
Ilhéus	239	15	35	2812	X	270	3570	1323	1113	265	1007	5947	1266	999	1237	20098
Coaraci	X	-	X	24	X	X	168	1	8	18	15	X	29	97	11	371
Itapitanga	X	-	-	39	-	X	27	X	X	X	X	X	-	X	5	71
Aurelino Leal	X	-	-	4	-	X	32	X	X	0	-	X	-	X	2	38
Gongogi	5	-	-	7	-	X	9	-	X	0	X	X	X	-	4	25
Itagibá	78	-	-	X	-	2	36	7	5	3	X	X	0	X	4	135
Ipiaú	51	-	-	252	X	122	827	38	15	40	22	X	173	186	121	1847
Ibirataia	X	X	-	211	-	X	86	0	2	7	0	X	0	84	3	393
Nova Ibiá	-	-	-	X	-	X	5	-	X	-	-	X	-	-	0	5
Gandu	172	-	X	32	X	6	466	71	7	30	30	X	41	92	55	1002
Wenceslau Guimarães	26	-	-	13	-	0	31	0	X	X	X	X	-	X	2	72
Teolândia	-	-	-	0	-	X	20	0	X	4	0	X	6	0	1	31
Presidente Tancredo Neves	X	-	X	52	-	X	69	-	X	-	X	X	X	X	2	123
Valença	128	847	0	694	X	117	1.759	179	129	60	108	X	151	444	162	4.778
Laje	X	-	-	11	-	X	103	2	X	X	1	X	-	X	2	119
Jaguaripe	117	4	X	18	-	X	11	3	X	0	0	X	X	-	0	153
Aratuípe	-	X	-	3	-	0	8	X	X	X	8	X	-	X	1	20
Muniz Ferreira	X	-	-	80	-	X	32	-	X	-	-	X	2	-	0	114
Nazaré	X	-	26	153	X	3	357	9	19	40	53	X	41	178	28	907
Maragogipe	X	X	-	45	-	-	125	2	X	8	44	X	33	X	13	270
São Félix	-	-	X	7	-	0	150	6	3	12	0	X	X	X	25	203
Cachoeira	10	1	-	695	X	1	370	11	15	15	60	X	22	107	442	1749

Municípios	Empregados por Atividades 2002															TOTAL
	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Industria Extrativa	Industria de Transformação	Prod. Distrib de Eletr. Gás e água	Construção Civil	Comércio; Repar de Veículos	Alojamento e Alimentação	Transporte, armazenamento e Comunicação	Intermediação Financeira	Atividades Imobiliárias	Ad. Pública Defesa e Seguridade Social	Educação	Saúde e Serviços Coletivos Sociais	Outros Serviços Coletivos e Sociais	
Santo Amaro	25	X	X	487	X	213	576	54	133	47	44	X	50	263	216	2108
São Sebastião do Passé	3	-	-	873	-	436	351	24	176	19	29	X	24	24	15	1.974
Catu	X	-	789	374	X	1.207	641	138	213	45	174	X	146	45	29	3.801
Pojuca	45	X	0	970	-	571	337	24	142	23	317	X	219	37	106	2791
Total	12.562	936	1.913	24.804	372	6.781	36.207	8.557	8.786	2.040	5.309	18.273	4.765	6.950	5.255	143.510

Como é observado na tabela 5.149, em termos absolutos, a geração de empregos mantém o padrão da funcionalidade regional dos municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu. Nos municípios de menor porte, como por exemplo, Nova Ibiá, Governador Lomanto Júnior, Muniz Ferreira, Arataca, Aratuípe, Gongogi e Muniz Ferreira, o cruzamento entre números de empresas *versus* empregos gerados, evidencia que, em parte das empresas, a mão-de-obra utilizada é familiar ou exclusiva do proprietário, pois ocorre um número maior de empresas do que postos de trabalho.

Em síntese, no contexto dos 52 municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, a distribuição setorial da população economicamente ativa e assalariada, conforme os agrupamentos acima realizados, apresenta a seguinte divisão: 67,3% (96.514) dos postos de trabalho ocorrem no setor terciário, 22% (31.585) dos postos de trabalho ocorrem no setor secundário e 10,7% (15.411) dos postos de trabalho ficam no setor primário. Sabe-se que existe uma parcela significativa da PEA, em situação de informalidade (sem carteira assinada). A relação, recentemente divulgada pelos meios de comunicação (div.fontes) e por ministros de Estado (Ministro do Trabalho) é de 2,3 empregos informais para cada 1 formal. A partir dessa relação é possível inferir que a PEA urbana total, ocupada, no contexto dos 52 municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, é de aproximadamente 330.000 mil trabalhadores, correspondendo a, aproximadamente, 21% da População em Idade Ativa (1.572,708 habitantes).

Mesmo considerando que os dados relativos à PEA estão sujeitos a distorções significativas e que parte da População em Idade Ativa (PIA), dos municípios da AII, é constituída de jovens em idade escolar (fora do mercado de trabalho) e agricultores e trabalhadores autônomos, fica evidente o quanto a situação relativa à geração de trabalho e renda, no contexto dos municípios da AII, é um tanto quanto precária.

D) Interface entre mão-de-obra local e o Empreendimento

Os dados sobre escolarização (ver Item 5.3.1 letra “b”) revelam que 78,5% da população adulta possui menos de oito anos de estudo. Estes dados, associados aos até aqui apresentados, permitem inferir que a interface entre o empreendimento e a mão-de-obra local resultará na geração de novos postos de trabalho por período temporário, especialmente, para os contingentes de mão-de-obra dotados de menor grau de especialização. Dadas as condições estruturais das economias locais, o evidente estoque de mão-de-obra e as condições conjunturais, como a pouca oferta de novos postos de trabalho e as dificuldades para os desempregados de recolocação no mercado de trabalho, é pouco provável que as

atividades do Empreendimento provoquem deslocamentos de mão-de-obra ocupada em busca de oportunidades.

E) Entidades civis, sindicais e ambientais atuantes na região

No âmbito dos municípios da AII predominam entidades de caráter social, como, por exemplo, Associação de Moradores, Sindicatos Patronais e de Trabalhadores. O levantamento realizado identificou entidades voltadas para a questão ambiental e que estão listadas, conjuntamente com as demais, nos quadros 5.19, 5.20, 5.21 e 5.22. Ressalta-se que somente foram listados os municípios da AII em que foram identificados ONGs, associações e entidades.

A AII do Gasoduto Cacibas-Catu, especialmente entre a região do litoral norte capixaba e litoral sul baiano, é, pela sua riqueza em termos de Bioma (Mata Atlântica), uma das áreas de maior interesse dos movimentos ambientalistas localizados em diversos lugares do país e do mundo.

Quadro 5.19- Ongs, Associações e entidades com sede nos municípios da AII no Estado do Espírito Santo

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação
Linhares	Projeto TAMAR	Entidade Ambientalista - nacional
	Ong. GANG	Entidade Ambientalista - local
	Instituto Paraná	Entidade Ambientalista - local
	Sindicato Empregados Comércio Linhares R. Capitão José Maria. 1388. Centro.	Entidade Classista - local
	SINDMETAL – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e do Material Elétrico e Eletrônico do Espírito Santo R. do Rosário, 100. Centro.	Entidade Classista – estadual
	SINVEL – Sindicato da Indústria de Vestiário Linhares Av. Padre Manoel da Nóbrega, 255. Interlagos.	Entidade Classista – local
	SINDIMOL – Sindicato da Indústria Moveleira Linhares Caixa Postal 09	Entidade Classista - local
	Sindicato Trabalhadores Rurais Av. Getúlio Vargas. S/n. Centro	Entidade Classista - local
	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Linhares Loteamento Três Barras	Entidade Classista - local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação
	SINTRACON - Sindicato Trab. da Construção Civil R. Capitão José Maria, 1490. Sl.05. Centro	Entidade Classista - local
	Associação de Moradores Bairro Conj. Juparamã Av. Senador Teotônio Vilela, 40A.	Entidade Social - local
	Associação de Moradores do Bairro Planalto R. 20 - Q 40, Lote 23.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Canivete Caixa Postal 22	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Conceição Av. Guerino Gilbert, 697.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Vila Betânia (Canivete) Caixa Postal Comunitária 38	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Shell Av. Cachoeira do Itapemirim, 1507.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Nova Esperança R. São Cosme, 12, Q14.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Interlagos I Av. Vasco Fernandes Coutinho, 1190	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Aviso Av. Paraná, 130	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Bairro Linhares V Av. Aurora Nunes de Oliveira, 11, Q 07	Entidade Social – local
	Associação de Moradores de B.N.H. Av. Prefeito Manoel Salustiano de Souza. 546, Q 31.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Bairro José Rodrigues Maciel R. Muqui, 62.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Palmital R. Projetada	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Córrego Farias	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Bairro São José Panificadora Camburiú. Av. João Bonicenha, 298. Q 49. Lote 01	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Centro R. da Conceição, 310	Entidade Social – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação
	Associação de Moradores Bairro Jardim Laguna R. das Violetas, 353	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Bairro Lagoa do Meio R. Crenaques, 80	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Guaxe Rua Principal	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Rio Quartel Rua Principal	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Santa Cruz BR-101, Km 141. Caixa Postal 90	Entidade Social – local
	Associação de Moradores de Regência Rua Principal, Regência (Posto de Saúde)	Entidade Social – local
	Associação de Moradores de Bebedouro Rua Posto da Polícia Interativa	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Pontal do Ipiranga Av. da Lua, s/n. Q 123. Lote 03. Caixa Postal Comunitária 01	Entidade Social – local
	Associação de Moradores Desengano	Entidade Social – local
	Associação de Moradores de Japira	Entidade Social – local
	Sindicato Patronal Rural Av. Augusto Pestana. Centro	Entidade Classista - local
	Associação de Moradores Baixo Quartel	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Movelar R. Perobas, 379. Q.48. Movelar. Caixa Postal 102	Entidade Social – local
	Associação de Moradores B. P. Residencial Exposição Av. Presidente Médici, 121 - B.P. Residencial Exposição	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Bairro Araçá R. Monsenhor Padrinha, 563. Araçá	Entidade Social – local
	Associação de Moradores e Amigos de Povoação R. Ricardo Ferreira Leite, 13. Povoação	Entidade Social – local
	Associação de Moradores B. Interlagos II Av. Vasco Fernandes Coutinho, 2123.	Entidade Social – local
	Associação de Moradores B. Três Barras R. Adenilton Garcia Durão, 420. Três Barras.	Entidade Social – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação
Pinheiros	APRUCOF – Associação de Pequenos Produtores Rurais de Córrego Farias Rua Principal, s/n.	Entidade Classista - local
	Associação da Indústria de Pinheiros	Entidade Classista - local
	Associação dos Imigrantes do Estado do Espírito Santo	Entidade Social - estadual
	Associação dos Moradores Santo Antônio	Entidade Social – local
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiros	Entidade Classista – local
	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiros	Entidade Classista – local
São Mateus	Associação de Moradores Nova Esperança	Associação Social - local
	Associação de Garçons de São Mateus	Entidade Classista – local
	Associação dos Artesãos de São Mateus	Entidade Classista – local
	Associação Médica de São Mateus	Entidade Classista – local
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo do Espírito Santo	Entidade Classista – estadual
	Sindicato dos Trabalhadores Extração e Exploração de Madeira e Lenha	Entidade Classista – local
	Sindicato dos Trabalhadores e Transportadores Rodoviários	Entidade Classista – estadual
	Sindicato das Empresas Prestadores de Serviço em Área Florestal do Espírito Santo	Entidade Classista – estadual
	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Mateus	Entidade Classista – local
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus e Jaguaré	Entidade Classista – local
	Sindicato Rural de São Mateus	Entidade Classista – local
	Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado do Espírito Santo	Entidade Classista – estadual
Conceição da Barra	Associação dos Moradores COHAB	Entidade Social – local
	Associação dos Empregados da Acesita Energética	Entidade Classista – local
	Sindicato Rural de Conceição da Barra	Entidade Classista – local
	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Conceição da Barra	Entidade Classista – local

Quadro 5.20- Ongs, Associações e entidades com sede nos municípios da AID no Estado da Bahia

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Alcobaça	Associação Igrejinha	Entidade Social – local
	Associação Itaitinga	Entidade Social – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Aratuípe	Associação Catadores de Caranguejo	Entidade Social – local
	Associação Canta Galo	Entidade Social – local
	Associação Aparajú	Entidade Social – local
	Associação Taquari	Entidade Social – local
	Associação Projeto 40/45	Entidade Social – local
	Associação São José	Entidade Social – local
	Associação Novo Destino	Entidade Social – local
	Associação Pouso Alegre	Entidade Social – local
	ABAPA – Aposentados e Aposentadas	Entidade Social/classe – local
	Associação de Pescadores	Entidade Social/classe – local
	Associação Catadores de Moluscos e Crustáceos	Entidade Social/classe – local
	Associação Marisqueiras	Entidade Social/classe – local
	Associação de Moradores do Bairro Jacundá	Entidade Social – local
	Associação Novo Encontro	Entidade Social – local
	Clube dos Diretores Lojistas	Entidade Social/classe – local
	Associações Comunitárias	Entidade Social – local
	Casa de Farinha	Entidade Social – local
	Associação de Oleiros – Maragogipinho	Entidade Social – local
	Associação de Pescadores	Entidade Social – local
Cachoeira	Associação de Moradores de São Diogo e Matinha	Entidade Social – local
	Associação de Moradores da Pitanga	Entidade Social – local
	Associação de Moradores de Belém	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Povoado do Tabuleiro Vitória	Entidade Social – local
	Associação de Moradores da Ladeira da Cadeia	Entidade Social – local
	Associação Beneficente de Moradores da Opalura	Entidade Social – local
	Associação de Produtores Rurais 13 de Junho de Capueiruçu	Entidade Social/classe – local
	Associação de Moradores do Alto do Genipapeiro	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores de São Francisco do Paraguaçu	Entidade Social – local
	Associação Beneficente dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Santiago do Iguape	Entidade Social – local
	Associação de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira	Entidade Social – local
	AARP – Associação de Amigos do Rio Paraguaçu	Entidade Social – local
	Associação de Artesãos da Cachoeira	Entidade Social/classe – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Camacan	Associação dos Artistas e Animadores Culturais da Cachoeira	Entidade Social/classe – local
	Associação Cultural dos Amigos da Cachoeira	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores da Baixa da Olaria	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores da Rua Santo Antônio	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Cucuí de São Cosme	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Cucuí de Caboclo	Entidade Social – local
	Associação dos Artesãos João Elias Ribeiro – AAJER São João do Panelinha.	Entidade Social/classe– local
	Associação dos Moradores do Bairro Prisco Viana Travessa Rio Branco. Bairro Prisco Viana.	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Bairro Antônio Elias Ribeiro Bairro Antônio Elias Ribeiro.	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Afonso Celso de Castro Caminho I, Casa 5. Parque Casa Nova	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do CHAC (AMOCHACC) Parque Casa Nova	Entidade Social – local
	Associação de Moradores do Rio Pardo.Km 25 R. 10 de Janeiro, n.54. Km 25 Telefone. 283-1843.	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Km 14	
	Associação dos Produtores DIATEKE Fazenda Aruacu. Leomentura.	Entidade Social/Classe– local
	Associação dos Moradores de Leomentura - Km 04	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Novo Itamarati Biscó	Entidade Social – local
	Associação Fazenda Egito Fazenda Egito (PMC)	Entidade Social – local
	Associação Córrego do Ouro Fazenda Auxiliadora	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Bairro Olímpico B.C. Vargens	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Vale do Chororão	Entidade Social – local
	ARES – Associação para o Resgate Social de Camacan	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Vinhático I	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Vinhático II	Entidade Social – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
	Associação dos Deficiente Físicos de Camacan e Região São João do Panelinha	Entidade Social – local
	Associação Sempre Viva Posto Mangueira	Entidade Ambientalista - local
	Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro Posto Mangueira	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores do Km 07	Entidade Social – local
	Associação das Costureiras de São João do Panelinha São João do Panelinha	Entidade Social/classe – local
	Associação MANAIN Leomentura	
	Associação do Distrito de Jacarecy	Entidade Social – local
	Associação da Comunidade do Piabonha	Entidade Social – local
	Associação dos Posseiros do Baixão Jacareci	Entidade Social – local
	Associação Unidos para Vencer	Entidade Social – local
	Associação dos Moradores de São João do Panelinha	Entidade Social – local
	Associação de Doces e Salgados	Entidade Social/classe– local
	Associação Comunitária Especial, Vocacional e Artesanal CHACC	Entidade Social/classe– local
	ARTES - Associação do Bairro Novo de São João do Panelinha R. Mariano, n.44. Bairro Novo,São João do Panelinha.	Entidade Social – local
	APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia R. Álvaro Guerreiro.	Entidade Social/classe– local
	Sindicato Rural Patronal de Camacan Benício Boida de Andrade.	Entidade Social/classe– local
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camacan R. Antônio Pereira dos Santos, n.598.	Entidade Social/classe– local
	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Camacan R. São Jorge, n.5.	Entidade Social/classe– local
	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Camacan Pç. Mário Batista, s/n.	Entidade Social/classe– local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Caravelas	Sindicato dos Comerciários de Camacan Pç. Mário Batista, s/n.	Entidade Social/classe– local
	SALVA - Sociedade Ambientalista da Lavoura Cacaueira Av. dos Pioneiros, s/n.	Entidade Ambientalista - local
	Sindicato Rural	Entidade Social/classe– local
	IAPA – instituto de Apoio Ambiental. Endereço: Dr. Emílio Embaçaí, Centro.	Entidade Ambientalista - local
	Conservation International do Brasil.	Entidade Ambientalista - internacional
Eunápolis	CEPEDS - Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia	Entidade Ambientalista - local
Gandu	Sindicato Rural	Entidade Social/classe– local
Governador Lomanto Jr.	Associação do Meio Ambiente de Governador Lomanto Junior Rua Deputado Paulo Nunes, 61, Centro Governador Lomanto Junior-BA CEP: 45.625-000 Telefone: 73 249-1281	Entidade Ambientalista - local
Ibirataia	INEM	Entidade Ambientalista - local
Ilhéus	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia Caixa Postal 84 Telefone/Fax: 73 634 2179	Entidade Ambientalista - estadual
	Colônia de Pescadores Z-34 Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 350. Malhado Telefone: 73 634 2115 / 633 5220	Entidade Social/classe– local
Itabuna	Organização Pró-Defesa e Estudos dos Manguezais da Bahia – ORDEM Km 22, Rodovia Ilhéus Itabuna CEPLAC, Cenex, Caixa Postal 07. CEP: 45.600-000 Telefone: 73 211-4292	Entidade Ambientalista - local
Itamaraju	Associação Comunitária Alternativa	Entidade Ambientalista - local
	Associação dos Piscicultores	Entidade Social/classe– local
	Flora Brasil	Entidade Ambientalista - local
	Centro de Desenvolvimento Ecológico Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - Terra Viva	Entidade Ambientalista – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Itabela	Grupo Ambiental Natureza Bela de Itabela Rua Castro Alves s/nº – Centro Sala A.CEP: 45.848-000 Telefone: 73 270-2061	Entidade Ambientalista –estadual
Itapitanga	Associação de Pequenos Produtores de Cacau.	Entidade Social/classe– local
Ipiau	Grupo Ecológico Humanista Papamel Endereço: Rua Alfredo Brito, 88. Centro Telefone: 73 531.5105	Entidade Ambientalista – estadual
Lage	Associação Comunitária dos Amigos e Moradores do Povoado Ponte de Jiquiriçá	Entidade Social – local
	Associação Cultural e Comunitária Pioneira do Povoado Marcolina	Entidade Social – local
	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Beneficente de Engenheiro Pontes	Entidade Social – local
	Associação de Moradores da Serra do Frio	Entidade Social – local
	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Boa Vista	Entidade Social/classe – local
	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Rio da Areia	Entidade Social/classe – local
	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Terra Seca	Entidade Social/classe – local
	Associação Lojista de Proteção à Infância e a à Maternidade – ALPIM. Endereço: Av. Augusto Sampaio.	Entidade Social – local
	Fundação Tereza Cristina Correia. Parafuso Esconsa.	Entidade Social – local
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laje	Entidade Social/classe – local
Maragogipe	Fundação Vovó do Mangue Endereço: Praça Conselheiro Antonio Rebouças, 16 - AAM CEP 44420-000 Telefone – 75 526-1934	Entidade Ambientalista - local
	ASCOMBEREMBAC	
	Associação Comercial de Maragogipe	Entidade Social/classe – local
	Associação Comunitária Brunco	Entidade Social – local
	Associação Comunitária da Piedade	Entidade Social – local
	Associação Comunitária de Bento Sardinha	Entidade Social – local
	Associação Comunitária de Olhos D'água	Entidade Social – local
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Sinunguinha, Irriquitia, Vale e Topa	Entidade Social – local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Mascote	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Quizanga	Entidade Social – local
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Carobas, Mocambo e Olhos D’água	Entidade Social – local
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Irriquitá de Coma	Entidade Social – local
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Topa de Cima	Entidade Social – local
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais Grande e Camarão	Entidade Social – local
	Associação Comunitária Renascer das Tamancas	Entidade Social – local
	Associação Comunitária Rural da Passagem	Entidade Social – local
	Associação Comunitária Rural das Carobas	Entidade Social – local
	Associação Comunitária Rural Pingo de Gente do Socorro	Entidade Social – local
	Associação Comunitária São Roque das Laranjeiras	Entidade Social – local
	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Jardim	Entidade Social – local
	Associação de Desenvolvimento Comunitário Serrote	Entidade Social – local
	Associação dos Produtores de Sam, amambaia	Entidade Social/classe – local
	Associação dos Produtores Rurais da Boa Vista, Maia e Cumbe	Entidade Social/classe – local
	Associação dos Produtores Rurais de Cachoeirinha	Entidade Social/classe – local
	Associação dos Produtores Rurais do Tabuleiro da Navalha e Vale de Cachoeirinha	Entidade Social/classe – local
	Associação Rural “Nova Esperança” da Serraria	Entidade Social/classe – local
	Centromangue	Entidade Ambientalista - local
	Colônia de Pescadores de Maragojipe Z7	Entidade Social/classe – local
	Fundação Osvaldo Sá	Entidade Ambientalista - local
	Grupo Ambientalista Guigui	Entidade Ambientalista – local
	Associação de desenvolvimento comunitário de Mascote	Entidade Social - local
	Associação de Costureiras e Bordadeiras	Entidade Social/classe– local
	Associação dos Horticultores e Produtores Rurais de Mascote	Entidade Social/classe– local
	SALVA - Sociedade Ambientalista da Região Cacaueira	Entidade Ambientalista - local
Muniz Ferreira	Sindicato Rural de Muniz Ferreira	Entidade Social/classe– local
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Muniz Ferreira	Entidade Social/classe– local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Nova Viçosa	Associação de Moradores	Entidade Social – local
	Associação do Setor Hoteleiro	Entidade Social/classe– local
	CEPEMAR - Entidade de pesquisa	Entidade Ambientalista- local
	Projeto Manguezal e Mar de Educação Ambiental	Entidade Ambientalista- local
	Sindicato Rural - sede em Pouso da Mata.	Entidade Social/classe– local
Nova Ibia	Associação de Moradores	Entidade Social - local
	Sindicato Rural	Entidade Social/classe– local
Nazaré	Associação de Bairro	Entidade Social - local
	Sindicato rural de Nazaré	Entidade Social/classe– local
Porto Seguro	Associação Flora Brasil Caixa Postal 54. Porto Seguro –BA. CEP: 45.810-000 Telefone: 73 679-1257	Entidade Ambientalista - local
	Projeto Amiga Tartaruga – PAT Caixa Postal 319. CEP: 45.810-000 Telefone: 73 679-2345 / 679-2234	Entidade Ambientalista - local
Presidente Tancredo Neves	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Tancredo Neves Rua Eugênio Venceslau dos Santos, nº 68. Centro	Entidade Social/classe– local
São Félix	Associação Comunitária de Moradores do Milagre e do Alto da Rodagem	Entidade Social– local
	Associação Comunitária de São Francisco, Maribondo, Formigueiro e Campinhos	Entidade Social– local
	Associação Comunitária de Subaúma, Terreno do Governo e Esconso	Entidade Social– local
	Associação Comunitária do Santo Antônio e Vidal	Entidade Social– local
	Associação Comunitária Rural da Caatinga.	Entidade Social– local
	Associação da Cidadania – ACIDADA	Entidade Social– local
	Associação de Moradores da Misericórdia	Entidade Social– local
	Associação de Moradores do Bairro do Salva Vidas	Entidade Social– local
	Associação de Moradores do Dendê	Entidade Social– local
	Associação de Moradores e Produtores do Pilar e Curva do S	Entidade Social/classe– local
	Associação dos Moradores do Beija-Flor	Entidade Social– local
	Associação dos Moradores do São Bento	Entidade Social– local
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Calumbi e Região	Entidade Social/classe– local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
Terra Nova	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Comunidade de Jaqueira Dura, Esconso, Miudinha, Serrada e Região;	Entidade Social/classe– local
	Associações de Apicultores do Recôncavo	Entidade Social/classe– local
	Cooperativa de Motorista de Aluguel de São Félix	Entidade Social/classe– local
	Cooperativa Mineira de Pedras do São Félix;	Entidade Social/classe– local
	ONG Amigos de São Félix	Entidade Social– local
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Entidade Social/classe– local
	Associação dos Moradores e Amigos do Jacú R. Belina Amparo. Jacú.	Entidade Social - local
	Associação Comunitária dos Moradores de Rio Fundo Pç. Eduardo Vinhas. Rio Fundo.	Entidade Social - local
	Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Dirigido de Terra Nova Fazenda Olhos D'água.	Entidade Social - local
	Ass. de Assentamento 03 (três) de abril Pequenos Agricultores de Terra Nova Fazenda Campo Alegre	Entidade Social - local
	Associação Comunitária Terranovense R. Jaime Vilas Boas	Entidade Social - local
	Associação Comunitária dos Produtores Rurais Sem Terra R. Jaime Vilas Boas.	Entidade Social - local
	Associação Comunitária dos Moradores da Fazenda Mercês	Entidade Social - local
	Associação Comunitária dos Moradores da Fazenda Bengue	Entidade Social - local
	Associação Comunitária dos Moradores da Fazenda Brejo do André	Entidade Social - local
Valença	Ong. Maré de Vida	Entidade Ambientalista - local
	COOPEMAR - Coopertativa de Pescadores, Marisqueiros e Agricultura do Baixo Sul. Rua Sr. do Bonfim, nº 5. Bairro da Bolívia Telefone: 75 641 2098 / 91482352	Entidade Social/classe– local
	Colônia de Pescadores Z-15 Rua Josino Emidio do Rosário, nº 91 Telefone: 75 641 3396 ou 641 4396 Rua Marcílio Dias, nº 30 Telefone: 75 641 1661/3706/4396	Entidade Social/classe– local

Município	Ongs, Associações e Entidades	Área de Atuação- Abrangência
	Movimento Ambientalista Regional – MAR Av. Beira Mar nº110, Centro. CEP: 45.400-000 Telefone: 75 641-4500	Entidade Ambientalista - local

Quadro 5.21- Ongs, Associações e Entidades estaduais, regionais, nacionais e internacionais nos Estados do Espírito Santo e Bahia

Ongs, Associações e Entidades	Endereço – e-mail	Área de atuação- abrangência
Associação Ambientalista - PANGEA	Largo Dois de Julho, n. 27, Centro Salvador - BA CEP 40060-180	Entidade Ambientalista - estadual
Associação Cultural Cabralia e Arte Ecológica – ASCAE	Rua Nova, nº 36, Centro – Santa Cruz Cabrália – BA CEP: 45.807-000 Telefone: 73 282-1355 / 2656	Entidade Ambientalista - local
Associação dos Amigos do Engenho – AAMEN	Rua Otacílio Santos, nº 42 Acupe de Brotas. Salvador-BA. CEP: 40.223-010 Telefone: 71 3492-2267	Entidade Ambientalista - local
Associação Ecológica Joanes/Ipitanga - ECOBUSCA	Estrada do Coco, Km 8, Catú de Abrantes, Condomínio Busca Vida, Camaçari – BA CEP: 42.840-000 Telefone: 71 671-1291	Entidade Ambientalista - local
Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA	Rua Direta do Urugai – Espaço Cultural Alagados – s/nº, Fim de Linha – Uruguai. Salvador – BA. CEP: 40.450-210	Entidade Ambientalista
Centro de Estudos Sócios Ambientais – PANGEA	Rua dos Radiomadores s/nº, Pituaçu. Salvador-BA. CEP: 41.741-080	Entidade Ambientalista
Eco Legal – Grupo de Educação Ambiental	Av. Alberto Torres, 303, Jucutuquara - Vitória – ES	Entidade Ambientalista - estadual

Ongs, Associações e Entidades	Endereço – e-mail	Área de atuação- abrangência
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Região Nordeste	Cep.: 29040-700 Telefone: 27 3222-8479 gamba@ax.apc.org gamba@ongba.org.br	Entidade Ambientalista - regional
Fundação Onda Azul	Ladeira da misericórdia, 7, Sé Salvador/BA CEP 40020-330 Tel/fax: (71) 321-3122	Entidade Ambientalista - estadual
Fundação SOS Mata Atlântica	www.sosmatalantica.org.br	Entidade Ambientalista - nacional
GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia	Av. Juracy Magalhães Júnior, 768 - Ed. RV Center - Sala 102 – Rio Vermelho Salvador – Bahia CEP: 41940-060 Telefone/fax: 71 240-6822	Entidade Ambientalista - estadual
Greenpeace - Brasil	www.greenpeace.org.br	Entidade Ambientalista - internacional
Grupo de Defesa Ambiental – GRUDEAM	Rua G Maquende, Lote 05, Quadra 42 Jardim Armação Salvador-BA. CEP: 41.760-060 Telefone: 71 231-2821	Entidade Ambientalista
Grupo de Estudos de Cetáceos - Bahia	Gecetcob@ufba.br	Entidade Ambientalista - estadual
Grupo de Recomposição Ambiental – GERMEN	George Souto Rocha – Coordenador Geral Rua Ignácio Accioly, nº 26, Pelourinho, Salvador-BA. CEP:40.025-100 Telefone: 71 328-8346	Entidade Ambientalista
Instituto Baleia Jubarte	www.cria-ativa.com.br/jubarte	Entidade Ambientalista - nacional

Ongs, Associações e Entidades	Endereço – e-mail	Área de atuação- abrangência
Instituto Sócio-Ambiental	www.socioambiental.org	Entidade Ambientalista - local
International Wildlife Coalition - Brasil	www.via-rs.com.br/iwc.br	Entidade Ambientalista - internacional
NDA - Conselho Nacional de Defesa Ambiental	www.cnda.org.br	Entidade Ambientalista - nacional
Recitek – Educação e Gestão Ambiental	Rua Alceu Amoroso Lima, nº 470. Empresarial Neimeyer Sala 31. Caminho das Árvores. Salvador /BA - CEP: 41.820-770 Telefone: 71 3491-1387	Entidade Ambientalista
Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE	sne@netpe.com.br	Entidade Ambientalista – regional
Universidade Livre da Mata Atlântica – UMA	Av. Frederico Pontes, nº 375, Calçada. Salvador-BA. CEP: 40.460-001 Telefone: 71 312-7897	Entidade Ambientalista
Wild World life Foundation - Brasil	www.wwf.org.br	Entidade Ambientalista - internacional

Quadro 5.22- Entidade sociais (assistencialistas, esportivas e religiosas) nos municípios da AID nos Estados do Espírito Santo e Bahia

Município	Categoria	Entidade	Área de Atuação - Abrangência
Conceicao da Barra - ES	Assistencialista	Sociedade Pestalozzi	Entidade Social - local
Pinheiros - ES	Social	ATIL – Associação Terceira Idade Linhares R. Ecoporanga, 189. Bairro B.N.H.	Entidade Social – local
	Social	Grupo Mulheres Bairro Interlagos R. Felipe Camarão, 1956.	Entidade Social – local

Município	Categoria	Entidade	Área de Atuação - Abrangência
Alcobaça – BA	Religiosa	Loja Maçônica Linhares Unidos Av. Gov. Lindemberg. Centro	Entidade Social – local
	Assistencialista	Sociedade Pestalozzi de Linhares Av. Pres. Rodrigues Alves, 275. Colina	Entidade Social – local
	Assistencialista	CLAM - Centro Linharenses Amigo Menor Rod. BR-101, Km 145.	Entidade Social – local
	Religiosa	Loja Maçônica Fraternidade Universal n.8 Av. Augusto Calmôn, 111. Centro.	Entidade Social – local
	Assistencialista	Av. Presd. Getúlio Vargas. Centro	Entidade Social – local
	Social	Associação dos Deficientes Linhares – ADEFIL Av. Padre Manoel da Nóbrega, 379. Interlagos. Caixa Postal 293	Entidade Social - local
	Religiosa	Fundação Presbiteriana	Entidade Social - local
	Assistencialista	COPEBEM	Entidade Social - local
	Social	Rotary Clube	Entidade Social – local
Cachoeira – BA	Religiosa	Sociedade Maçônica	Entidade Social – local
	Assistencialista	Obra de Assistência Paroquial da Cachoeira	Entidade Social – local
	Assistencialista	APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	Entidade Social – local
	Social	Associação Beneficente Comunitária da Comunidade de Guapira	Entidade Social – local
	Social	Associação Beneficente Comunitária Justiniano Machado	Entidade Social – local
	Social	Associação Beneficente do Baixão de Guai	Entidade Social – local
	Social	Associação Beneficente do Batatan	Entidade Social – local

Município	Categoria	Entidade	Área de Atuação - Abrangência
Camacan – BA	Social	Associação Beneficente Rural dos Moradores do Barreiro	Entidade Social – local
	Social	OBB – Organização Beneficente Bairrista	Entidade Social – local
	Social	Sociedade Beneficente Recreativa e Desportiva Palmeiras	Entidade Social – local
	Religiosa	Associação Batista Jequitinhonhense Av. dos Pioneiros, n.45.	Entidade Social – local
	Religiosa	Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo R. Colina dos Laranjais.	Entidade Social – local
	Esportiva	Sport Clube Ypiranga Pç. Mário Mário Batista. Ginásio de Esportes.	Entidade Social – local
	Esportiva	Liga de Desportos Camacanense Pç. Mário Mário Batista. Ginásio de Esportes.	Entidade Social – local
	Assistencialista	Pastoral da Criança (Organização Social da CNBB) R. 02 de Julho.	Entidade Social – local
	Social	Grupos Escoteiro Renato Cabral R. Independência. Escoa Luiza Vargens.	Entidade Social – local
	Social	Clube de Desbravadores R. 02 de Julho, n.705.	Entidade Social – local
	Social	Grêmio estudantil Jorge Amado Colégio Municipal de Camacan	Entidade Social – local
	Social	AME - Associação das Mulheres Evangélicas de Camacan Travessa Guanabara.	Entidade Social – local
	Social	Clube do Ancião Bairro Novo, São João do Panelinha.	Entidade Social - local
	Social	Associação Master de Camacan Pç. Mário Batista. Ginásio de Esporte.	Entidade Social – local

Município	Categoria	Entidade	Área de Atuação - Abrangência
Laje – BA	Social	Associação Master Paz Córrego do Ouro	Entidade Social – local
	Religiosa	Associação Presbiteriana	Entidade Social – local
	Assistencialista	Associação Beneficente Cristã de São João da Panelinha	Entidade Social – local
	Assistencialista	Associação Aliança Beneficente de São João do Panelinha	Entidade Social – local
	Assistencialista	Associação Beneficente, Cultural, Recreativa e Comunitária de Laje. Rua 15 de Novembro.	Entidade Social – local
	Esportiva	Associação Esporte Clube Quarenta. Rua da Ladeira.	Entidade Social - local
São Félix – BA	Assistencialista	Associação Beneficente e Cultural São Jorge	Entidade Social– local
Terra Nova - BA	Esportiva	Liga Desportiva Terranovense	Entidade Social - local
	Esportiva	Associação Desportiva Terranovense	Entidade Social - local

F) Identificação dos pólos e centros urbanos de referência

Pela sua supremacia em termos econômicos e pela especialização na oferta de serviços e infraestrutura básica ligada ao setor produtivo (estradas, energia, comunicações etc), as cidades núcleos exercem influência na estruturação das cidades periféricas, funcionando como suporte ao desenvolvimento regional. Portanto, as cidades não se constituem de forma isolada no contexto regional. São, a um só tempo, produtoras e produto do contexto macroeconômico regional e, em muitos casos, internacional.

Partindo da idéia de redes de cidade, um dos principais elementos estruturadores dessas redes são os equipamentos de infra-estrutura de transporte. Conforme já apontado, os municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu localizam-se em região litorânea e estão territorialmente articulados entre si pelo eixo da BR-101 (PORTO, 2003). O autor citado trabalha com os municípios

localizados no Estado da Bahia, entretanto, o mesmo vale para os cinco municípios (Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Pinheiros) localizados no Estado do Espírito Santo.

Em termos regionais, a área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu é um tanto quanto heterogênea. As cidades pólos, a seguir identificadas, refletem essa heterogeneidade.

No norte capixaba, destacam-se as cidades de Linhares e de São Mateus. Linhares, pela sua localização e formação histórica, exerce a função de núcleo para a microrregião de mesmo nome. São Mateus é pólo regional e estende sua função de cidade pólo a municípios localizados no extremo sul da Bahia.

Os municípios de Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro e Itamaraju, todos localizados no extremo sul baiano, exercem funções de cidade pólo. Porto Seguro e Eunápolis caracterizam-se como um bipolo dependente e complementar entre si. Enquanto Porto Seguro configura-se pela oferta de produtos e oportunidades da indústria do turismo, Eunápolis exerce a função de centro qualificado e diversificado de comércio e serviços. Teixeira de Freitas, com o ciclo da indústria da celulose, iniciado na década de 70 do século passado, consolidou-se como uma cidade pólo que atrai não só os fluxos comerciais regionais, mas também os fluxos inter-estaduais. Essa era a função exercida por Itamaraju na década de 60 e 70 do século XX, quando o ciclo de exploração da madeira (Mata Atlântica), caracterizava-se, conjuntamente com as atividades ligadas a produção e comercialização do cacau, como a principal atividade econômica da região. Atualmente, Itamaraju, exerce a função de cidade pólo microrregional. A função inter-estadual é facilitada pela localização estratégica dos núcleos urbanos, praticamente às margens da BR-101. É por essa rodovia que ocorre o escoamento da produção industrial localizada no sudoeste e sul em direção ao nordeste e norte do país.

Na região do litoral sul baiano ocorre o bipolo Ilhéus e Itabuna e a cidade pólo de Valença. As cidades de Ilhéus e Itabuna, na realidade são conurbadas entre si. O bipolo Ilhéus e Itabuna caracteriza-se, assim como o bipolo Porto Seguro/Eunápolis, pela complementaridade dos fluxos socioeconômicos intra-municipais. Enquanto a cidade de Ilhéus vem tentando consorciar a economia do turismo com a indústria de alta tecnologia (informática), Itabuna especializa-se na indústria de transformação. Esse bipolo não só pela sua localização às margens da BR-101, mas especialmente por toda a sua relevância história e econômica e pela função portuária de Ilhéus, caracteriza-se como um pólo de importância inter-estadual e internacional. O pólo Valença caracteriza-se pelas atividades turísticas e como suporte de comércio e serviços microrregional.

Na região do recôncavo sul baiano estão localizados os pólos microrregionais de Nazaré e Santo Amaro. São cidades que exercem importante função comercial e de serviços de menor especialização

no contexto microrregional. Para essa região, assim como para a região do litoral norte baiano, o principal centro de referência regional é a capital Salvador. A capital baiana é centro especializado na oferta de produtos e serviços para a região do recôncavo sul e litoral norte.

Resumindo, os pólos urbanos, na área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu, caracterizam-se tanto pela interação microrregional como intra-estadual e internacional. Apresentam como característica comum, com exceção de Salvador e Porto Seguro, sua estruturação territorial a partir do eixo da BR-101.

II.5.3.1.1. Infra-Estrutura

Para a identificação e descrição da infra-estrutura básica e de serviços no contexto dos municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu, serão utilizados dados secundários produzidos por agências oficiais. Esses dados estão divididos em duas grandes categorias: dados censitários e indicadores sintéticos. Os indicadores sintéticos permitem uma verificação “prática” dos efeitos sociais da infra-estrutura básica e de serviços disponíveis no contexto sócio-espacial estudado. Como será demonstrado a seguir, os municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, no tocante ao grau de atendimento e disponibilidade de infra-estrutura básica, apresentam entre si significativas diferenças. Entretanto, em termos de desenvolvimento social, como demonstram os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH- 2000), apresentam entre si significativa proximidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 2000, é um índice sintético que abrange um conjunto de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do país e resulta da agregação de três componentes: educação, longevidade e renda. O pressuposto teórico-metodológico para a utilização desse indicador sintético está no fato de que a composição dessas três variáveis resulta da combinação de uma série de políticas públicas e esforços individuais dos sujeitos. Por exemplo, não é possível uma vida mais longa sem acesso a saúde básica, assim como não é possível uma vida saudável sem renda mínima para aquisição dos bens necessários a reprodução biológica e social. O mesmo vale para o aspecto educação, sendo que quanto maior o grau de escolaridade, que não depende exclusivamente de políticas públicas, maiores são as probabilidades de inserção no mercado de trabalho. A rigor, para a análise dos efeitos práticos da infra-estrutura social (rede hospitalar, acesso a saneamento básico etc.) e das políticas públicas voltadas ao fomento econômico local assim como para qualidade de vida (campanhas de vacinação, incentivo à geração de emprego e renda) a utilização desse indicador sintético é suficiente. A leitura do indicador é feito em uma escala que varia de 0 a 1, quanto mais próximo da unidade,

melhor a situação do município. Dentre os 52 municípios da AII do Empreendimento, em 2002, 11 eram classificados como de desenvolvimento baixo e os demais estavam classificados como sendo de desenvolvimento médio. Comparando-se o IDH-M geral e as componentes, em 1991 e 2000, observa-se o crescimento do índice em todos os municípios da AII.

O IDH-M geral aponta que os municípios da AII são de desenvolvimento médio (igual ou maior que 0,500 e menor que 0,800). Em 1991, 11 municípios eram considerados de baixo desenvolvimento (tabela 5.150). A componente educação é aquela que apresenta índices mais elevados, entretanto, somente Itabuna na Bahia atingiu índice superior a 0,800. Os municípios do Espírito Santo apresentaram índice superior a 0,800, exceto Pedro Canário. A componente renda é aquela com índices mais baixos, sendo que em seis municípios do Estado da Bahia o índice foi inferior a 0,500 (Jaguaripe (0,4489), Arataca (0,489), Aurelino Leal (0,465), Itagibá (0,494), Mascote (0,489), Teolândia (0,458) e Wenceslau Guimarães (0,476).

Tabela 5.150 - Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M) para os municípios da AII

RE – Município	IDH-M		IDH-M		IDH-M		IDH-M	
	Geral		Educação		Longevidade		Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Municípios do ES								
Conceição da Barra	0,584	0,688	0,654	0,81	0,539	0,638	0,56	0,617
Linhares	0,674	0,757	0,747	0,852	0,656	0,719	0,62	0,7
Pedro Canário	0,591	0,673	0,643	0,787	0,539	0,635	0,591	0,598
Pinheiros	0,643	0,709	0,672	0,801	0,65	0,705	0,607	0,621
São Mateus	0,642	0,73	0,727	0,843	0,563	0,666	0,635	0,68
RE 5 Extremo Sul								
Alcobaça	0,506	0,637	0,448	0,741	0,563	0,603	0,508	0,567
Belmonte	0,493	0,618	0,472	0,705	0,524	0,586	0,482	0,564
Caravelas	0,488	0,667	0,421	0,731	0,555	0,627	0,487	0,644
Eunápolis	0,607	0,704	0,623	0,796	0,627	0,662	0,572	0,654
Ibirapuã	0,57	0,673	0,551	0,728	0,665	0,72	0,495	0,572
Itabela	0,524	0,637	0,524	0,717	0,555	0,651	0,493	0,543
Itagimirim	0,509	0,633	0,499	0,732	0,515	0,573	0,514	0,594
Itamaraju	0,556	0,65	0,554	0,742	0,548	0,607	0,565	0,601

RE – Município	IDH-M		IDH-M		IDH-M		IDH-M	
	Geral		Educação		Longevidade		Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Itapebi	0,505	0,636	0,44	0,674	0,621	0,715	0,455	0,52
Mucuri	0,525	0,69	0,476	0,792	0,548	0,642	0,551	0,636
Nova Viçosa	0,548	0,658	0,544	0,748	0,548	0,646	0,551	0,58
Porto Seguro	0,59	0,699	0,581	0,783	0,627	0,662	0,563	0,651
Prado	0,512	0,665	0,505	0,738	0,555	0,641	0,476	0,616
Teixeira de Freitas	0,598	0,698	0,638	0,794	0,558	0,645	0,599	0,656
RE 4 Litoral Sul								
Arataca	0,45	0,578	0,442	0,675	0,504	0,57	0,404	0,489
Aurelino Leal	0,468	0,574	0,472	0,687	0,497	0,57	0,436	0,465
Camacan	0,54	0,631	0,548	0,73	0,546	0,611	0,527	0,553
Coaraci	0,559	0,655	0,566	0,735	0,634	0,689	0,476	0,54
Gandu	0,567	0,674	0,564	0,738	0,551	0,674	0,587	0,609
Gongogi	0,5	0,586	0,493	0,649	0,6	0,651	0,408	0,459
Governador Lomanto Júnior	0,466	0,606	0,522	0,735	0,499	0,57	0,377	0,513
Ibirataia	0,537	0,642	0,489	0,732	0,634	0,664	0,489	0,53
Ilhéus	0,61	0,703	0,621	0,795	0,66	0,685	0,549	0,63
Ipiaú	0,572	0,662	0,622	0,767	0,529	0,626	0,564	0,592
Itabuna	0,654	0,748	0,727	0,848	0,607	0,733	0,627	0,663
Itagibá	0,5	0,615	0,465	0,687	0,597	0,664	0,438	0,494
Itajuípe	0,545	0,648	0,559	0,749	0,584	0,657	0,491	0,538
Itapitanga	0,528	0,608	0,517	0,663	0,581	0,651	0,485	0,511
Jussari	0,522	0,647	0,539	0,762	0,595	0,657	0,432	0,523
Mascote	0,481	0,596	0,439	0,688	0,576	0,61	0,429	0,489
Nova Ibiá	0,466	0,616	0,389	0,712	0,554	0,631	0,454	0,504
Presidente Tancredo Neves	0,442	0,605	0,363	0,681	0,555	0,626	0,407	0,509
Teolândia	0,481	0,591	0,333	0,652	0,634	0,664	0,475	0,458
Valença	0,561	0,672	0,575	0,758	0,574	0,669	0,534	0,588
Wenceslau Guimarães	0,462	0,575	0,321	0,586	0,621	0,664	0,445	0,476
RE 3 Recôncavo Sul								
Aratuípe	0,469	0,611	0,423	0,7	0,524	0,631	0,459	0,501

RE – Município	IDH-M		IDH-M		IDH-M		IDH-M	
	Geral		Educação		Longevidade		Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeira	0,598	0,681	0,698	0,796	0,585	0,675	0,511	0,571
Jaguaripe	0,511	0,604	0,437	0,653	0,625	0,669	0,472	0,489
Laje	0,524	0,654	0,446	0,701	0,632	0,721	0,495	0,539
Maragogipe	0,544	0,634	0,524	0,695	0,638	0,698	0,471	0,51
Muniz Ferreira	0,531	0,653	0,559	0,739	0,585	0,698	0,45	0,521
Nazaré	0,555	0,676	0,592	0,785	0,561	0,688	0,513	0,554
Santo Amaro	0,606	0,684	0,73	0,827	0,551	0,648	0,538	0,576
São Félix	0,556	0,657	0,62	0,774	0,55	0,637	0,497	0,559
RE 2 Litoral Norte								
Catu	0,622	0,716	0,717	0,87	0,603	0,679	0,546	0,598
Pojuca	0,65	0,708	0,745	0,85	0,629	0,679	0,575	0,595
São Sebastião do Passé	0,618	0,693	0,666	0,832	0,631	0,668	0,558	0,579

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003.

A seguir são apresentados os dados relativos a infra-estrutura em saúde, educação e dados de estrutura urbana.

II.5.3.1.1.1. Saúde

No Brasil, o acesso a saúde é um direito público. O Sistema Único de Saúde (SUS) é estruturado para prestar de forma pública e gratuita atendimento básico e de alta complexidade. Mas, um sistema de saúde não se reduz ao complexo hospitalar e de postos de saúde. Ações preventivas, vacinação em massa, campanhas educativas, programas continuados de assistência e orientação a exemplo do Programa da Saúde da Família (PSF). Esses programas resultam em melhores condições de saúde e, conseqüentemente, em melhorias na qualidade de vida. Uma das formas, além dos indicadores sociais sintéticos compostos ou da avaliação do número de atendimentos, da relação profissionais de saúde *versus* população, para “medir” os efeitos do sistema de saúde em dado contexto sócio-espacial é o indicador de esperança de vida ao nascer e os índices de mortalidade infantil. Esses indicadores, para os 52 municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, são, a seguir, apresentados na Tabela 5.151.

Tabela 5.151- Indicadores de longevidade e mortalidade infantil para os municípios da AII (1991 e 2000)

RE - Município	Esperança de vida ao nacer, 1991 (anos)	Esperança de vida ao nacer, 2000 (anos)	Diferença (1991- 2000) (anos)	Mortalidade até um ano de idade, 1991 *	Mortalidade até um ano de idade, 2000 *	Diferença (1991- 2000)*
ES						0
Conceição da Barra	57,33	63,3	5,97	69,56	44,27	-25,29
Linhares	64,37	68,12	3,75	40,46	28,72	-11,74
Pedro Canário	57,33	63,13	5,80	69,56	44,91	-24,65
Pinheiros	64,02	67,32	3,30	41,71	31,03	-10,68
São Mateus	58,79	64,93	6,14	62,7	38,57	-24,13
Subtotal	60,37	65,36	4,99	56,80	37,50	-19,30
RE 5 Extremo Sul						0
Alcobaça	58,78	61,15	2,37	74,73	56,73	-18
Belmonte	56,43	60,14	3,71	87,63	60,93	-26,7
Caravelas	58,3	62,64	4,34	77,3	50,87	-26,43
Eunápolis	62,61	64,7	2,09	56,37	43,36	-13,01
Ibirapuã	64,89	68,23	3,34	46,84	31,96	-14,88
Itabela	58,3	64,08	5,78	77,3	45,53	-31,77
Itagimirim	55,9	59,35	3,45	90,68	64,33	-26,35
Itamaraju	57,88	61,4	3,52	79,57	55,73	-23,84
Itapebi	62,24	67,92	5,68	58,01	32,88	-25,13
Mucuri	57,88	63,54	5,66	79,57	47,48	-32,09
Nova Viçosa	57,88	63,76	5,88	79,57	46,7	-32,87
Porto Seguro	62,61	64,7	2,09	56,37	43,36	-13,01
Prado	58,3	63,45	5,15	77,3	47,84	-29,46
Teixeira de Freitas	58,48	63,7	5,22	76,33	46,91	-29,42
Subtotal	59,32	63,48	4,16	72,68	48,19	-24,50
RE 4 Litoral Sul						
Arataca	55,23	59,2	3,97	94,69	65	-29,69
Aurelino Leal	54,84	59,2	4,36	97,03	65	-32,03
Camacan	57,76	61,66	3,90	80,22	54,66	-25,56
Coaraci	63,05	66,35	3,30	54,44	37,79	-16,65
Gandu	58,07	65,45	7,38	78,5	40,78	-37,72
Gongogi	61	64,05	3,05	63,71	45,65	-18,06

RE - Município	Esperança de vida ao nacer, 1991 (anos)	Esperança de vida ao nacer, 2000 (anos)	Diferença (1991- 2000) (anos)	Mortalidade até um ano de idade, 1991 *	Mortalidade até um ano de idade, 2000 *	Diferença (1991- 2000)*
Governador Lomanto Júnior	54,95	59,2	4,25	96,36	65	-31,36
Ibirataia	63,05	64,84	1,79	54,44	42,86	-11,58
Ilhéus	64,59	66,13	1,54	48,01	38,51	-9,5
Ipiaú	56,76	62,59	5,83	85,72	51,06	-34,66
Itabuna	61,39	68,95	7,56	61,87	29,84	-32,03
Itagibá	60,82	64,84	4,02	64,56	42,86	-21,7
Itajuípe	60,02	64,42	4,40	68,45	44,31	-24,14
Itapitanga	59,87	64,05	4,18	69,21	45,65	-23,56
Jussari	60,69	64,41	3,72	65,2	44,35	-20,85
Mascote	59,55	61,62	2,07	70,82	54,82	-16
Nova Ibiá	58,26	62,83	4,57	77,51	50,13	-27,38
Presidente Tancredo Neves	58,28	62,55	4,27	77,4	51,19	-26,21
Teolândia	63,02	64,84	1,82	54,57	42,86	-11,71
Valença	59,43	65,17	5,74	71,41	41,73	-29,68
Wenceslau Guimarães	62,24	64,84	2,60	58,01	42,86	-15,15
Subtotal	56,95	60,78	3,83	67,82	45,31	-22,51
RE 3 Recôncavo Sul						
Aratuípe	56,45	62,86	6,41	87,54	50,02	-37,52
Cachoeira	60,1	65,51	5,41	68,08	40,57	-27,51
Jaguaripe	62,51	65,13	2,62	56,81	41,85	-14,96
Laje	62,93	68,26	5,33	54,96	31,86	-23,1
Maragogipe	63,3	66,87	3,57	53,37	36,1	-17,27
Muniz Ferreira	60,1	66,87	6,77	68,08	36,1	-31,98
Nazaré	58,65	66,28	7,63	75,45	38,02	-37,43
Santo Amaro	58,06	63,88	5,82	78,6	46,24	-32,36
São Félix	58	63,23	5,23	78,9	48,62	-30,28
Subtotal	60,01	65,43	5,42	69,09	41,04	-28,05
RE 2 Litoral Norte						
Catu	61,18	65,72	4,54	62,87	39,85	-23,02
Pojuca	62,71	65,72	3,01	55,92	39,85	-16,07
São Sebastião do Passé	62,87	65,05	2,18	55,21	42,13	-13,08

RE - Município	Esperança de vida ao nascer, 1991 (anos)	Esperança de vida ao nascer, 2000 (anos)	Diferença (1991-2000) (anos)	Mortalidade até um ano de idade, 1991 *	Mortalidade até um ano de idade, 2000 *	Diferença (1991-2000)*
Subtotal	62,25	65,50	3,24	58,00	40,61	-17,39
Total	59,78	64,11	4,33	64,88	42,53	-22,35

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

*por 1000 nascidos vivos

Os indicadores de longevidade e mortalidade infantil para a AII (Tabela 5.151) mostram que, em 2000, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,33 anos, passando de 59,78 anos, em 1991, para 64,11 anos, em 2000, e a taxa de mortalidade infantil diminuiu 22,35%, passando de 64,88 (por mil nascidos vivos), em 1991, para 42,53 (por mil nascidos vivos), em 2000.

Nos municípios do Estado do Espírito Santo a média da esperança de vida ao nascer (65,36 anos) ficou abaixo da média estadual que era de 68,2 anos, em 2000.

Nos municípios da AII localizados no litoral sul da Bahia e no extremo sul da Bahia, a média da esperança de vida ao nascer ficou abaixo daquela do Estado da Bahia que é era 64,5 anos, em 2000. Para os municípios da AII localizados no litoral sul da Bahia a esperança de vida ao nascer era 60,78 anos (dos 21 municípios, 11 ficaram abaixo da média do Estado) e para os municípios do extremo sul da Bahia era 63,48 anos (dos 14 municípios, 10 ficaram abaixo da média do Estado). A taxa de mortalidade infantil nos municípios da AII localizados no extremo sul da Bahia (48,19 por mil nascidos vivos) ficou acima da média do Estado (46,49 por mil nascidos vivos). Dos 21 municípios do litoral sul da Bahia, oito ficaram acima da média do Estado e dos 14 municípios do extremo sul da Bahia, nove ficaram acima da média do Estado. Dos cinco municípios do Espírito Santo, quatro ficaram acima da média estadual (29,2 por mil nascidos vivos).

A) Caracterização da infra-estrutura e serviços do sistema de saúde

Nos municípios baianos, existiam, em 2001, 75 estabelecimentos de saúde (hospitais) e 5.120 leitos disponíveis. Para os municípios capixabas, em 2002, existiam oito estabelecimentos de saúde (hospitais) e 465 leitos disponíveis, totalizando, 82 hospitais e 5.585 leitos. A distribuição dos estabelecimentos de saúde e leitos, conforme os municípios é apresentada na Tabela 5.152.

Tabela 5.152- Distribuição dos estabelecimentos de saúde e leitos para municípios da AII

RE e Municípios	Estabelecimentos de saúde					Leitos		
	Total	Estadual	Municipal	Particular	Filantrópico	Pesquisa	Existentes	Contratados
Municípios do ES *								
Conceição da Barra	1	0	0	1	0	0	60	60
Linhares	2	0	1	1	0	0	189	112
Pedro Canário	1	0	0	1	1	0	42	0
Pinheiros	1	0	1	0	0	0	31	0
São Mateus	3	1	0	1	1	0	143	0
Subtotal	8	1	2	4	2	0	465	172
RE 5 Extremo Sul								
Alcobaça	1	0	0	0	1	0	52	52
Belmonte	3	0	1	1	1	0	94	84
Caravelas	1	0	0	0	1	0	56	43
Eunápolis	5	0	1	4	0	0	233	213
Ibirapua	0	0	0	0	0	0	0	0
Itabela	1	0	1	0	0	0	27	27
Itagimirim	1	0	1	0	0	0	7	7
Itamaraju	3	1	0	2	0	0	118	117
Itapebi	1	0	0	1	0	0	40	40
Mucuri	1	0	0	0	1	0	70	70
Nova Viçosa	1	0	0	1	0	0	46	46
Porto Seguro	2	1	1	0	0	0	125	125
Prado	1	0	0	0	1	0	42	42
Teixeira de Freitas	3	0	1	2	0	0	310	222
Subtotal	24	2	6	11	5	0	1220	1088
RE 4 Litoral Sul								
Arataca	0	0	0	0	0	0	0	0
Aurelino Leal	1	0	1	0	0	0	60	60
Camacan	3	0	0	2	1	0	195	195
Coaraci	1	1	0	0	0	0	30	30
Gandu	1	0	0	1	0	0	100	100
Gongogi	0	0	0	0	0	0	0	0
Governador								
Lomanto Júnior	1	0	1	0	0	0	30	30
Ibirataia	2	0	1	0	1	0	151	151

RE e Municípios	Estabelecimentos de saúde					Leitos		
	Total	Estadual	Municipal	Particular	Filantropico	Pesquisa	Existentes	Contratados
Ilhéus	5	1	0	2	2	0	760	675
Ipiaú	2	1	0	0	1	0	156	156
Itabuna	8	0	1	4	2	1	911	662
Itagibá	1	0	0	1	0	0	40	40
Itajuípe	1	0	0	0	1	0	43	43
Itapitanga	1	0	1	0	0	0	17	17
Jussari	1	0	1	0	0	0	30	30
Mascote	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Ibiá	0	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Tancredo Neves	1	0	1	0	0	0	17	17
Teolândia	1	0	1	0	0	0	30	30
Valença	1	0	0	0	1	0	293	293
Wenceslau Guimarães	1	0	1	0	0	0	50	50
Subtotal	32	3	9	10	9	1	2913	2579
RE 3 Recôncavo								
Sul								
Aratuípe	0	0	0	0	0	0	0	0
Cachoeira	1	0	0	0	1	0	109	60
Jaguaripe	0	0	0	0	0	0	0	0
Laje	1	0	1	0	0	0	21	21
Maragogipe	2	0	0	2	0	0	62	62
Muniz Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0
Nazaré	2	0	0	1	1	0	155	155
Santo Amaro	5	0	0	2	3	0	288	281
São Félix	1	0	0	0	1	0	101	101
Subtotal	12	0	1	5	6	0	736	680
RE 2 Litoral Norte								
Catu	2	0	1	1	0	0	85	71
Pojuca	2	0	0	1	1	0	92	88
São Sebastião do Passe	2	0	1	1	0	0	74	74
Subtotal	6	0	2	3	1	0	251	233

RE e Municípios	Estabelecimentos de saúde						Leitos	
	Total	Estadual	Municipal	Particular	Filantropico	Pesquisa	Existentes	Contratados
Total	81	6	20	33	23	1	5585	4752

Fonte: SESAB/ DICS, 2001 e SIH/SUS, 2002.

Os principais serviços de saúde localizados na área de influência do empreendimento estão identificados no Quadro 5.23.

Quadro 5.23- Hospitais e Serviços de Saúde Identificados na AII

Unidade de Saúde de Linhares/ES		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital Talma Drumond Pestana	(27) 2641162	Rua Gov Bley, s/nº - Colina
Unidade de Saúde de São Mateus/ES		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital Roberto Arnizaut Silveiras	(27) 3767 1510 - Fax: (27) 3767 1510	Rodovia Otovarino Duarte Santos - Km 02 Bairro Residencial Washington - CEP: 29930-000
CTA e Ambulatório no Centro de Saúde de São Mateus	(27) 3763-1498	Av. Jones dos Santos Neves, - Centro Anexo ao prédio do INSS
Unidade de Saúde de Ilhéus/BA		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital Geral Luis Viana Filho	(73) 634-3274/231-3358 - Fax: (73) 2313511	Av. Brasil, s/nº, Alto da Conquista - Cep: 45.650-000
Hospital e Maternidade Bartolomeu Chaves	(73) 634-7200	Rua: Ramiro de Castro 228, Centro
Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus	(73) 231-1015, 231-3568	Rua: Ladeira de Vitória 113, Centro
Associação Santa Isabel das S. C. Ilhéus	(73) 634-1012, 634-3915	Av. Osvaldo Cruz 250, Cidade Nova
Unidade de Saúde de Itamarajú/BA		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital Geral de Itamarajú	(73) 294-1242 - Fax: (73) 294-1206	Av. Antônio Carlos Magalhães, s/nº - Cep: 45.836-000

Unidade de Saúde de Porto Seguro/BA		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital Luís Eduardo Magalhães (terceirizado)	(73) 288-1930/4911 - Fax: (73) 288-1855	Rua Cova da Moça, s/nº - Cep: 45.820-000
Unidade de Saúde de Itabuna/BA		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital São Lucas	613-5435	Rua: Castro Alves, Santo Antônio
Day Hospital do Sul da Bahia	212-5695	Rua: Rio Almada 100, Goes Calmon
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda	613-2020	Rua: Ruffo Galvão 274, Centro
Clínica de Olhos de Itabuna Ltda	211-5444	Av. Mario Padre 185, Goes Calmon
Instituto de Ped e Puer de Itabuna Resp LT	613-4322, 613-4733	Rua: Nações Unidas 526, Duque de Caxias
COTEF Clínica Ort Tratamento Fisioterápico SA	613-1333, 613-1392	Rua: Pernambuco 201, Jardim Vitória
Unidade de Saúde de Santo Amaro/BA		
Hospital/Clínica	Telefone/Fax	Endereço
Hospital Octavio Pedreira Ltda	241-1411	Praça Comendador Sampaio 12, Centro
Santa Casa de Misericórdia Santo Amaro	241-2216	Praça da Purificação N 61, Centro
Maternidade de Santo Amaro	241-2111, 241-1302	Rua: Conselheiro Paranhos 69, Centro

B) Dados relativos a doenças com maior incidência nos municípios da AII

As doenças com maior incidência nos municípios da área de influência indireta do gasoduto, foram levantadas por grupos de causa de óbitos e por incidência de doenças infecto-contagiosas. As estatísticas disponíveis, por grupos de doença e faixa etária, são agrupadas em descrições gerais. Por exemplo, nas causas de óbito do aparelho respiratório estão incluídas mais de 20 tipos de doenças sem explicitar a sua etiologia. Nesse sentido, não é possível estabelecer, por exemplo, correlação entre poluição atmosférica e incidência da doença no sistema respiratório. Diante dessa limitação, optou-se

pela apresentação dos dados relativos a mortalidade por grupos de doença e dos dados relativos a incidência de doenças infecto-contagiosas.

Mortalidade por grupos de doenças

Os dados sobre mortalidade por grupos de doenças permitem uma visão geral de quais são as principais causas de morte na área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu. Os dados estão apresentados em separado para os municípios da área de influência localizados no Espírito Santo e para os municípios localizados na Bahia, pois as fontes disponíveis são de diferentes períodos. Para os municípios localizados no Espírito Santo (Tabela 5.153) os dados referem-se ao ano de 2002 (IPES, 2004) e para os municípios localizados na Bahia (Tabela 5.154) referem-se ao ano de 2000 (SEI, 2004).

Em 2002, ocorreram 1.447 casos de óbitos nos municípios da área de influência localizados no Espírito Santo (Tabela 5.153). A maior causa de mortes com 410 casos (28,3%), está associada a doenças do aparelho circulatório. A segunda causa com 262 casos (18,1%), são as causas externas (acidentes de carro, armas de fogo, quedas e etc). Os sintomas, sinais e achados anormais em exame clínico e de laboratório com 232 casos (16,0%), são a terceira causa de morbidade. As neoplasias (tumores) com 143 casos (9,9%), são a quarta causa de morte. As mortes decorrentes do sistema respiratório, com 118 casos (8,2%), aparecem em quinto lugar.

Tabela 5.153- Mortalidade por Grupos de Doenças nos Municípios da AII localizados no Espírito Santo– 2002

Municípios	Algumas afec originadas no período perinatal	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Causas externas de morbidade e mortalidade	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças do aparelho geniturinário	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do sistema nervoso	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Gravidez parto e puerpério	Mal f cong deformid e anomalias cromossômicas	Neoplasias (tumores)	Sint sinais e achad os anorm ex clín e laborat	Transtorn os mentais e comporta mentais
Linhares	18	16	127	1	174	23	10	43	10	24	1	X	2	76	83	2
São Mateus	18	9	59	2	124	15	6	38	9	17	3	2	3	39	62	2
Conceição da Barra	5	4	33	x	40	8	2	20	x	4	1	x	x	11	31	3
Pinheiros	5	5	17	x	31	7	x	12	x	6	1	x	1	8	45	x
Pedro Canário	6	5	26	x	41	7	3	5	3	5	x	1	1	9	11	6
Total	52	39	262	3	410	60	21	118	22	56	6	3	7	143	232	13
%	3,6	2,7	18,1	0,2	28,3	4,1	1,5	8,2	1,5	3,9	0,4	0,2	0,5	9,9	16	0,9

Fonte: Banco de Dados do IPES, 2004.

Nos municípios da área de influência localizados na Bahia (Tabela 5.154), no ano de 2000, ocorreram 8.591 casos de óbitos. A maior causa de mortes, assim como ocorreu em 2002 nos municípios localizados no Estado do Espírito Santo, com 1.982 casos (23,1%), está associada a doenças do aparelho circulatório. A segunda causa com 1.406 casos (16,41%), está ligada a transtornos mentais e comportamentais. Os sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e de laboratório com 1.211 casos (14,1%), aparecem como a terceira causa de óbitos. As causas externas de mortalidade aparecem com 1.127 casos e são a quarta causa de óbitos no Estado. As doenças do aparelho respiratório, com 1.982 casos (13,1%) aparecem como a quinta causa de mortalidade.

Tabela 5.154- Mortalidade por Grupos de Doenças nos Municípios Baianos da AII - 2000

Município	Algumas afec originadas no período perinatal	Algumas doenças no infecciosas e parasitárias	Causas externas de morbidade e mortalidade	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças do aparelho geniturinário	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do sistema nervoso	Doenças endócrinas e nutricionais e metabólicas	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Gravidez parto e puerpério	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Neoplasias (tumores)	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Transtorn os mentais e comporta mentais
Alcobaça	2	3	14	-	6	1	1	2	-	7	-	-	-	2	35	-
Belmonte	6	1	8	1	20	-	2	11	1	1	-	-	-	3	18	-
Caravelas	1	2	6	-	15	4	-	5	-	7	-	-	1	4	34	-
Eunápolis	40	17	75	1	119	14	5	35	5	24	4	-	7	28	82	8
Ibirapoã	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	-
Itabela	3	15	33	-	29	1	1	12	1	2	-	-	-	7	31	-
Itagimirim	2	2	6	-	6	-	-	-	-	-	-	-	1	1	13	-
Itamaraju	22	19	65	-	56	9	1	19	4	21	1	1	4	13	162	4
Itapebi	3	3	4	-	10	-	1	4	-	-	-	-	-	-	35	-
Mucuri	9	5	19	1	13	3	1	7	-	4	-	-	-	3	26	2
Nova Viçosa	6	6	18	-	10	4	-	4	-	1	1	-	2	2	13	1
Porto Seguro	50	29	72	-	53	16	7	29	4	12	6	1	6	14	90	2
Prado	5	8	21	1	20	4	-	7	1	5	-	-	-	1	47	-
Teixeira de Freitas	19	18	93	-	68	8	1	24	9	16	6	1	1	16	182	1
Arataca	2	1	10	-	2	-	-	5	-	-	2	-	-	-	1	34
Aurelino Leal	11	6	17	-	10	4	1	5	-	8	-	-	1	2	5	56
Governador Lomao Junior	3	1	4	-	10	-	-	2	1	3	-	-	-	-	1	15
Camacan	13	4	25	2	35	5	2	20	4	7	2	1	-	2	11	92
Coaraci	9	13	12	-	71	6	3	32	2	21	2	-	-	1	17	17
Gandu	5	9	13	-	31	5	1	11	2	11	-	2	-	1	11	20
Gongogi	X	4	3	-	5	1	-	-	-	2	-	-	-	-	2	37

Município	Algumas afecções originadas no período perinatal	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Causas externas de morbidade e mortalidade	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças do aparelho geniturinário	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do sistema nervoso	Doenças endócrinas e nutricionais e metabólicas	Doenças sanguíneas e órgãos hematológicos e transtornos imunitários	Gravidez e parto e puerpério	Malfomções congênitas e deformidades e anomalias cromossômicas	Neoplasias (tumores)	Sintomas e achados anormais clínicos e laboratoriais	Transtornos mentais e comportamentais
Ibirataia	4	-	11	-	21	1	-	5	-	6	2	-	-	1	4	53
Ilhéus	52	42	144	1	194	40	14	41	8	52	6	6	2	10	72	212
Ipiaú	8	10	23	-	59	17	6	11	2	27	1	-	-	2	24	102
Itabuna	81	81	172	4	426	60	26	133	20	88	8	3	-	13	152	90
Itagibá	6	2	5	-	6	-	-	4	-	3	-	-	-	-	1	30
Itajuípe	4	5	15	-	27	3	1	6	2	5	1	-	-	2	6	80
Itapitanga	-	3	2	1	12	1	1	6	2	4	1	1	-	-	3	23
Jussari	-	2	2	-	3	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	28
Mascote	2	3	10	-	4	-	2	4	2	-	-	-	-	-	1	5
Nova Ibiá	-	1	2	-	5	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	12
Presidente Tancredo Neves	5	5	14	-	23	1	1	10	-	6	2	-	-	-	1	30
Teolândia	-	3	8	-	8	1	-	5	-	2	-	-	-	1	2	17
Valença	31	26	44	-	80	14	4	33	1	31	3	-	-	5	28	66
Wenceslau Guimarães	1	4	6	-	17	1	-	10	-	5	1	-	-	2	1	7
Aratuípe	2	1	2	-	5	2	2	1	-	4	-	-	-	-	2	2
Cachoeira	9	12	15	-	39	6	2	7	2	18	2	1	-	1	22	44
Jaguaripe	6	2	5	-	8	1	1	-	2	1	-	-	-	-	-	19
Laje	7	6	6	-	30	3	1	10	-	6	-	-	1	1	1	39
Maragogipe	3	6	15	-	32	3	1	8	-	9	2	-	-	-	7	114
Muniz Ferreira	-	4	4	1	13	1	-	4	1	-	1	-	-	-	2	4
Nazaré	3	19	11	-	59	8	10	10	1	14	5	1	-	-	17	21
Santo Amaro	22	20	24	-	104	20	-	26	5	33	7	1	-	1	31	28
São Félix	1	7	4	-	17	2	-	1	-	3	-	-	1	1	4	26

Município	Algumas afec originadas no período perinatal	Algumas doenças e parasitárias	Causas externas de morbidade e mortalidade	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças do aparelho geniturinário	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do sistema nervoso	Doenças endócrinas e nutricionais e metabólicas	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Gravidez parto e puerpério	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Neoplasias (tumores)	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Transtorn os mentais e comporta mentais
Catu	10	18	23	1	96	12	8	15	-	-	30	1	2	-	1	37
Pojuca	7	8	20	-	56	9	2	15	-	4	14	1	2	-	-	13
São Sebastião do Passé	13	8	22	-	48	6	2	12	-	2	11	2	-	-	2	15
TOTAL	489	465	1127	14	1982	298	111	613	82	477	121	23	31	141	1211	1406
%	5,7	5,4	13,1	0,2	23,1	3,1	1,3	7,1	1	5,6	1,4	0,3	0,4	1,6	14,1	16,4

Fonte: Banco de Dados do SEI, 2004.

Os dados sobre mortalidade (Tabelas 5.153 e 5.154) para municípios localizados na área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu, evidenciam que, para essa áreas, as doenças respiratórias são uma das principais causas de morte.

Doenças Infecto Contagiosas e Endêmicas

As doenças infecto-contagiosas são as que apresentam maior relação entre condições socioambientais e ocorrência de casos. Como é visualizado na Tabela 5.155, as doenças desse tipo com maior incidência, em 1999, nos municípios da AII do Gasoduto Cacimba-Catus, foram: esquistossomose (2.498 casos), tuberculose pulmonar (1.088 casos), leishmaniose tegumentar (1.089 casos), dengue (705 casos), hepatite (350 casos), meningites (289 casos), hanseníase (260 casos) e febre tifóide (196 casos).

A propagação de doenças endêmicas é condicionada por aspectos socioeconômicos e ambientais. As desigualdades no acesso aos serviços de saúde, saneamento, educação são fatores determinantes no controle e propagação de doenças endêmicas e infecto-contagiosas. Outro fator determinante, especialmente para as doenças infecto-contagiosas, são os contatos sexuais sem prevenção. A hepatite (tipos “B” e “C”) e a AIDs são exemplos dessa possibilidade.

A correlação entre as atividades de implementação de um empreendimento, que requer a presença de grande contingentes de trabalhadores oriundos de outras regiões do país e a propagação de doenças endêmicas, reforça a idéia de que essa situação potencializa a propagação de novas doenças endêmicas na região e vice-versa. Alguns dos pressupostos contidos nessa afirmação, comum na análise sócioambiental de empreendimentos de grande porte, são: interferências no sistema de saneamento básico (sobrecarga do sistema), disposição inadequada de resíduos sólidos, contatos sexuais sem proteção entre os moradores e os trabalhadores externos a realidade local e condições ambientais de propagação das doenças (dengue, malária, febre amarela e etc). Todos esses fatores, desde de que existam políticas públicas para este fim, podem ser minimizados e alguns controlados. Portanto, a possibilidade de introdução de novas doenças endêmicas, como resultado da presença de contingentes de trabalhadores externos a realidade local, está diretamente condicionada, ao controle ambiental das atividades da obra, a presença ou ausência de programas de saúde preventivos e de treinamento da força trabalho utilizada no processo de construção da obra. No empreendimento, em análise, todas essas questões são contempladas no PAC (Programa Ambiental de Construção). O PAC contempla ações de saúde do trabalhador, normas de conduta ética dos trabalhadores em relação aos moradores

loais, técnicas construtivas ambientalmente adequadas etc. Esses procedimentos atenuam significativamente a possibilidade de introdução ou aumento de doenças endêmicas nos municípios da área de influência do empreendimento. É importante, também, ter presente que as populações da área de influência do empreendimento não são populações isoladas, Pelo contrário, o fluxo de turistas e trabalhadores, especialmente do setor de transportes, é uma realidade na absoluta maioria dos municípios.

Tabela 5.155- Doenças registradas nos municípios da AII

Municípios	AIDS (1)	Tuberculose		Coquelu- che	Tétano Aciden- tal	Neo- natal	Febre Tifóide	Dengue	Saram- po	Rubéo- la	Hepa- tite	Leptospi- rose	Menin- gites	Esquistossomose	Leishmaniose		Hanseníase
		Pulmonar	extra- pulmonar												Visceral	Tegumentar	
RE 5 Extremo Sul																	
Alcobaça																	
Belmonte	0	14	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	23	0	0	6
Caravelas	0	13	2	0	0	0	0	0	7	1	8	0	3	0	0	0	3
Eunápolis	7	72	12	5	0	0	0	23	1	4	17	1	9	67	0	13	39
Ibirapuã	0	6	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0
Itabela	1	9	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	5	37	0	1	30
Itagimirim	0	3	0	3	1	0	0	0	0	0	6	0	2	6	0	1	0
Itamaraju	1	28	4	0	0	0	0	20	1	0	23	0	20	2	0	2	23
Itapebi	0	2	1	0	0	0	0	28	2	0	2	0	2	0	0	2	0
Mucuri	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	2	2	0	0	1
Nova Viçosa	0	28	1	0	0	0	0	5	0	3	20	0	2	0	0	0	1
Porto Seguro	1	78	1	0	0	0	0	11	0	1	22	0	14	87	0	14	27
Prado	0	16	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	1
Teixeira de Freitas	2	97	9	0	0	0	2	56	2	0	5	0	30	4	0	0	53
Subtotal	12	373	33	8	2	0	2	143	13	11	113	1	92	228	0	34	184
RE 4 Litoral Sul																	
Arataca	0	5	1	2	1	0	0	1	0	0	6	0	0	325	1	4	1
Aurelino Leal	0	5	1	0	1	0	14	125	0	0	5	0	2	108	0	19	0
Camacã	1	26	4	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4	13	1	3	15
Coaraci	0	3	3	1	0	0	114	1	0	1	32	0	4	97	0	101	1
Gandu	0	18	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	7	154	0	73	0
Gongogi	0	4	0	0	0	0	2	7	0	0	0	0	0	6	0	5	0
Governador Lomanto Júnior	0	2	0	0	0	0	0	6	1	1	0	0	0	27	0	2	0
Ibirataia	0	10	0	0	0	0	10	0	1	1	5	0	4	85	0	42	0
Ilhéus	17	112	15	1	2	0	3	105	2	6	24	5	37	29	1	98	7
Ipiaú	2	36	10	0	0	0	18	9	6	1	18	0	8	0	0	2	0
Itabuna	11	120	26	2	3	0	7	165	4	2	54	4	30	6	8	8	39

Municípios	AIDS (1)	Tuberculose		Coquelu- che	Tétano Aciden- tal	Neo- natal	Febre Tifóide	Dengue	Saram- po	Rubéo- la	Hepa- tite	Leptospi- rose	Menin- gites	Esquistossomose	Leishmaniose		Hanseníase
		Pulmonar	extra- pulmonar												Visceral	Tegumentar	
Itagibá	0	2	1	0	0	0	7	33	0	0	1	0	1	379	0	11	0
Itajuípe	0	15	1	0	0	0	10	1	0	1	6	0	0	256	0	37	3
Itapé	1	3	1	0	0	0	0	3									
Itapitanga	0	4	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	6	0	4	0
Jussari	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	2	0
Mascote	1	6	1	0	0	1	0	4	0	0	16	0	1	1	0	3	1
Nova Ibiá	0	5	0	0	0	0	2	3	0	2	0	0	1	11	0	48	0
Presidente Tancredo Neves	0	12	0	0	0	0	0	0	2	0	7	0	6	45	0	216	0
Teolândia	0	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	28	0	142	0
Valença	5	94	4	0	0	2	1	3	13	0	6	6	25	162	0	111	3
Wenceslau Guimarães	0	9	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	6	0	79	0
Subtotal	39	496	70	7	8	3	193	466	30	16	182	16	132	1744	14	1010	70
RE 3 Recôncavo Sul																	
Aratuípe	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	31	0	2	0
Cachoeira	2	25	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	1	8	0
Jaguaripe	0	5	0	0	0	0	0	63	0	2	0	0	5	4	0	3	0
Laje	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	5	0	4	100	0	26	0
Maragogipe	0	15	1	0	0	0	0	5	0	0	3	0	13	26	0	0	2
Muniz Ferreira	0	4	2	4	0	0	1	0	0	0	4	0	1	16	0	0	0
Nazaré	1	51	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	4	252	0	0	0
Santo Amaro	2	50	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	11	0	0	1
São Félix	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	31	0	1	0
Subtotal	6	170	10	4	0	0	1	68	0	2	16	2	39	474	1	40	3
RE 2 Litoral Norte																	
Catu	2	21	1	0	1	0	0	0	0	0	12	0	9	8	0	1	0
Pojuca	0	10	0	1	2	0	0	25	3	4	14	1	9	23	0	2	2
São Sebastião do Passé	0	18	1	1	0	0	0	3	7	5	13	2	6	19	1	2	1
Subtotal	2	49	2	2	3	0	0	28	10	9	39	3	24	50	1	5	3
Total	58	1085	114	21	13	3	196	702	53	38	350	22	287	2496	16	1089	260

Fonte: SESAB/DICS (1) Dados fornecidos pelo CREAIDS - Centro de Referência Estadual de AIDS (dados sujeitos à retificação) (2). Por 100.000 menores de um ano. (3) Todas as formas, incluindo os casos cuja forma não foi registrada.

C) Identificação das fontes de ruído na AID e próximo aos canteiros de obras

A identificação de fontes de ruído na área de influência direta (AID) objetiva resguardar as condições de moradia e a saúde da população dessas áreas e dimensionar, caso não existam fontes de ruído, qual o impacto causado por ruídos originados do Empreendimento em análise. Entretanto, inexistem dados estatísticos secundários que identifique fontes de ruído, quer no âmbito dos municípios (AII), quer no âmbito das comunidades localizadas na AID do Empreendimento. Diante da ausência de indicadores, secundários de poluição sonora, para a AID do Gasoduto Cacimbas-Catu, bucou-se, através de entrevistas e visitas de campo, conhecer a percepção dos moradores sobre a condição ambiental do local de moradia. Foi relatado, na Fazenda Córrego Grande, município de São Mateus, apenas um caso de ruído “perturbador” do sossego. Para o entrevistado, os caminhões que utilizam uma estrada interna à fazenda para carregamento de petróleo, produzem ruídos incômodos.

No âmbito do projeto foram definidos, para localização dos canteiros de obras, os seguintes municípios: São Mateus no Espírito Santo e Teixeira de Freitas, Itabuna, Ipiaú, e Valença na Bahia. Entretanto, ainda são propostas de macro-localização, ou seja, os lugares exatos dos canteiros de obra ainda não estão definidos. Nesse sentido, não é possível estabelecer a relação entre fontes atuais de ruídos e a localização dos canteiros.

Nas observações de campo, foram identificadas fontes de ruído provenientes do fluxo de trânsito veicular, notadamente junto a comunidades localizadas às margens da BR-101, como por exemplo, Comunidade 31 de Março em Mucuri, assim como as comunidades rurais na rota do transporte de eucalipto por caminhões de grande porte. Ressalta-se, contudo, que o transporte de eucaliptos é intermitente.

II.5.3.1.1.2. Educação

A) Caracterização das formas de educação formal e informal

O sistema escolar nos municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu, como será a seguir demonstrado, está fortemente voltado para o ensino fundamental e sob a responsabilidade dos municípios. Em realidade essa é uma das prioridades e determinações legais do sistema nacional de ensino, que acaba refletido diretamente na oferta e estrutura física de ensino. Aos governos estaduais compete a oferta de ensino do ciclo médio. Simultaneamente à oferta pública, ocorre a oferta privada

de ensino. A conjunção desses fatores, entre outros, determina a estruturação dos sistemas locais de ensino.

Para conhecer, no âmbito dos municípios aqui estudados, a dimensão da oferta física (número de escolas por grau de ensino) e o grau de dependência administrativa (privada, cooperativa, municipal, estadual e federal) serão utilizados dados do Ministério da Educação e dos Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (MEC/INEP) relativos aos anos de 2001 e 2003. Esses dados estão expostos, a seguir, na tabela 5.156. Ressalva-se que os dados a seguir, isolados, não permitem um diagnóstico e análise sobre o padrão de escolaridade da população dessa área e, portanto, devem ser associados aos indicadores sociais sintéticos (apresentados no item B do tópico Educação) que revelam, em anos de estudo, a situação de referência da população residente nos municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu.

Tabela 5.156- Número de estabelecimentos de ensino, localização e dependência administrativa

Ensino Infantil											
Municípios	Número de Estabelecimentos										
	Total	Urbana				Rural					
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
ESPÍRITO SANTO											
Conceição da Barra	17	0	0	4	8	12	0	0	4	1	5
Linhares	45	0	0	27	5	32	0	0	13	0	13
Pedro Canário	11	0	0	7	3	10	0	0	0	1	1
Pinheiros	13	0	0	7	1	8	0	0	5	0	5
São Mateus	67	0	0	26	11	37	0	0	30	0	30
BAHIA											
Alcobaça	8	0	0	2	0	2	0	0	6	0	6
Amélia Rodrigues	24	0	0	6	3	9	0	0	15	0	15
Arataca	22	0	0	3	0	3	0	0	19	0	19
Aratuípe	34	0	0	6	1	7	0	0	27	0	27
Aurelino Leal	4	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0
Governador Lomanto Júnior	12	0	0	3	1	4	0	0	8	0	8
Belmonte	29	0	0	4	1	5	0	0	24	0	24
Cachoeira	30	0	0	4	5	9	0	0	20	1	21
Camacan	22	0	0	12	9	21	0	0	1	0	1
Caravelas	15	0	0	11	0	11	0	0	4	0	4
Catu	57	0	0	16	9	25	0	0	31	1	32

Coaraci	16	0	0	7	5	12	0	0	4	0	4
Eunápolis	50	0	0	22	20	42	0	0	8	0	8
Gandu	36	0	0	6	6	12	0	0	24	0	24
Gongogi	8	0	0	5	1	6	0	0	2	0	2
Ibirapoã	3	0	0	2	0	2	0	0	1	0	1
Ibirataia	40	0	0	9	1	10	0	0	30	0	30
Ilhéus	63	0	0	12	33	45	0	0	18	0	18
Ipiaú	46	0	0	15	6	21	0	0	25	0	25
Itabela	8	0	0	5	3	8	0	0	0	0	0
Itabuna	130	0	0	53	44	97	0	0	32	1	33
Itagibá	9	0	0	5	1	6	0	0	3	0	3
Itagimirim	6	0	0	5	1	6	0	0	0	0	0
Itajuípe	19	0	0	11	2	13	0	0	6	0	6
Itamaraju	34	0	1	14	9	24	0	0	10	0	10
Itapebi	8	0	0	5	2	7	0	0	1	0	1
Itapitanga	8	0	0	4	0	4	0	0	4	0	4
Jaguaripe	47	0	0	10	1	11	0	0	35	1	36
Jussari	18	0	0	3	1	4	0	0	14	0	14
Laje	10	0	0	3	1	4	0	0	6	0	6
Maragogipe	79	0	1	11	4	16	0	0	63	0	63
Mascote	20	0	0	5	0	5	0	0	15	0	15
Mucuri	22	0	0	12	8	20	0	0	2	0	2
Muniz Ferreira	23	0	0	3	1	4	0	0	19	0	19

Nazaré	46	0	1	19	5	25	0	0	21	0	21
Nova Ibiá	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Nova Viçosa	14	0	0	7	4	11	0	0	3	0	3
Pojuca	20	0	0	6	5	11	0	0	9	0	9
Porto Seguro	27	0	0	8	6	14	0	0	12	1	13
Prado	15	0	0	7	2	9	0	0	5	1	6
Presidente Tancredo Neves	12	0	0	7	1	8	0	0	4	0	4
Santo Amaro	67	0	0	24	15	39	0	0	25	3	28
São Félix	17	0	0	5	4	9	0	0	8	0	8
São Sebastião do Passé	22	0	0	4	8	12	0	0	9	1	10
Teixeira de Freitas	50	0	0	35	15	50	0	0	0	0	0
Teolândia	7	0	0	3	2	5	0	0	2	0	2
Terra Nova	11	0	0	8	2	10	0	0	1	0	1
Valença	35	0	1	12	8	21	0	0	14	0	14
Wenceslau Guimarães	14	0	0	4	0	4	0	0	10	0	10
TOTAL	1.471	0	4	519	284	807	0	0	652	12	664

Ensino Fundamental

Municípios	Número de Estabelecimentos										
	Total	Urbana				Rural					
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Conceição da Barra	28	0	4	5	1	10	0	12	6	0	18
Linhares	111	0	16	11	6	33	0	59	19	0	78
Pedro Canário	16	0	5	4	2	11	5	0	0	0	5

Pinheiros	31	0	8	3	1	12	0	6	12	1	19
São Mateus	112	0	13	12	7	32	0	37	42	1	80
Alcobaça	60	0	2	5	0	7	0	0	53	0	53
Amélia Rodrigues	31	0	4	13	1	18	0	0	13	0	13
Arataca	29	0	2	4	0	6	0	0	23	0	23
Aratuípe	40	0	4	6	0	10	0	0	30	0	30
Aurelino Leal	31	0	6	10	0	16	0	0	15	0	15
Barro Preto	22	0	1	4	1	6	0	0	16	0	16
Belmonte	51	0	4	4	1	9	0	0	42	0	42
Cachoeira	50	0	5	6	5	16	0	3	30	1	34
Camacan	52	0	5	11	4	20	0	0	32	0	32
Caravelas	37	0	4	12	0	16	0	0	21	0	21
Catu	74	0	7	21	7	35	0	1	38	0	39
Coaraci	45	0	6	14	4	24	0	0	21	0	21
Eunápolis	77	0	9	29	19	57	0	0	20	0	20
Gandu	61	0	8	13	4	25	0	0	36	0	36
Gongogi	24	0	1	13	1	15	0	0	9	0	9
Ibirapoã	22	0	4	3	0	7	0	0	15	0	15
Ibirataia	54	0	5	11	1	17	0	0	37	0	37
Ilhéus	168	0	24	26	27	77	0	0	91	0	91
Ipiaú	57	0	8	14	7	29	0	0	28	0	28
Itabela	41	0	2	14	2	18	0	0	23	0	23
Itabuna	175	0	31	65	38	134	0	0	40	1	41

Itagibá	45	0	4	4	0	8	0	0	37	0	37
Itagimirim	12	0	1	5	0	6	0	0	6	0	6
Itajuípe	55	0	6	13	3	22	0	0	33	0	33
Itamaraju	114	0	10	21	10	41	0	0	73	0	73
Itapebi	28	0	2	9	2	13	0	0	15	0	15
Itapitanga	25	0	3	5	0	8	0	0	17	0	17
Jaguaripe	57	0	2	10	0	12	0	0	45	0	45
Jussari	23	0	1	7	0	8	0	0	15	0	15
Laje	51	0	2	3	1	6	0	0	45	0	45
Maragogipe	104	0	5	19	5	29	0	1	74	0	75
Mascote	43	0	2	13	0	15	0	0	28	0	28
Mucuri	46	0	2	15	7	24	0	0	22	0	22
Muniz Ferreira	29	0	3	5	1	9	0	0	20	0	20
Nazaré	57	0	8	20	5	33	0	0	24	0	24
Nova Ibiá	34	0	0	3	0	3	0	0	31	0	31
Nova Viçosa	37	0	4	12	4	20	0	0	17	0	17
Pojuca	29	0	4	7	4	15	0	0	14	0	14
Porto Seguro	92	0	3	26	6	35	0	0	56	1	57
Prado	62	0	6	9	2	17	0	0	44	1	45
Presidente Tancredo Neves	87	0	1	9	1	11	0	0	76	0	76
Santo Amaro	76	0	9	24	16	49	0	0	27	0	27
São Félix	37	0	3	5	4	12	0	0	25	0	25
São Sebastião do Passé	53	0	7	7	7	21	0	0	32	0	32

Teixeira de Freitas	79	0	10	33	18	61	0	0	18	0	18
Teolândia	45	0	1	4	2	7	0	0	38	0	38
Terra Nova	24	0	3	12	1	16	0	0	8	0	8
Valença	146	0	12	19	10	41	0	0	105	0	105
Wenceslau Guimarães	88	0	1	9	0	10	0	0	78	0	78
Total	3.077	0	303	661	248	1.212	5	119	1.735	6	1.865

Ensino Médio

Municípios	Número de Estabelecimentos										
	Total	Urbana				Rural					
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Conceição da Barra	3	0	2	0	1	3	0	0	0	0	0
Linhares	8	0	4	0	4	8	0	0	0	0	0
Pedro Canário	3	0	2	0	1	3	0	0	0	0	0
Pinheiros	2	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0
São Mateus	9	0	4	0	4	8		1	0	0	1
Alcobaça	2	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0
Amélia Rodrigues	3	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0
Arataca	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Aratuípe	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Aurelino Leal	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Barro Preto	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Belmonte	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1
Cachoeira	3	0	1	0	1	2	0	0	0	1	1

Camacan	2	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0
Caravelas	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Catu	7	1	4	0	1	6	0	1	0	0	1
Coaraci	2	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0
Eunápolis	11	1	5	0	5	11	0	0	0	0	0
Gandu	4	0	2	1	1	4	0	0	0	0	0
Gongogi	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Ibirapoã	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Ibirataia	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Ilhéus	16	0	7	0	9	16	0	0	0	0	0
Ipiaú	4	0	2	0	2	4	0	0	0	0	0
Itabela	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Itabuna	22	0	11	1	10	22	0	0	0	0	0
Itagibá	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Itagimirim	2	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0
Itajuípe	2	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0
Itamaraju	7	0	3	1	3	7	0	0	0	0	0
Itapebi	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Itapitanga	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Jaguaripe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jussari	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Laje	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Maragogipe	3	0	2	0	1	3	0	0	0	0	0

Mascote	2	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0
Mucuri	4	0	1	1	2	4	0	0	0	0	0
Muniz Ferreira	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Nazaré	4	0	2	0	2	4	0	0	0	0	0
Nova Ibiá	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Nova Viçosa	2	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0
Pojuca	3	0	1	0	2	3	0	0	0	0	0
Porto Seguro	5	0	1	1	3	5	0	0	0	0	0
Prado	3	0	1	2	0	3	0	0	0	0	0
Presidente Tancredo Neves	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Santo Amaro	6	0	2	2	2	6	0	0	0	0	0
São Félix	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1
São Sebastião do Passé	4	0	1	2	1	4	0	0	0	0	0
Teixeira de Freitas	10	0	5	0	4	9	1	0	0	0	1
Teolândia	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Terra Nova	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Valença	7	2	2	0	3	7	0	0	0	0	0
Wenceslau Guimarães	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	189	4	86	28	65	183	1	2	2	1	6

Fonte: SEC, MEC/ INEP, 2001 (dados para a Bahia) MEC/INEP, 2003 (dados para o Espírito Santo)

Segundo dados do MEC/INEP (2001 e 2003), os municípios da área de influência indireta, localizados no Espírito Santo, contam com 476 estabelecimentos escolares. Desse total, 153 estabelecimentos são de ensino infantil, sendo que 99 escolas estão na área urbana e 54 na área rural. As escolas de ensino fundamental somam 298 estabelecimentos e as de ensino médio 25 escolas. No que se refere ao ensino fundamental, a maior parte dessas escolas está localizada na área rural desses municípios. Em relação ao ensino médio, a situação inverte e somente uma das 25 escolas está em área rural. Estes dados reiteram a situação encontrada nas comunidades visitadas durante o trabalho de campo, evidenciando a falta de escolas de ensino médio na área rural.

Nos municípios da AII, localizados na Bahia, este quadro repete-se, já que a maior parte dos estabelecimentos escolares de ensino médio está situado na área urbana. Do total de 189 escolas de ensino médio, somente 6 estão em área rural. Com relação às escolas de ensino infantil e fundamental essa concentração na área urbana já não ocorre e o que fica evidente é a maior presença de escolas da rede municipal na área rural, em relação às redes estadual e particular. Do total de 2.535 escolas na área rural, a grande maioria é de escolas de ensino infantil e fundamental da rede municipal e apenas 6 são de ensino médio.

Em uma análise geral dos municípios da AII deste estudo, é possível traçar um perfil dos níveis de ensino e do atendimento da rede escolar pública e privada na região. Do total de 2.202 escolas existentes na área urbana desses municípios, mais de 90% são escolas de ensino infantil e fundamental, sendo que as escolas públicas municipais predominam. O ensino médio conta com 183 estabelecimentos, sendo que 47% são da rede pública estadual e 35% da rede particular. Mesmo na área urbana as escolas públicas municipais de ensino médio perfazem somente 15% da rede, indicando a baixa presença do poder público municipal no ensino médio.

Na área rural, existem 2.535 escolas localizadas nos municípios da AII do gasoduto. Desse total, mais de 70% das escolas são de ensino fundamental e, novamente, as escolas da rede pública municipal são a maioria, ou seja, 93% das escolas de ensino fundamental na área rural são da rede municipal. No ensino infantil, 98% são escolas públicas municipais. Existe baixíssima incidência de estabelecimentos escolares da rede privada e da rede pública federal, e somente 6 escolas de ensino médio estão localizadas na área rural.

A predominância de escolas da rede pública municipal de ensino fundamental nos municípios da AII do empreendimento deve-se ao cumprimento, por parte das prefeituras, da Lei de Diretrizes e Base (LDB) que prevê a obrigatoriedade do atendimento de redes de ensino fundamental para as crianças

em idade escolar. Por outro lado, fica evidente a quase ausência de escolas de ensino médio na área rural desses municípios, dificultando o acesso da população jovem do meio rural ao ensino do nível médio (2º grau).

O número de atendimento (matrículas) realizadas nessas escolas, no ano de 2004, estão apresentados na Tabela 5.157. Conforme é visualizado, em 2004, foram realizadas 84.555 matrículas no ensino infantil, 484.848 matrículas no ensino fundamental regular, 117.360 matrículas no ensino médio e 2.578 no ensino profissionalizante.

Tabela 5.157- Matrículas conforme a dependência administrativa e níveis de ensino

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		
				Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio
Espírito Santo																			
Conceicao da Barra		384	1.369	13	5.539	3.021	2.518	0	0	1.456	0	124	92	744	553	191	0	0	0
Conceicao da Barra	Estadual	0	0	10	2.491	1.425	1.066	0	0	1.433	0	0	0	596	405	191	0	0	0
Conceicao da Barra	Municipal	18	771	3	2.959	1.549	1.410	0	0	0	0	0	0	148	148	0	0	0	0
Conceicao da Barra	Privada	366	598	0	89	47	42	0	0	23	0	124	92	0	0	0	0	0	0
Linhares		2.053	5.675	146	22.618	11.828	10.230	560	0	6.006	217	308	251	2.589	1.468	1.121	1.480	820	660
Linhares	Estadual	0	0	102	12.211	6.022	6.189	0	0	5.191	0	18	18	2.573	1.468	1.105	1.480	820	660
Linhares	Municipal	1.919	5.145	41	8.271	4.804	2.907	560	0	0	0	14	10	0	0	0	0	0	0
Linhares	Privada	134	530	3	2.136	1.002	1.134	0	0	815	217	276	223	16	0	16	0	0	0
Pedro Canario		137	922	9	4.557	2.453	2.104	0	0	1.090	0	57	31	605	409	196	0	0	0
Pedro Canario	Estadual	0	0	7	3.318	1.274	2.044	0	0	1.019	0	0	0	605	409	196	0	0	0
Pedro Canario	Municipal	66	787	2	1.100	1.100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedro Canario	Privada	71	135	0	139	79	60	0	0	71	0	57	31	0	0	0	0	0	0
Pinheiros		304	812	21	4.029	2.214	1.815	0	0	838	0	82	53	705	483	222	0	0	0
Pinheiros	Estadual	0	0	19	2.490	1.340	1.150	0	0	783	0	0	0	561	339	222	0	0	0
Pinheiros	Municipal	304	781	2	1.322	797	525	0	0	0	0	0	0	144	144	0	0	0	0
Pinheiros	Privada	0	31	0	217	77	140	0	0	55	0	82	53	0	0	0	0	0	0
Sao Mateus		1.025	4.551	113	19.176	10.469	8.707	0	0	5.175	386	155	56	4.443	2.770	1.673	0	0	0
Sao Mateus	Estadual	0	0	75	7.425	3.682	3.743	0	0	4.506	0	9	9	3.248	1.575	1.673	0	0	0
Sao Mateus	Municipal	873	4.052	32	10.173	6.110	4.063	0	0	0	0	0	0	1.195	1.195	0	0	0	0
Sao Mateus	Privada	152	499	6	1.578	677	901	0	0	669	386	146	47	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental (Regular)																	
		Creche	Pré-Escola							Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		Médio	
				Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Total	Fundamental		
Bahia																			
Alcobaca		243	536	39	8.050	5.183	2.867	0	0	740	0	34	26	196	138	58	0	0	0
Alcobaca	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	740	0	0	0	58	0	58	0	0	0
Alcobaca	Municipal	202	392	37	7.901	5.042	2.859	0	0	0	0	0	0	138	138	0	0	0	0
Alcobaca	Privada	41	144	2	149	141	8	0	0	0	0	34	26	0	0	0	0	0	0
Amelia Rodrigues		117	1.253	6	5.342	851	1.343	2.157	991	1.180	0	52	10	1.102	854	248	0	0	0
Amelia Rodrigues	Estadual	0	0	0	1.468	342	1.126	0	0	1.180	0	0	0	576	328	248	0	0	0
Amelia Rodrigues	Municipal	0	835	4	3.266	118	0	2.157	991	0	0	52	10	526	526	0	0	0	0
Amelia Rodrigues	Privada	117	418	2	608	391	217	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arataca		0	520	1	3.004	1.916	1.088	0	0	465	0	0	0	399	399	0	0	0	0
Arataca	Estadual	0	0	1	521	247	274	0	0	0	0	0	0	140	140	0	0	0	0
Arataca	Municipal	0	520	0	2.483	1.669	814	0	0	465	0	0	0	259	259	0	0	0	0
Aratuípe		79	368	0	3.002	1.993	1.009	0	0	411	0	0	0	408	408	0	0	0	0
Aratuípe	Estadual	0	0	0	638	0	638	0	0	411	0	0	0	94	94	0	0	0	0
Aratuípe	Municipal	79	347	0	2.352	1.981	371	0	0	0	0	0	0	314	314	0	0	0	0
Aratuípe	Privada	0	21	0	12	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aurelino Leal		0	334	2	3.898	2.258	1.640	0	0	558	0	0	0	442	442	0	0	0	0
Aurelino Leal	Estadual	0	0	0	814	487	327	0	0	371	0	0	0	246	246	0	0	0	0
Aurelino Leal	Municipal	0	334	2	3.084	1.771	1.313	0	0	187	0	0	0	196	196	0	0	0	0
Belmonte		43	759	49	5.742	3.816	1.926	0	0	1.224	0	0	0	104	104	0	0	0	0
Belmonte	Estadual	0	0	3	939	613	326	0	0	789	0	0	0	104	104	0	0	0	0
Belmonte	Municipal	0	641	46	4.763	3.163	1.600	0	0	435	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belmonte	Privada	43	118	0	40	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		
				Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio
Cachoeira		272	1.178	0	8.456	4.804	3.652	0	0	2.385	0	109	79	350	350	0	0	0	0
Cachoeira	Estadual	0	0	0	2.907	506	2.401	0	0	1.902	0	0	0	300	300	0	0	0	0
Cachoeira	Municipal	212	742	0	4.537	3.760	777	0	0	0	0	109	79	50	50	0	0	0	0
Cachoeira	Privada	60	436	0	1.012	538	474	0	0	483	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Camacan		155	792	65	8.626	5.251	3.375	0	0	1.553	0	0	0	713	523	190	0	0	0
Camacan	Estadual	0	0	0	1.043	365	678	0	0	1.553	0	0	0	713	523	190	0	0	0
Camacan	Municipal	149	350	65	7.175	4.601	2.574	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Camacan	Privada	6	442	0	408	285	123	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caravelas		387	1.220	11	6.664	3.574	3.090	0	0	958	0	0	0	514	514	0	0	0	0
Caravelas	Estadual	0	0	0	1.282	278	1.004	0	0	958	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caravelas	Municipal	387	1.188	11	5.382	3.296	2.086	0	0	0	0	0	0	514	514	0	0	0	0
Caravelas	Privada	0	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Catu		99	1.619	0	11.899	6.527	5.372	0	0	3.608	462	194	164	1.589	1.107	482	0	0	0
Catu	Estadual	0	0	0	2.200	68	2.132	0	0	3.096	0	0	0	1.020	538	482	0	0	0
Catu	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	327	462	0	0	0	0	0	0	0	0
Catu	Municipal	60	1.129	0	8.461	5.778	2.683	0	0	0	0	44	44	569	569	0	0	0	0
Catu	Privada	39	490	0	1.238	681	557	0	0	185	0	150	120	0	0	0	0	0	0
Coaraci		14	1.209	180	5.687	3.326	2.361	0	0	1.177	0	0	0	1.295	1.179	116	0	0	0
Coaraci	Estadual	0	0	0	670	159	511	0	0	1.077	0	0	0	275	159	116	0	0	0
Coaraci	Municipal	0	871	180	4.610	2.935	1.675	0	0	0	0	0	0	1.020	1.020	0	0	0	0
Coaraci	Privada	14	338	0	407	232	175	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eunapolis		163	2.290	55	21.977	13.373	8.604	0	0	5.691	120	100	57	5.135	3.261	1.874	0	0	0
Eunapolis	Estadual	0	0	3	3.635	124	3.511	0	0	5.009	0	0	0	2.701	827	1.874	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência	Matrícula Inicial			Ensino Fundamental (Regular)					Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		Médio	Médio
		Administrativa	Creche	Pré-Escola	Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Total	Fundamental		
Eunapolis	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	223	120	0	0	0	0	0	0	0	0
Eunapolis	Municipal	125	1.515	51	16.480	12.177	4.303	0	0	0	0	0	0	2.434	2.434	0	0	0	0
Eunapolis	Privada	38	775	1	1.862	1.072	790	0	0	459	0	100	57	0	0	0	0	0	0
Gandu		113	1.233	71	6.935	4.421	2.514	0	0	1.424	0	0	0	1.199	636	563	0	0	0
Gandu	Estadual	0	0	5	1.214	228	986	0	0	1.345	0	0	0	1.199	636	563	0	0	0
Gandu	Municipal	113	977	66	5.288	3.913	1.375	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gandu	Privada	0	256	0	433	280	153	0	0	79	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gongogi		0	415	0	3.524	2.647	877	0	0	370	0	0	0	251	251	0	0	0	0
Gongogi	Estadual	0	0	0	337	91	246	0	0	370	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gongogi	Municipal	0	415	0	3.187	2.556	631	0	0	0	0	0	0	251	251	0	0	0	0
Governador Lomanto Junior		123	264	0	2.583	1.691	892	0	0	302	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Governador Lomanto Junior	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	302	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Governador Lomanto Junior	Municipal	123	264	0	2.583	1.691	892	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirapua		48	160	0	1.717	1.057	660	0	0	527	0	0	0	346	346	0	0	0	0
Ibirapua	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	516	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirapua	Municipal	48	160	0	1.717	1.057	660	0	0	11	0	0	0	346	346	0	0	0	0
Ibirataia		110	1.342	52	6.114	3.725	2.389	0	0	1.550	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirataia	Estadual	0	0	0	212	0	212	0	0	1.550	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirataia	Municipal	110	1.200	52	5.779	3.616	2.163	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirataia	Privada	0	142	0	123	109	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		
				Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio
Ilheus		788	4.982	177	34.844	19.237	15.607	0	0	10.811	149	158	0	8.042	7.155	887	0	0	0
Ilheus	Estadual	0	156	142	11.531	3.676	7.855	0	0	9.515	0	0	0	4.925	4.038	887	0	0	0
Ilheus	Municipal	152	2.481	23	19.081	13.366	5.715	0	0	0	0	0	0	3.117	3.117	0	0	0	0
Ilheus	Privada	636	2.345	12	4.232	2.195	2.037	0	0	1.296	149	158	0	0	0	0	0	0	0
Ipiaú		197	1.643	37	10.883	5.776	5.107	0	0	3.822	500	54	0	1.184	874	310	0	0	0
Ipiaú	Estadual	0	0	1	3.331	389	2.942	0	0	3.517	500	9	0	1.150	840	310	0	0	0
Ipiaú	Municipal	178	1.182	36	6.670	4.931	1.739	0	0	0	0	0	0	34	34	0	0	0	0
Ipiaú	Privada	19	461	0	882	456	426	0	0	305	0	45	0	0	0	0	0	0	0
Itabela		96	674	0	6.449	3.898	2.551	0	0	1.653	0	91	85	468	468	0	0	0	0
Itabela	Estadual	0	0	0	413	169	244	0	0	1.653	0	0	0	135	135	0	0	0	0
Itabela	Municipal	96	559	0	5.971	3.664	2.307	0	0	0	0	0	0	333	333	0	0	0	0
Itabela	Privada	0	115	0	65	65	0	0	0	0	0	91	85	0	0	0	0	0	0
Itabuna		823	6.124	367	42.508	9.816	15.936	11.558	5.198	13.361	323	336	268	5.968	3.369	2.599	0	0	0
Itabuna	Estadual	0	0	9	13.032	1.556	11.476	0	0	11.329	0	237	198	5.968	3.369	2.599	0	0	0
Itabuna	Municipal	688	3.789	358	24.565	5.420	2.389	11.558	5.198	0	0	99	70	0	0	0	0	0	0
Itabuna	Privada	135	2.335	0	4.911	2.840	2.071	0	0	2.032	323	0	0	0	0	0	0	0	0
Itagiba		25	590	11	4.643	2.457	2.186	0	0	786	0	0	0	125	125	0	0	0	0
Itagiba	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	786	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itagiba	Municipal	25	546	11	4.643	2.457	2.186	0	0	0	0	0	0	125	125	0	0	0	0
Itagiba	Privada	0	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itagimirim		94	228	20	3.637	2.450	1.187	0	0	529	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itagimirim	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	529	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itagimirim	Municipal	94	148	20	3.637	2.450	1.187	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		
				Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio
Itagimirim	Privada	0	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itajuípe		11	758	47	6.751	4.458	2.293	0	0	648	0	48	0	330	173	157	0	0	0
Itajuípe	Estadual	0	0	1	1.233	0	1.233	0	0	547	0	0	0	330	173	157	0	0	0
Itajuípe	Municipal	0	622	46	5.247	4.270	977	0	0	101	0	48	0	0	0	0	0	0	0
Itajuípe	Privada	11	136	0	271	188	83	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itamaraju		165	1.527	13	17.188	9.606	7.582	0	0	3.693	0	157	0	1.428	695	733	0	0	0
Itamaraju	Estadual	0	32	5	3.544	890	2.654	0	0	3.093	0	0	0	1.428	695	733	0	0	0
Itamaraju	Municipal	156	1.185	8	12.667	8.181	4.486	0	0	289	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itamaraju	Privada	9	310	0	977	535	442	0	0	311	0	157	0	0	0	0	0	0	0
Itapebi		143	979	11	3.366	2.077	1.289	0	0	1.022	0	0	0	95	95	0	0	0	0
Itapebi	Estadual	0	0	0	373	229	144	0	0	1.022	0	0	0	95	95	0	0	0	0
Itapebi	Municipal	143	723	11	2.884	1.739	1.145	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapebi	Privada	0	256	0	109	109	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapitanga		137	260	0	2.725	1.838	887	0	0	448	0	31	31	23	23	0	0	0	0
Itapitanga	Estadual	0	0	0	261	261	0	0	0	350	0	0	0	23	23	0	0	0	0
Itapitanga	Municipal	137	260	0	2.464	1.577	887	0	0	98	0	31	31	0	0	0	0	0	0
Jaguaripe		132	672	0	3.539	3.240	299	0	0	0	0	0	0	175	175	0	0	0	0
Jaguaripe	Estadual	0	0	0	125	0	125	0	0	0	0	0	0	77	77	0	0	0	0
Jaguaripe	Municipal	132	610	0	3.414	3.240	174	0	0	0	0	0	0	98	98	0	0	0	0
Jaguaripe	Privada	0	62	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jussari		93	233	7	2.869	1.631	1.238	0	0	394	0	14	14	0	0	0	0	0	0
Jussari	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	190	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jussari	Municipal	93	233	7	2.869	1.631	1.238	0	0	204	0	14	14	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		
				Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio
Laje		240	473	36	4.692	2.751	1.941	0	0	1.126	0	0	0	1.157	1.029	128	0	0	0
Laje	Estadual	0	0	18	493	145	348	0	0	1.126	0	0	0	389	261	128	0	0	0
Laje	Municipal	240	417	18	4.117	2.524	1.593	0	0	0	0	0	0	768	768	0	0	0	0
Laje	Privada	0	56	0	82	82	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maragogipe		138	2.112	39	9.340	5.743	3.597	0	0	2.278	0	0	0	875	755	120	0	0	0
Maragogipe	Estadual	0	0	0	2.531	385	2.146	0	0	2.242	0	0	0	281	161	120	0	0	0
Maragogipe	Municipal	138	1.873	39	6.512	5.106	1.406	0	0	0	0	0	0	594	594	0	0	0	0
Maragogipe	Privada	0	239	0	297	252	45	0	0	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mascote		0	193	5	5.072	2.840	2.232	0	0	614	0	0	0	202	202	0	0	0	0
Mascote	Estadual	0	0	5	411	299	112	0	0	438	0	0	0	202	202	0	0	0	0
Mascote	Municipal	0	193	0	4.661	2.541	2.120	0	0	176	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mucuri		0	1.878	33	7.915	4.220	3.695	0	0	1.960	0	0	0	1.606	1.078	528	0	0	0
Mucuri	Estadual	0	0	0	699	165	534	0	0	1.477	0	0	0	218	218	0	0	0	0
Mucuri	Municipal	0	1.250	33	6.467	3.618	2.849	0	0	207	0	0	0	1.348	820	528	0	0	0
Mucuri	Privada	0	628	0	749	437	312	0	0	276	0	0	0	40	40	0	0	0	0
Muniz Ferreira		34	302	0	1.822	1.152	670	0	0	302	0	0	0	582	319	263	0	0	0
Muniz Ferreira	Estadual	0	0	0	337	0	337	0	0	0	0	0	0	117	117	0	0	0	0
Muniz Ferreira	Municipal	24	278	0	1.453	1.120	333	0	0	302	0	0	0	465	202	263	0	0	0
Muniz Ferreira	Privada	10	24	0	32	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nazare		0	1.857	20	8.909	6.540	2.369	0	0	2.322	6	75	75	2.196	2.196	0	0	0	0
Nazare	Estadual	0	0	20	2.884	1.007	1.877	0	0	2.136	0	0	0	1.290	1.290	0	0	0	0
Nazare	Municipal	0	1.588	0	5.377	5.133	244	0	0	0	0	75	75	906	906	0	0	0	0
Nazare	Privada	0	269	0	648	400	248	0	0	186	6	0	0	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência	Matrícula Inicial		Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		
		Administrativa	Creche	Pré-Escola	Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais			Anos Finais	Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental
Nova Ibia		152	142	38	2.511	1.724	787	0	0	352	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Ibia	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	305	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Ibia	Municipal	152	142	38	2.511	1.724	787	0	0	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Vicososa		0	654	166	8.847	5.170	3.677	0	0	1.780	0	0	0	1.184	895	289	0	0	0
Nova Vicososa	Estadual	0	0	5	123	123	0	0	0	1.756	0	0	0	339	50	289	0	0	0
Nova Vicososa	Municipal	0	536	160	8.346	4.834	3.512	0	0	24	0	0	0	845	845	0	0	0	0
Nova Vicososa	Privada	0	118	1	378	213	165	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pojuca		0	1.498	14	6.864	3.400	3.464	0	0	1.983	0	44	0	1.208	1.208	0	0	0	0
Pojuca	Estadual	0	0	0	1.335	604	731	0	0	1.673	0	0	0	750	750	0	0	0	0
Pojuca	Municipal	0	1.192	14	4.779	2.368	2.411	0	0	0	0	0	0	458	458	0	0	0	0
Pojuca	Privada	0	306	0	750	428	322	0	0	310	0	44	0	0	0	0	0	0	0
Porto Seguro		72	2.472	28	21.977	13.580	8.397	0	0	6.720	0	131	93	7.468	6.889	579	0	0	0
Porto Seguro	Estadual	0	0	9	610	50	560	0	0	6.437	0	0	0	627	48	579	0	0	0
Porto Seguro	Municipal	0	1.932	19	20.011	12.765	7.246	0	0	50	0	93	93	6.841	6.841	0	0	0	0
Porto Seguro	Privada	72	540	0	1.356	765	591	0	0	233	0	38	0	0	0	0	0	0	0
Prado		296	775	22	7.640	4.584	3.056	0	0	1.220	0	96	28	623	623	0	0	0	0
Prado	Estadual	0	0	0	611	292	319	0	0	890	0	0	0	28	28	0	0	0	0
Prado	Municipal	296	672	22	6.781	4.095	2.686	0	0	330	0	0	0	572	572	0	0	0	0
Prado	Privada	0	103	0	248	197	51	0	0	0	0	96	28	23	23	0	0	0	0
Presidente Tancredo Neves		191	299	25	6.830	4.098	2.732	0	0	1.269	0	0	0	604	604	0	0	0	0
Presidente Tancredo Neves	Estadual	0	0	0	245	245	0	0	0	832	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Matrícula Inicial																				
Municípios	Dependência	Ensino Fundamental (Regular)																		
		Administrativa	Creche	Pré- Escola							Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi- presencial)		
					Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio
Presidente Tancredo Neves	Municipal	191	223	25	6.504	3.777	2.727	0	0	437	0	0	0	604	604	0	0	0	0	
Presidente Tancredo Neves	Privada	0	76	0	81	76	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Santo Amaro		272	2.729	128	10.925	6.574	4.351	0	0	3.490	0	121	34	4.442	2.974	1.468	0	0	0	
Santo Amaro	Estadual	0	0	0	2.313	255	2.058	0	0	3.318	0	0	0	2.486	1.018	1.468	0	0	0	
Santo Amaro	Municipal	106	1.617	128	7.601	5.688	1.913	0	0	0	0	34	34	1.935	1.935	0	0	0	0	
Santo Amaro	Privada	166	1.112	0	1.011	631	380	0	0	172	0	87	0	21	21	0	0	0	0	
Sao Felix		40	699	18	2.958	1.726	1.232	0	0	744	0	24	0	567	567	0	0	0	0	
Sao Felix	Estadual	0	0	3	657	0	657	0	0	573	0	0	0	175	175	0	0	0	0	
Sao Felix	Municipal	0	486	10	2.102	1.527	575	0	0	171	0	0	0	392	392	0	0	0	0	
Sao Felix	Privada	40	213	5	199	199	0	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0	
Sao Sebastiao do Passe		248	1.700	12	8.494	4.321	4.173	0	0	2.682	0	87	83	2.232	1.830	402	0	0	0	
Sao Sebastiao do Passe	Estadual	0	0	0	1.399	0	1.399	0	0	2.346	0	0	0	631	272	359	0	0	0	
Sao Sebastiao do Passe	Municipal	0	1.118	12	6.477	3.846	2.631	0	0	242	0	0	0	1.601	1.558	43	0	0	0	
Sao Sebastiao do Passe	Privada	248	582	0	618	475	143	0	0	94	0	87	83	0	0	0	0	0	0	
Teixeira De Freitas		254	3.282	239	24.941	14.582	10.359	0	0	6.113	193	211	65	6.282	4.299	1.983	0	0	0	
Teixeira De Freitas	Estadual	0	0	0	2.896	263	2.633	0	0	5.359	0	0	0	2.453	470	1.983	0	0	0	
Teixeira De Freitas	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	200	129	0	0	0	0	0	0	0	0	
Teixeira De Freitas	Municipal	229	2.549	223	20.019	13.213	6.806	0	0	0	0	0	0	3.829	3.829	0	0	0	0	
Teixeira De Freitas	Privada	25	733	16	2.026	1.106	920	0	0	554	64	211	65	0	0	0	0	0	0	
Teolandia		71	317	78	4.168	2.727	1.441	0	0	635	0	0	0	753	753	0	0	0	0	
Teolandia	Estadual	0	0	0	161	0	161	0	0	635	0	0	0	77	77	0	0	0	0	

Matrícula Inicial																			
Municípios	Dependência	Administrativa		Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)					Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)		Médio	Médio
					Edu Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais		Total	Fundamental	Total	Fundamental	Total	Fundamental		
Teolandia	Municipal	64	270	78	3.918	2.638	1.280	0	0	0	0	0	0	676	676	0	0	0	0
Teolandia	Privada	7	47	0	89	89	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terra Nova		119	490	222	3.992	2.482	1.510	0	0	557	0	0	0	116	116	0	0	0	0
Terra Nova	Estadual	0	0	0	357	357	0	0	0	505	0	0	0	116	116	0	0	0	0
Terra Nova	Municipal	119	427	222	3.576	2.066	1.510	0	0	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terra Nova	Privada	0	63	0	59	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valenca		769	2.417	17	20.267	12.217	8.050	0	0	4.630	222	93	77	2.433	1.408	1.025	0	0	0
Valenca	Estadual	0	0	11	4.610	2.804	1.806	0	0	3.970	0	0	0	2.433	1.408	1.025	0	0	0
Valenca	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	328	222	0	0	0	0	0	0	0	0
Valenca	Municipal	716	1.656	5	14.084	8.543	5.541	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valenca	Privada	53	761	1	1.573	870	703	0	0	332	0	93	77	0	0	0	0	0	0
Wenceslau Guimaraes		234	537	122	7.535	5.432	2.103	0	0	728	0	0	0	232	0	232	0	0	0
Wenceslau Guimaraes	Estadual	0	0	3	282	0	282	0	0	446	0	0	0	232	0	232	0	0	0
Wenceslau Guimaraes	Municipal	234	537	119	7.253	5.432	1.821	0	0	282	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		11.820	72.735	2.787	484.848	269.136	195.248	14.275	6.189	117.360	2.578	2.986	1.672	75.729	57.092	18.637	1.480	820	660

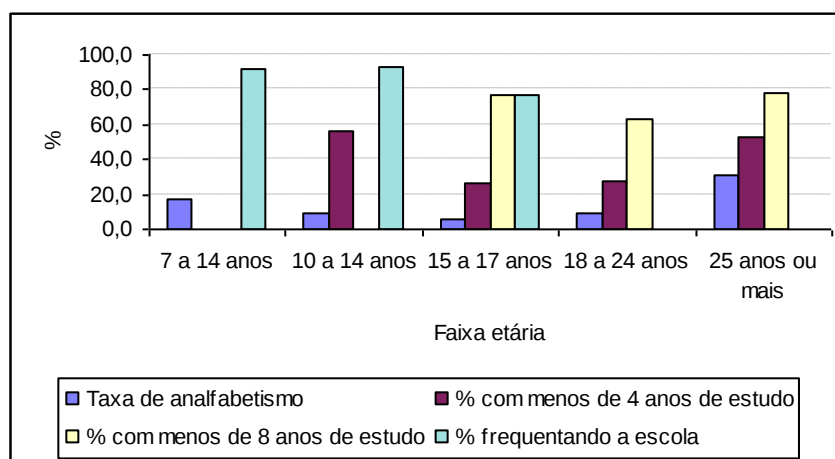
Fonte:MEC/ INEP, 2005

No tocante à educação informal, entendida essa como processos educativos complementares à escolarização, ocorrem, no âmbito dos municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, iniciativas na área de informática, prevenção ao uso de drogas, programas de saúde e prevenção a doença sexualmente transmissíveis e temática ambiental. Parte dessas iniciativas está diretamente ligada as secretárias de saúde e de assistência social. Observou-se, durante as visitas realizadas às prefeituras que a disponibilidade desses “cursos” está fortemente vinculado a projetos dos governos estaduais e do governo federal. As atividades ligadas a temática ambiental (as principais serão citadas na sequência deste diagnóstico) constituem-se em uma das principais atividades de educação informal nas áreas de influência do Empreendimento.

B) Grau de escolarização da população das áreas de influência.

Os dados a seguir apresentados são valores médios para toda a população do município (moradores da AID e da AII). Por outro lado, para apresentar dados estatísticos relativos à população da AID, faz-se necessária a realização de pesquisas censitárias ou por amostragem, pois inexistem dados desagregados capazes de serem compatíveis com a área de análise correspondente aos 400 metros de cada lado dos dutos (AID). O que foi observado em campo é que a população adulta apresenta baixo grau de escolaridade, sendo que existem muitos casos de analfabetismo.

O nível educacional da população jovem, em 2000, na área de influência, mostrava que 8,7% da população com idade entre 10 e 14 anos era analfabeta, entretanto, 92,9% freqüentavam a escola e 56,5% tinham menos de quatro anos de estudo. Dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, 76,6% estavam freqüentando a escola, porém 5,8% eram analfabetos e 77,1% tinham menos de oito anos de estudo. Da população adulta (25 anos ou mais), 31,3% eram analfabetos, 53,1% tinham menos de quatro anos de estudo e 78,5% tinham menos de oito anos de estudo. A média de anos de estudo desta população era 3,9 (figura 5.19). Os indicadores de atendimento educacional para os municípios da AII encontram-se na tabela 5.158.



Fonte: Estimativa a partir de Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2003)

Figura 5.19- Nível educacional da população jovem e adulta na área de influência

Tabela 5.158- Indicadores de atendimento educacional

Indicadores de atendimento educacional – 2000									
RE – Município	% 7 a 14 anos analfabetas	% 7 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos analfabetas	% 10 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos analfabetas	% 15 a 17 anos na escola	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo
Municípios do ES									
Linhares	14,1	96,92	4,92	97,7	36,46	1,67	77,13	15,6	62,85
São Mateus	8,96	94,55	3,06	94,27	35,23	2,76	71,48	11,35	53,92
Conceição da Barra	15,27	90,53	5,91	91,93	41,38	2,78	70,56	10,5	65,12
Pedro Canário	7,33	96,55	1,07	96,44	35,13	1,13	68,27	14,95	55,41
Pinheiros	9,3	94,92	3,43	93,88	38,51	1,68	74,17	12,39	60,14
Subtotal	10,99	94,69	3,68	94,84	37,34	2,00	72,32	12,96	59,49
Extremo Sul (RE 5)									
Alcobaça	13,8	92,36	5,79	92,64	64,2	5,77	72,42	28,03	82,14
Belmonte	18,73	87,34	9,68	89,81	70,18	11,37	73,83	35,02	80,02
Caravelas	23,31	91,87	11,35	92,26	66,89	7,6	74,41	32,21	83,98
Eunápolis	13,25	92,93	5,14	93,34	44,92	3,2	75,88	17,54	73,26
Ibirapuã	14,17	94,63	7,13	94,68	57,23	5,03	73,5	25,69	76,42
Itabela	15,12	91,53	8,27	92,63	63,93	7,83	65,63	38,92	81,9
Itagimirim	16,06	89,05	6,32	89,42	55,82	8,87	74,64	27,99	78
Itamaraju	23,08	90,01	12,17	91,6	63,01	7,78	70,9	32,9	83,51

Indicadores de atendimento educacional – 2000									
RE – Município	% 7 a 14 anos analfabetas	% 7 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos analfabetas	% 10 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos analfabetas	% 15 a 17 anos na escola	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo
Itapebi	28,92	86,86	16,87	86,97	76,38	11,53	72,71	44,47	91,7
Mucuri	12,68	97,66	4,22	97,59	58,27	6,69	71,84	24,07	78,56
Nova Viçosa	14,19	93,64	5,18	93,48	56,84	6,81	68,88	26,28	82,35
Porto Seguro	16,58	88,77	6,24	91,1	63,43	5,23	69,44	31,12	84,72
Prado	17,41	94,23	9,22	93,32	62,38	6,84	68,06	27,46	81,74
Teixeira de Freitas	12,92	94,22	5,16	94,44	54,1	4,19	76,38	19,41	66,94
Subtotal	17,16	91,79	8,05	92,38	61,26	7,05	72,04	29,37	80,37
Litoral Sul (RE 4)									
Arataca	28,05	87,06	15,32	88,92	74,05	10,53	75,43	44,96	90,48
Aurelino Leal	25,88	91,2	12,41	93,32	74,52	11,17	75,24	50,33	91,82
Camacan	19,91	86,47	12,28	87,1	71,63	7,05	73,28	34,32	86,31
Coaraci	21,21	86,91	9,91	91,81	74,38	6,82	79,75	46,5	88,29
Gandu	21,97	89,5	14,27	89,83	74,07	8,03	80,25	38,52	83,87
Gongogi	27,97	90,12	16,14	92,39	71,22	9,15	74,7	41,08	89,45
Governador Lomanto Júnior	18,93	92,62	9,89	95,02	64,95	4,49	81,51	35,33	89,2
Ibirataia	18,21	92,23	10,08	94,83	70,11	7,88	78,1	40,04	91,61
Ilhéus	19,15	88,35	10,9	90,19	61,68	6,67	77,17	28,4	77,35
Ipiaú	19,43	94,25	8,16	96,61	60,86	5,41	79,7	25,16	86,22
Itabuna	13,72	92,96	7,42	93,1	52,23	4,02	80,77	21,89	69,27
Itagibá	23,82	93,87	11,62	95,64	67,7	7,06	77,96	31,26	89,19
Itajuípe	19,89	90,87	11,15	90,74	65,97	4,32	80,27	31,05	90,09
Itapitanga	24,65	85,59	10,18	90,53	69,13	9,64	70,94	34,38	90,5
Jussari	20,45	92,37	10,03	93,52	66,89	4,52	80,43	33,24	89,95
Mascote	25,94	85,07	15,97	87,76	79,71	6,85	75,81	42,9	87,03
Nova Ibiá	16,62	90,58	8,75	91,32	73,75	11,01	75,43	45,61	91,24
Presidente Tancredo Neves	29,66	92,31	14,62	94,94	72,4	10,37	78,24	44,92	92,61
Teolândia	30,22	90,13	19,42	92,04	77,68	13,7	73,31	47,14	94,75
Valença	22,88	92,37	11,86	92,69	65,28	7,03	78,77	29,25	77,97
Wenceslau	38,75	78,2	27,41	81,4	80,74	23,26	64,89	54,66	94,34

Indicadores de atendimento educacional – 2000									
RE – Município	% 7 a 14 anos analfabetas	% 7 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos analfabetas	% 10 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos analfabetas	% 15 a 17 anos na escola	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo
Guimarães									
Subtotal	22,34	85,79	12,20	87,59	67,10	8,30	73,35	36,65	84,12
Recôncavo Sul (RE 3)									
Aratuípe	34,14	94,84	20,8	95,16	75,76	14,44	78,41	48,77	91,45
Cachoeira	19,64	93,24	11,43	93,52	54,25	6,67	83,53	25,51	75,69
Jaguaripe	35,68	89,25	22,4	87,73	78,6	7,78	74,16	42,11	89,06
Laje	19,49	94,98	8,55	95,75	65,97	5,2	75,58	29,17	82,53
Maragogipe	26,87	83,84	18,1	85,42	66,64	8,07	72,06	37,38	84,76
Muniz Ferreira	20,47	97,02	12,09	96,49	62,76	4,13	84,56	26,36	77,52
Nazaré	26	94,13	17,38	94,47	58,14	6,61	85,18	35,61	75,61
Santo Amaro	16,63	96,31	7,94	96,01	55,79	3,77	84,93	24,83	78,78
São Félix	24,49	95,25	13,74	95,56	60,93	8,66	81,32	31,49	79,95
Subtotal	24,82	93,21	14,71	93,35	64,32	7,26	79,97	33,47	81,71
Litoral Norte(RE 2)									
Catu	9,26	96,38	3,45	96,67	51,73	3,38	87,5	19,72	78,54
Pojuca	13,45	96,69	5,39	96,28	54,96	5,16	84,33	20,5	82,46
São Sebastião do Passé	12,3	95,95	6,21	95,74	51,47	5,16	83,62	22,39	78,98
Subtotal	11,67	96,34	5,02	96,23	52,72	4,57	85,15	20,87	79,99
Total	17,16	91,79	8,05	92,38	61,26	7,05	72,04	29,37	80,37

Indicadores de atendimento educacional - 2000

RE - Município

Municípios do ES

Linhares	6,06	18,14	54,92	2,76	2,39	28,94	45,82	77,55	3,32	0,22
São Mateus	3,87	12,63	46,73	5,73	5,83	17,9	37,23	69,61	6,06	1,37
Conceição da Barra	5,62	21,58	57,56	1,18	1,1	30,01	51,44	78,3	2,17	0,41
Pedro Canário	2,56	10,81	50,96	3,11	4,49	28,4	49,15	80,23	2,48	0,98
Pinheiros	3,92	11,37	49,32	3,42	3,98	18,71	35,2	67,33	5,21	0,92
Subtotal	4,41	14,91	51,90	3,24	3,56	24,79	43,77	74,60	3,85	0,78

Extremo Sul (RE 5)

Indicadores de atendimento educacional – 2000										
RE – Município	% 7 a 14 anos analfabetas	% 7 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos analfabetas	% 10 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos analfabetas	% 15 a 17 anos na escola	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo
Alcobaça	10,11	33,78	73,22	0,31	1,13	36,35	61,73	85,34	2	0,9
Belmonte	18	39,21	68,48	0,67	0,99	36,81	63,26	84,24	1,6	0
Caravelas	13,33	34,35	71,43	0,38	0,36	39,17	63,13	84,76	2,08	0,24
Eunápolis	5,97	22,34	60,76	0,65	1,08	25,48	48,77	72,92	2,95	0,35
Ibirapuã	9,67	33,86	71,79	0,11	0,01	39,2	64,57	87,17	0,87	0,01
Itabela	15,33	41,09	71,3	0,4	0,39	41,63	69,23	88,79	1,05	0,3
Itagimirim	10,55	31,74	65,7	0,71	0,18	38,61	65,02	86,21	0,56	0,11
Itamaraju	12,41	33,32	64,73	1,84	1,73	37,35	62,53	83,11	1,52	0,39
Itapebi	23	47,11	82,73	0,07	0,05	45,94	70	87,76	0,99	0,01
Mucuri	8,18	27,9	64,18	1,42	2,39	34,74	53,69	75,13	4,19	0,51
Nova Viçosa	10,94	31	66,85	1,27	1,08	37,54	59,52	84,43	1,6	0,24
Porto Seguro	10,05	31,37	72,25	1,21	0,31	23,57	47,43	74,81	5,79	0,16
Prado	13,21	33,07	68,37	0,01	0	32,59	59,5	84,13	2,02	0
Teixeira de Freitas	6,77	20,22	54,18	1,92	1,73	28,15	48,87	74,7	3,18	0,55
Subtotal	11,97	32,88	68,28	0,78	0,82	35,51	59,80	82,39	2,17	0,27
Litoral Sul (RE 4)										
Arataca	22,32	55,66	85,23	0,85	0,18	50,04	76,36	92,06	0,46	0,01
Aurelino Leal	20,16	49,4	84,47	0,04	0,5	52,83	78,79	90,29	1,04	0,24
Camacan	13,78	34,61	72,76	0,61	0,74	36,87	61,93	80,34	1,16	0,57
Coaraci	15,35	37,36	69,76	2,42	2,36	37,94	64,52	82,35	2,66	0,63
Gandu	15,6	40,68	62,44	1,59	1,56	35,66	59,73	80,12	1,43	0,09
Gongogi	17,37	41,34	78,83	0,07	0,01	49,29	73,22	91,36	0,38	0,01
Governador Lomanto Júnior	13,02	36,58	71,29	0,2	0,01	35,81	61,15	85,58	1,04	0,01
Ibirataia	15	44,23	74,81	1,39	3,07	40,43	66,26	83,26	1,13	0,5
Ilhéus	9,77	29,2	62,92	3,52	3,9	23,97	45,71	69,78	5,84	1,07
Ipiaú	10,9	28,63	64,9	1,76	2,29	33,27	55,12	75,63	2,2	0,23
Itabuna	5,81	21,04	51,99	3,94	4,21	18,56	36,95	63,07	7,39	1,24
Itagibá	19,09	38,69	73,18	0,04	0,84	46,22	72,48	87,91	0,96	0,57
Itajuípe	10,7	31,74	74,43	0,67	0	34,16	61,6	80,27	2,8	0,27
Itapitanga	22,07	41,15	74,52	0,75	0,96	44,63	62,97	85,8	1,43	0,51

Indicadores de atendimento educacional – 2000										
RE – Município	% 7 a 14 anos analfabetas	% 7 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos analfabetas	% 10 a 14 anos na escola	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos analfabetas	% 15 a 17 anos na escola	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo
Jussari	7,87	34,16	70,14	0,22	0,33	36,85	62,21	85,35	1,25	0,29
Mascote	16,78	38,62	77,54	0,04	0	43,65	69,66	90,02	0,38	0
Nova Ibiá	14,5	42,77	77,37	0,11	0,02	40,1	73,52	90,94	0,36	0,48
Presidente Tancredo Neves	14,22	44,77	80,47	0,5	0	50,16	76,5	92,26	0,41	0
Teolândia	25,82	55,96	89,51	0,6	0,49	50,71	78,36	92,88	0,28	0,01
Valença	11,5	30,83	62,5	1,15	1,26	32	53,31	76,25	2,22	0,51
Wenceslau Guimarães	28,15	55,61	79,79	0,79	2,7	58,31	78,26	91,58	0,55	0,24
Subtotal	16,50	41,49	77,02	1,05	1,25	42,82	68,51	88,37	1,72	0,36
Recôncavo Sul (RE 3)										
Aratuípe	15,57	42,54	72,61	0,25	0,19	44,54	68,5	85,52	0,52	0,23
Cachoeira	7,58	21,78	55,51	2,59	3,72	26,52	45,53	72,02	3,34	1,3
Jaguaripe	18,1	38,13	75,6	0,29	0,27	44,8	67,77	87,85	0,7	0,1
Laje	15,21	39,95	75,69	1,8	1,84	42,06	71,3	91,35	1,04	0,28
Maragogipe	16,29	37,09	71,62	0,13	0	39	60,05	82,97	0,17	0
Muniz Ferreira	9,14	28,17	65,07	0,09	0,27	38,69	64,23	85,72	0,35	0,07
Nazaré	11,69	25,74	54,64	0,6	0,43	27,51	47,05	71,41	1,53	0,61
Santo Amaro	5,77	21,06	54,6	0,75	0,64	21,98	41,17	69,38	1,56	0,32
São Félix	8,94	25,48	60,87	1,29	0,32	28,17	47,98	78,49	1,18	0,34
Subtotal	12,03	31,10	65,13	0,87	0,85	34,81	57,06	80,52	1,15	0,36
Litoral Norte(RE 2)										
Catu	3,27	17,93	55,05	2,09	1,91	20,75	41,59	72,57	1,79	0,84
Pojuca	5	19,03	59,61	2,82	2,98	22,74	40,17	72,88	2,11	1,01
São Sebastião do Passé	7,51	22,78	61,45	0,63	1,35	23,93	44,97	77,54	0,87	0,42
Subtotal	5,26	19,91	58,70	1,85	2,08	22,47	42,24	74,33	1,59	0,76
Total	9,75	27,34	62,87	1,54	1,69	31,34	53,09	78,51	2,07	0,50

C) Programas de educação ambiental na AII.

Na maioria dos casos, a Educação Ambiental (EA) fomentada pelos municípios restringe-se ao currículo formal, dentro do princípio da transversalidade curricular. Contudo, existem experiências de EA desenvolvidas por Organizações Não Governamentais (ONG's) e empresas privadas, especialmente voltadas para duas temáticas: conservação e preservação da Mata Atlântica e recolhimento e destinação de resíduos sólidos urbanos. Em relação à Mata Atlântica, existe o projeto dos Corredores Ecológicos. Esse projeto é executado conjuntamente, através das secretarias de meio ambiente dos governos estaduais (Bahia e Espírito Santo), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituições do terceiro setor. Dentre um conjunto de atividades, estão as ações de EA, que visam formar massa crítica local com capacidade de introduzir novas práticas econômicas, especialmente no setor rural e, sobretudo, com capacidade de mobilização da sociedade local, para que o processo de criação dos corredores ecológicos tenha como um de seus eixos estruturadores a participação social.

Além dos programas supracitados, apresentamos outros projetos ambientais, governamentais ou não, desenvolvidos na região. No Espírito Santo existe o Programa Ciranda Capixaba, desenvolvido pela ONG SAPI, em parceria com a Petrobrás, que objetiva fomentar a criação de cooperativas de pescadores no litoral capixaba para o desenvolvimento sustentável. Na Bahia, segundo informações do governo, existem ações tais como o Programa Consciência Ambiental, que busca a promoção de ações de educação ambiental no Estado; Programa Água e Cidadania, que pretende a inclusão de famílias de agricultores, trabalhadores rurais e sem-terra, através de ações de desenvolvimento integrado e sustentável; e o Programa BoaPesca, espaço que visa o desenvolvimento das condições de vida das famílias envolvidas nas atividades de pesca e aqüicultura.

Em alguns municípios da AII, destacam-se, dentre outros, programas de educação ambiental com atuação no âmbito local: Projeto Manguezal, desenvolvido pelo IBAMA e voltado para o desenvolvimento do ecoturismo para uso sustentável das populações tradicionais no manguezal de Caravelas na Bahia; Projeto Educação Ambiental – Recursos Hídricos, desenvolvido pelo Grupo Ecológico Humanista Papamel em parceria com as prefeituras de Ipiaú, Itagibá, Ibirataia, Nova Ibiá e Gandu no Estado da Bahia; Projeto Sementeira – Educar para o Futuro, desenvolvido pela Suzano Celulose em parceria com a ONG Fundação Relictos e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e que objetiva a capacitação de professores das séries iniciais da rede municipal para desenvolver ações de educação ambiental com seus alunos. Este projeto atua nos municípios baianos de Mucuri, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas.

II.5.3.1.1.3. Estrutura urbana

A) Transportes

A infra-estrutura de transportes rodoviário nos municípios da área de influência do empreendimento estrutura-se de forma articulada ao eixo da BR-101. A BR-101 exerce a função de sistema principal. Para os municípios localizados no Estado da Bahia, o sistema principal é composto, também, pela BR-116. Essas rodovias possibilitam integração econômica regional e nacional. Conforme é visualizado na Figura DE-4450.74-6521-986-BOR-002, todos os municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, apresentam ligação direta com a BR-101 ou através do deslocamento, de curta distância, por rodovias estaduais. Essas rodovias estaduais, formam o sistema secundário de transporte rodoviário. Esse sistema secundário, que coleta o tráfego das vias locais e urbanas, alimenta o sistema principal e inversamente distribuem o fluxos para o interior dos municípios. A essas vias secundárias conectam-se as estradas vicinais (rurais) que distribuem o fluxo a lugares e povoados específicos.

Em termos de organização física e distribuição da rede de estradas, observa-se que os municípios da AII do Gasoduto Caimbas-Catu, estão interligados a rede principal de transporte. Nesse sentido, reiteramos que em termos físicos, a mobilidade não se constitui em obstáculos aos fluxos de pessoas e mercadorias. Porém, como é de conhecimento público, quando a questão da mobilidade passa a ser analisada pelas condições de trafegabilidade, capacidade de suporte, notadamente, do sistema principal, a mobilidade apresenta obstáculos e custos econômicos ao sistema produtivo regional e mesmo nacional. Pois, as condições de trafegabilidade da BR-101 apresentam saturação na capacidade de carga, mas condições de conservação e insegurança social (riscos de assaltos).

Para a realização das obras de implementação do Gasoduto Cacimbas-Catu, como fica evidenciado na descrição apresentada, a BR-101 será um dos principais eixos de deslocamento de suprimentos, dutos, máquinas, equipamentos e trabalhadores, especialmente até os canteiros de obra. Conforme a descrição do projeto (item II.2), estão previstos como macrolocalização canteiros de obras nos municípios de São Mateus no Espírito Santo e Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itabuna, Ipiaú e Valença na Bahia.

A partir dos canteiros de obras a importância da BR-101 como principal eixo de deslocamento é substituída pelas rodovias secundárias e sobretudo pelas estradas vicinais. É através das estradas vicinais (rurais) que ocorrerão, após a montagem dos dutos e outros equipamentos nos canteiros de obras, o acesso à faixa de dutos. Ressaltando-se que, nos trechos Cacimbas-Fazenda Cedro e Itabuna-Nazaré, já existem dutos instalados e, por consequência, acessos à faixa de servidão constituídas. Nos trechos novos, as estradas secundárias existentes, mediante pequenos reparos, facilitarão o acesso à

nova faixa de tudo, basicamente, sem a necessidade de abertura de novas vias. Nesse sentido, é relevante ressaltar que as estradas secundárias e terciárias (rurais, vicinais), notadamente as não asfaltadas dos municípios localizados no norte capixaba, extremo sul, litoral sul baiano, apresentam, em decorrência do cultivo de eucaliptos na região, significativo trânsito de máquinas e caminhões de grande porte (carrocerias longas), atestando a capacidade de trânsito nessa vias. Com o objetivo de facilitar a identificação das principais rodovias que, possivelmente, serão utilizadas na fase de implementação do Gasoduto Cacimbas Catu, a seguir é apresentado o Quadro 5.24.

Quadro 5.24- Principais Rodovias da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu

Município	Eixo Principal	Obs	Estradas Estaduais Pavimentadas	Obs	Estradas Não Pavimentadas	Obs
Linhares	BR-101				ES 010	
São Mateus	BR-101		BA 381 ES 313		ES 010 ES 315 ES 418	
Conceição da Barra	BR-101					
Pinheiros	BR-101					
Pedro Canário	BR-101				ES 209	
Mucuri	BR-101		BA 698			
Nova Viçosa	BR-101				BR-418	Nova Viçosa - Caravelas
Ibirapuã	BR-101					
Caravelas	BR-101					
Teixeira de Freitas	BR-101		BA/290	Teixeira de Freitas - Alcobaça		
Alcobaça	BA/290					
Prado	BR-101					
Itamaraju	BR-101		RET 489	Itamaraju - Prado		
Itabela	BR-101					
Porto Seguro	BR-367	Eunápolis - Porto				

Município	Eixo Principal	Obs	Estradas Estaduais Pavimentadas	Obs	Estradas Não Pavimentadas	Obs
Eunápolis	BR-101	Seguro			BA/683	Eunápolis – BA/275
Itagimirim	BR-101					
Itapebi	BR-101		BA/275	Itapebi- Belmonte	BA/274 BA/982	
Belmonte	BR-101				BA/274 BA/982	Itapebi (BR-101) - Canavieiras Itapebi (BR-101) - Margem do Rio Jequetinhonha
Mascote	BR-101		BA/270	Teixeira do Progresso (BR-101) – BA/663		
Camacan	BR-101					
Arataca	BR-101					
Jussari	BR-101		BA/30	Da BR-101 até a cidade de Jussari		
Itabuna	BR-101		BA/415	Itabuna - Ibicaraí	A base da Petrobras de Itabuna localiza-se a margem (direita) dessa rodovia em área urbana.	
Governador Lomato	BR-101					

Município	Eixo Principal	Obs	Estradas Estaduais Pavimentadas	Obs	Estradas Não Pavimentadas	Obs
Júnior Itajuípe	BA/262	Da BR-101 até sede do município. Segue até Coaraci				
Ilhéus	BR-101					
Coaraci	BA/262	Da BR-101, Passando por Itajuípe, até sede do município				
Aurelino Leal	BR-101		BR-030	Iterconexão BR-101-BR-116.		
Gongogi	BR-030	Acesso à sede do município a partir da BR-101				
Itagibá	BA/130				BA/130	Acesso à sede do município a partir da BR-030 ou Então desde a área urbana de Ipiaú..
Ipiaú	BR-330	Possibilita a conexão entre a BR-101 e A BR-116				
Ibirataia	BA/120					
Nova Ibiá	BA/120					

Município	Eixo Principal	Obs	Estradas Estaduais Pavimentadas	Obs	Estradas Não Pavimentadas	Obs
Gandu	BA/120		BR-101			
Wesceslau Guimarães	BR-101					
Teolândia	BR-101					
Presidente Tranqredo Neves	BR-101					
Valença	BR-101		BA/542	Da BR-101 até a sede municipal de Valença.		
Laje	BR-101					
Jaguaripe	BA/001/245					
Aratuípe	BA/001/245					
Muniz Ferreira	BR-101		BA/245	Conexão com a BR-101		
Nazaré	BR-101		BA/245 BA/001	Conexão com a BR-101		
Maragogipe	BA/120					
São Felix	BA/120					
Cachoeira	Rodovia Cachoeira-Santo Amaro					
Santo Amaro	Rodovia Cachoeira-Santo					

Município	Eixo Principal	Obs	Estradas Estaduais Pavimentadas	Obs	Estradas Não Pavimentadas	Obs
São Sebastião do Passé	Amaro BR-324					
Catu						
Pojuca	BA/093					

Fonte: DNIT - Mapa Rodoviários do Brasil.

Transporte de Passageiros

Os sistemas de transporte público de passageiros dos municípios da AII não apresentam entre si diferenças significativas. São sistemas de transporte que, basicamente, atendem o deslocamento da população rural para os núcleos urbanos e os deslocamentos intermunicipais.

A operação do sistema é realizada através da concessão de linhas a empresas privadas. Também ocorre, especialmente, nos municípios localizados na região do Recôncavo e litoral norte, transporte informal (sem concessão pública).

No tocante aos serviços de embarque e desembarque, observa-se que, na maioria das sedes municipais da AII, existem estações rodoviárias. Porém, nas estradas secundárias, quase inexistem pontos fixos de embarque e desembarque. Na maioria dos casos, isso ocorre devido às distâncias médias que os usuários teriam que percorrer até o ponto fixo, o que redundaria em transtornos para os mesmos.

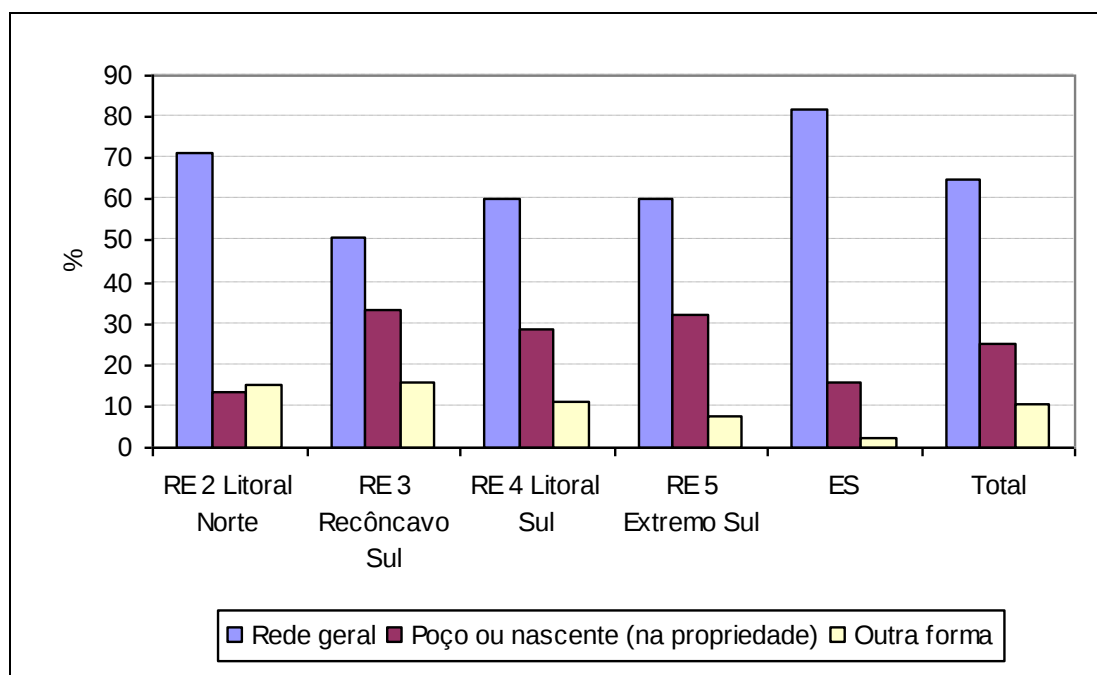
B) Sistema de saneamento básico

Os sistemas de saneamento básico são compostos por um conjunto de serviços e infra-estrutura urbana tais como: esgotamento sanitário, abastecimento de água, estações de tratamento, aterros sanitários, limpeza urbana etc. Porém, para os objetivos deste trabalho, serão levantados e descritos os dados relativos a situação do abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino dos resíduos sólidos domésticos. Para este levantamento e descrição, serão utilizados os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2004). Os dados a seguir possibilitarão o conhecimento da situação na fonte usuária de água, esgotamento sanitário e presença ou ausência de recolhimento dos resíduos sólidos domésticos.

Porém, nada informa sobre a destinação final dos resíduos produzidos. Nesse sentido, cabe ressaltar que, no tocante ao destino final dos resíduos sólidos domésticos, esse se constitui em um dos principais problemas ambientais, em parte significativa dos municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu. É absolutamente comum, às margens das rodovias secundárias, a existência de lixões, inclusive muito próximos da AID (ver foto nº 14 no mapa DE-4450.74-6521-986-BOR-002).

Abastecimento de água

Em 64,8% dos domicílios, o abastecimento de água é feito através da rede geral, em 24,9% é feito através de poços ou nascentes e 10,2% dos domicílios têm outra forma de abastecimento de água. Na área urbana, 59,1% dos domicílios são abastecidos através da rede geral, enquanto que na área rural somente 5,7% dos domicílios têm o abastecimento de água feito através da rede geral e em 19,5% dos domicílios o abastecimento é feito através de poços ou nascentes (figura 5.20). Os dados para os municípios encontram-se na tabela 5.159.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Figura 5.20- Abastecimento de água nos municípios da AII

Tabela 5.159- Dados de abastecimento de água para os municípios

Municípios	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Rede geral	Poço ou	Poço ou nascente	Outra forma
			nascente (na propriedade)	(na propriedade) 0 não canalizada	
ES					
Conceição da Barra – ES	6691	5545	996	437	150
Linhares – ES	28957	23670	4812	642	475
Pedro Canário – ES	5595	5043	415	133	137
Pinheiros - ES	5762	4394	1254	299	114
São Mateus - ES	23181	17888	4525	1075	768
Subtotal	70186	56540	12002	2586	1644
RE 5 Extremo Sul					
Alcobaça - BA	4862	2251	2370	1494	241
Belmonte - BA	5091	3021	1422	1033	648
Caravelas - BA	4897	2727	1714	1282	456
Eunápolis - BA	20917	16261	3973	1223	683
Ibirapuã - BA	1894	1080	768	378	46
Itabela - BA	6101	4390	1167	368	544
Itagimirim - BA	1898	1382	394	180	122
Itamaraju - BA	15649	11695	2793	1519	1161
Itapebi - BA	2652	1850	558	271	244
Mucuri - BA	6909	2967	3463	1229	479
Nova Viçosa - BA	7774	3527	3819	1836	428
Porto Seguro - BA	23905	12752	8280	1546	2873
Prado - BA	6122	3384	2060	970	678
Teixeira de Freitas - BA	27215	16511	9631	2977	1073
Subtotal	135886	83798	42412	16306	9676
RE 4 Litoral Sul					
Arataca - BA	2943	1449	1325	1013	169
Aurelino Leal - BA	3739	2270	706	566	763
Governador Lomanto Júnior - BA	2037	1154	724	610	159
Camacan - BA	7503	5881	1205	689	417
Coaraci - BA	6433	4887	821	636	725

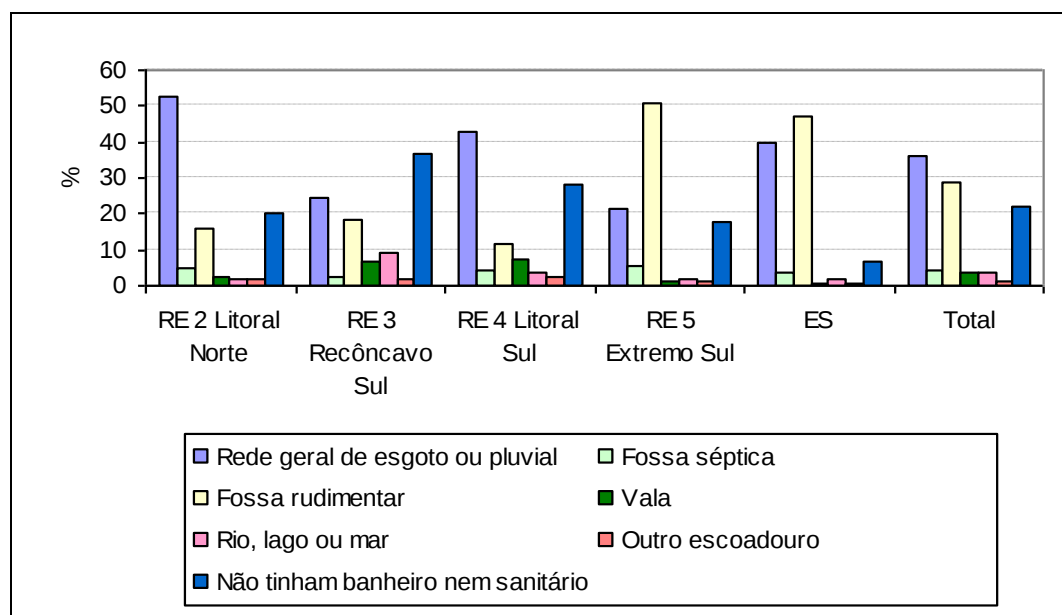
Municípios	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Poço ou nascente (na propriedade) 0 não canalizada	Outra forma
Gandu - BA	6706	3811	2064	1078	831
Gongogi - BA	2285	1197	485	419	603
Ibirataia - BA	5634	3241	1994	1412	399
Ilhéus - BA	54031	36373	12144	8624	5514
Ipiaú - BA	10896	8846	1066	602	984
Itabuna - BA	51039	46470	1228	964	3341
Itagibá - BA	3907	1976	1640	1072	291
Itajuípe - BA	5545	4042	1096	864	407
Itapitanga - BA	2423	1698	522	107	203
Jussari - BA	1831	1367	295	174	169
Mascote - BA	3790	2671	901	701	218
Nova Ibiá - BA	1714	674	977	435	63
Presidente Tancredo Neves - BA	4227	1480	2392	1679	355
Teolândia - BA	2791	641	1752	1176	398
Valença - BA	19209	13017	4194	2945	1998
Wenceslau Guimarães - BA	4596	1615	1902	1508	1079
Subtotal	203279	144760	39433	27274	19086
RE 3 Recôncavo Sul					
Aratuípe - BA	1894	820	669	516	405
Cachoeira - BA	7444	3936	1822	1286	1686
Jaguaripe - BA	3009	1206	1433	1230	370
Laje - BA	4680	1545	2505	1317	630
Maragogipe - BA	9711	5204	3381	2861	1126
Muniz Ferreira - BA	1714	617	927	489	170
Nazaré - BA	6487	4346	1181	969	960
Santo Amaro - BA	14048	10157	1230	756	2661
São Félix - BA	3189	1879	789	593	521
Subtotal	52176	29710	13937	10017	8529
RE 2 Litoral Norte					
Catu - BA	11440	9271	1356	1007	813
Pojuca - BA	6397	4876	846	648	675

Municípios	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Poço ou nascente (na propriedade) 0 não canalizada	Outra forma
São Sebastião do Passé - BA	9362	5293	1440	1092	2629
Subtotal	27199	19440	3642	2747	4117
Total	492007	336064	112121	59530	43822

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Esgotamento sanitário

Os dados do Censo Demográfico do IBGE (2000) apresentam o tipo de esgotamento sanitário por domicílio. Em 36,4% dos domicílios o esgotamento é feito através da rede geral, entretanto somente 1% dos domicílios está na área rural; em 28,8%, é feito através de fossa rudimentar, em 4,1%, é feito através de fossa séptica, em 3,7%, é feito em vala, em 3,6% é lançado em rio, lago ou mar; 1,5% apresenta outra forma de esgotamento, e em 22% dos domicílios não têm banheiro nem sanitário, desses domicílios 7,4% estão na área urbana e 14,6% na área rural (Figura 5.21). Os dados para os municípios da área de influência encontram-se na tabela 5.160.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Figura 5.21- Esgotamento sanitário nos municípios da AII

Tabela 5.160- Dados de esgotamento sanitário para os municípios da área de influência

Municípios	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoado	Não tinham banheiro nem sanitário
ES								
Conceição da Barra - ES	6691	599	136	5034	43	37	17	825
Linhares – ES	28957	13971	1826	10580	315	1490	88	687
Pedro Canário – ES	5595	1270	29	3942	31	31	21	271
Pinheiros – ES	5762	3724	77	1491	18	39	13	400
São Mateus – ES	23181	12797	1636	6328	450	536	100	1334
Subtotal	70186	32361	3704	27375	857	2133	239	3517
RE 5 Extremo Sul								
Alcobaça – BA	4862	896	127	2243	30	58	49	1459
Belmonte – BA	5091	19	71	3257	89	26	117	1512
Caravelas – BA	4897	786	225	2349	65	88	36	1348
Eunápolis – BA	20917	3950	1272	13257	283	511	152	1492
Ibirapuã – BA	1894	633	10	979	2	14	12	244
Itabela – BA	6101	26	30	5323	109	28	45	540
Itagimirim - BA	1898	1077	160	148	42	128	15	328
Itamaraju - BA	15649	6088	248	6088	318	243	178	2486
Itapebi – BA	2652	138	52	1574	69	15	44	760
Mucuri – BA	6909	1801	448	3366	29	249	70	946
Nova Viçosa - BA	7774	1004	360	5043	109	19	71	1168
Porto Seguro - BA	23905	5687	4877	8994	386	571	126	3264
Prado – BA	6122	182	879	3282	81	56	87	1555
Teixeira de Freitas - BA	27215	13318	551	11311	282	137	220	1396
Subtotal	135886	35605	9310	67214	1894	2143	1222	18498
RE 4 Litoral Sul								
Arataca – BA	2943	249	352	1091	358	30	40	823
Aurelino Leal - BA	3739	1097	51	184	501	261	199	1446
Governador Lomanto Júnior – BA	2037	1082	185	193	121	10	15	431
Camacan - BA	7503	4590	196	514	516	178	142	1367

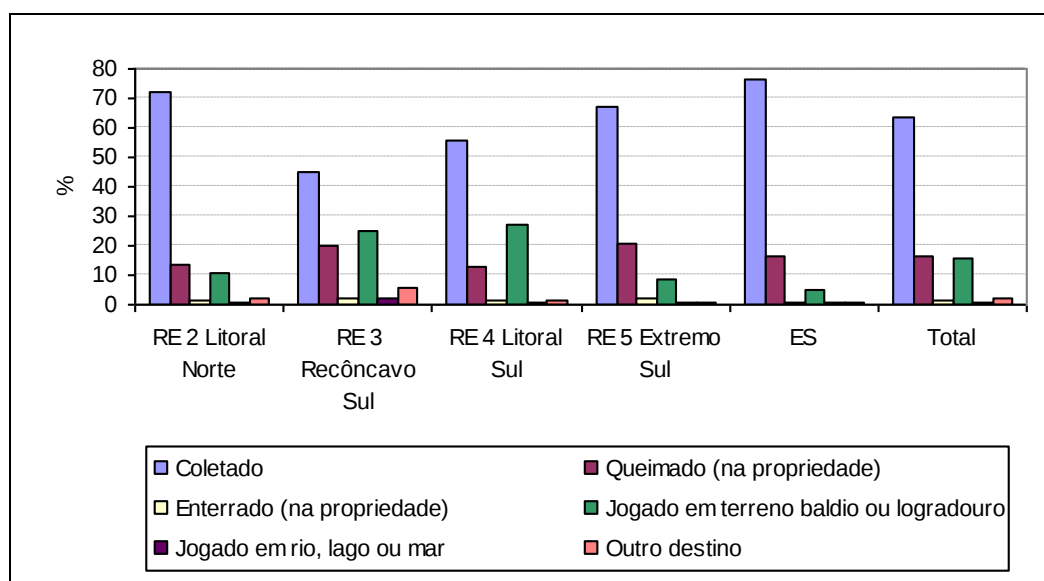
Municípios	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoado	Não tinham banheiro nem sanitário
Coaraci – BA	6433	4433	145	342	213	97	296	907
Gandu – BA	6706	2875	96	708	762	643	77	1545
Gongogi – BA	2285	1010	5	178	137	71	28	856
Ibirataia – BA	5634	3157	45	192	229	281	63	1667
Ilhéus – BA	54031	23832	7484	7515	2520	2327	784	9569
Ipiaú – BA	10896	7435	60	604	508	494	289	1506
Itabuna – BA	51039	38169	1854	1283	2505	1795	1773	3660
Itagibá – BA	3907	1512	20	529	320	199	48	1279
Itajuípe – BA	5545	3257	113	534	453	492	73	623
Itapitanga - BA	2423	1380	123	98	81	23	114	604
Jussari – BA	1831	1086	54	173	133	34	42	309
Mascote – BA	3790	497	367	1751	80	43	62	990
Nova Ibiá - BA	1714	545	1	200	319	112	5	532
Presidente Tancredo Neves – BA	4227	375	535	608	132	106	39	2432
Teolândia - BA	2791	448	53	310	136	27	166	1651
Valença - BA	19209	9673	354	1872	814	648	214	5634
Wenceslau Guimarães – BA	4596	715	55	398	386	169	119	2754
Subtotal	203279	107417	12148	19277	11224	8040	4588	40585
RE 3 Recôncavo Sul								
Aratuípe - BA	1894	214	2	483	127	101	14	953
Cachoeira - BA	7444	2664	265	1602	289	136	280	2208
Jaguaripe - BA	3009	78	143	966	164	108	36	1514
Laje – BA	4680	800	25	1003	305	201	38	2308
Maragogipe - BA	9711	2504	504	834	480	1360	110	3919
Muniz Ferreira - BA	1714	5	2	375	246	520	59	507
Nazaré - BA	6487	2589	88	524	514	1062	93	1617
Santo Amaro - BA	14048	5654	1194	2395	911	683	181	3030
São Félix - BA	3189	1588	18	302	86	44	76	1075
Subtotal	52176	16096	2241	8484	3122	4215	887	17131

Municípios	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudim entar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoado uro	Não tinham banheiro nem sanitário
RE 2 Litoral Norte								
Catu – BA	11440	5938	502	2382	356	100	298	1864
Pojuca – BA	6397	3847	487	631	98	74	44	1216
São Sebastião do Passé – BA	9362	4326	205	1579	272	321	228	2431
Subtotal	27199	14111	1194	4592	726	495	570	5511
Total	488726	205590	28597	126942	17823	17026	7506	85242

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Resíduos Sólidos Domésticos

Os dados do IBGE (2000), quanto ao destino do lixo, mostram que em 63,3% dos domicílios o lixo é coletado (59,2% na área urbana e 4,1% na área rural); em 16,7% é queimado na propriedade (13,1% na área rural); em 15,4% é jogado em terreno baldio ou logradouro (9,7% na área rural); em 1,6% o lixo é enterrado na propriedade, em 0,8% é jogado em rio, lago ou mar; e em 2,2% dos domicílios o destino do lixo é outro (figura 5.22). Os dados para os municípios da área de influência encontram-se na tabela 5.161.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Figura 5.22- Destino do lixo

Tabela 5.161- Dados de resíduos sólidos domésticos para os municípios da área de influência

Municípios	Domicílios particulares permanentes (Unidade)						
	Total	Coletado	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
ES							
Conceição da Barra - ES	6691	4484	1413	106	601	41	46
Linhares - ES	28957	22780	4226	278	1271	306	96
Pedro Canário - ES	5595	4848	544	40	143	4	16
Pinheiros - ES	5762	4107	1144	74	353	5	79
São Mateus - ES	23181	17850	3977	177	956	43	178
Subtotal	70186	54069	11304	675	3324	399	415
RE 5 Extremo Sul							
Alcobaça - BA	4862	2415	1748	116	446	8	129
Belmonte - BA	5091	3115	1115	404	314	88	55
Caravelas - BA	4897	2646	1434	242	501	55	19
Eunápolis - BA	20917	17697	1684	99	1029	347	61
Ibirapuã - BA	1894	799	890	67	118	3	17
Itabela - BA	6101	4714	1011	66	278	4	28
Itagimirim - BA	1898	1411	270	21	159	13	24
Itamaraju - BA	15649	10859	2372	128	1939	90	261
Itapebi - BA	2652	1448	455	27	652	26	44
Mucuri - BA	6909	5300	1124	127	319	27	12
Nova Viçosa - BA	7774	5247	1767	167	519	19	55
Porto Seguro - BA	23905	19066	2256	167	2022	288	106
Prado - BA	6122	3387	1621	310	728	12	64
Teixeira de Freitas - BA	27215	24982	1350	171	607	43	62
Subtotal	135886	103086	19097	2112	9631	1023	937
RE 4 Litoral Sul							
Arataca - BA	2943	1358	675	54	817	8	31
Aurelino Leal - BA	3739	1912	278	41	1414	70	24
Camacan - BA	7503	5522	574	67	1304	17	19
Coaraci - BA	6433	4620	612	86	1016	21	78
Gandu - BA	6706	3978	512	44	2038	85	49

Domicílios particulares permanentes (Unidade)							
Municípios	Total	Coletado	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
Gongogi - BA	2285	1211	467	30	562	7	8
Governador Lomanto Júnior - BA	2037	986	349	20	680	1	1
Ibirataia - BA	5634	3620	422	35	1515	31	11
Ilhéus - BA	54031	34660	9292	1552	7434	850	243
Ipiaú - BA	10896	8695	780	56	1254	84	27
Itabuna - BA	51039	44290	1267	85	4623	531	243
Itagibá - BA	3907	2096	898	56	791	22	44
Itajuípe - BA	5545	3942	601	28	852	81	41
Itapitanga - BA	2423	1599	299	134	320	3	68
Jussari - BA	1831	1181	306	16	297	3	28
Mascote - BA	3790	2225	472	39	1031	5	18
Nova Ibiá - BA	1714	590	200	24	897	3	-
Presidente Tancredo Neves - BA	4227	819	794	91	2207	61	255
Teolândia - BA	2791	540	173	20	1790	22	246
Valença - BA	19209	11444	2262	249	4422	388	444
Wenceslau Guimarães - BA	4596	1338	422	81	2454	73	228
Subtotal	203279	136626	21655	2808	37718	2366	2106
RE 3 Recôncavo Sul							
Aratuípe - BA	1894	745	317	28	233	15	556
Cachoeira - BA	7444	3997	1551	99	1715	38	44
Jaguaripe - BA	3009	725	1087	133	934	70	60
Laje - BA	4680	970	1113	205	1850	47	495
Maragogipe - BA	9711	3394	1862	218	3284	700	253
Muniz Ferreira - BA	1714	528	528	6	601	32	19
Nazaré - BA	6487	4269	531	104	1401	159	23
Santo Amaro - BA	14048	10505	1628	187	1422	91	215
São Félix - BA	3189	2015	461	30	660	4	19
Subtotal	52176	27148	9078	1010	12100	1156	1684

Domicílios particulares permanentes (Unidade)							
Municípios	Total	Coletado	Queimado	Enterrado	Jogado em	Jogado	Outro
			(na propriedade)	(na propriedade)	terreno baldio ou logradouro	em rio, lago ou mar	
RE 2 Litoral Norte							
Catu - BA	11440	8645	1093	159	833	33	677
Pojuca - BA	6397	4943	819	104	471	24	36
São Sebastião do Passé - BA	9362	5953	1625	107	1608	42	27
Subtotal	27199	19541	3537	370	2912	99	740
Total	488726	340470	64671	6975	65685	5043	5882

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

C) Segurança Pública

O sistema de segurança pública no Brasil, até recentemente, era de responsabilidade exclusiva dos Estados e do Governo Federal. O poder policial (controle social com o uso legítimo da força) era exercido, exclusivamente, pelas polícias federais e estaduais (militar e civil). A ação das guardas municipais limitava-se a proteção do próprio poder público municipal. Mas, em decorrência da pressão social e de alterações na legislação federal, em alguns municípios foram instaladas as polícias municipais. Nesses casos o sistema de segurança pública passa a ser composto pelas três esferas de poder: governo, municipal, estadual e federal. Na ausência de guardas municipais, o sistema local é composto, basicamente, pela presença da polícia civil e militar estadual.

Nos municípios da AII do Gasoduto Cacimbas-Catu, prevalece a presença da polícia militar e civil. Nas cidades portuárias (Ilhéus, Linhares) e naquelas onde existem aeroportos, com capacidade de receber de vôos internacionais (Ilhéus e Porto Seguro), ocorre a presença da polícia federal e portuária. Nos municípios de Porto Seguro e Itabuna, na Bahia, o sistema de segurança pública conta com uma delegacia especializada no atendimento ao turista (DELTUR) e uma delegacia dirigida ao atendimento à mulher (DEPM) respectivamente.

Os dados sobre segurança são organizados a partir dos sistemas estaduais de informação. Esses sistemas de informação, apresentam, no tocante a organização e divulgação das informações, algumas diferenças entre si. Enquanto para o Estado da Bahia os dados estão agregados conforme a

regionalização das coordenadorias e sub-coordenadorias e pelas delegacias especializadas, no Estado do Espírito Santo as informações estão organizadas por municípios conforme os registros da polícia militar e civil (Tabela 5.162).

Tabela 5.162- Registros de ocorrências policiais nos municípios da AII localizados no Espírito Santo – 2003

Tipos de Ocorrências/Municípios	Linhares	São Mateus	Conceição da Barra	Pinheiros	Pedro Canário
Crimes Letais Contra a pessoa					
Homicídio	54	21	20	6	12
Encontro de Cadáver	23	19	10	1	6
<i>Sub-Total</i>	77	40	30	7	18
Mortes Violentas*					
Homicídio	85	28	17	4	24
Atropelamento	16	10	1	1	1
Acidentes de Trânsito	29	20	4	1	6
Queda	3	3	0	1	1
Suicídio	6	3	0	1	0
Afogamento	14	7	0	1	3
outras causas	8	1	0	1	0
<i>Sub-Total</i>	161	72	22	10	35
Crimes não letais contra a pessoa					
Lesões Corporais	413	283	141	100	78
Ameaça	178	217	96	55	32
Tentativa de Homicídio	67	51	18	7	33
Maus Tratos	20	15	14	1	5
Atentado Violento ao Pudor	6	14	4	1	0
Cárcere Privado	2	1	0	0	0
Seqüestro	3	0	0	0	0
Estupro	5	5	0	3	0
Rixa	8	11	1	0	1
Corrupção de Menores	2	1	0	0	0
Rapto	2	4	0	0	1
<i>Sub-Total</i>	706	602	276	167	150

Tipos de Ocorrências/Municípios	Linhares	São Mateus	Conceição da Barra	Pinheiros	Pedro Canário
Crimes violentos contra o patrimônio					
Roubo em Estabelecimentos Comerciais	88	29	7	1	9
Roubo em Residência	26	16	5	1	3
Roubo de Veículos	24	17	5	1	5
Roubo em Coletivo	17	9	3	0	1
Roubo em Estab. de Ensino	2	3	1	0	1
Roubo em Estab. Financeiros	0	3	0	0	1
Extorsão	0	2	0	2	0
<i>Sub-Total</i>	157	79	21	5	20
Crimes Contra o Patrimônio					
Furto em Residência	349	451	140	50	54
Furto	278	299	215	58	38
Furto em Veículo	106	161	33	16	7
Furto em Estab. Comercial	175	117	47	14	20
Furto em Estab. de Ensino	32	45	3	15	2
Furto de Veículo	59	40	10	4	8
Furto de Coletivo	9	6	3	21	1
Furto de Auto Carga	2	4	0	0	0
Furto em Estab. Financeiro	0	2	0	0	0
<i>Sub-Total</i>	1.010	1.125	451	178	130

Fonte: Registros da Polícia Militar do Espírito Santo, in. Banco de Dados do IPES – 2004

* Registro na Polícia Civil

Como é observado nos dados apresentados na tabela acima (Tabela 5.162) a maior ocorrência, nos municípios localizados no Estado do Espírito Santo, são de crimes não letais contra a pessoa humana. Observa-se, também, que quanto maior a cidade (Linhares e São Mateus) maior o número de mortes violentas, em números absolutos e relativos.

No Estado da Bahia em 2003 (Tabela 5.163) foram registrados 385.708 ocorrências delituosas (homicídio, lesão corporal, furtos e roubos, uso ou porte de tóxicos e outros) e 134.866 ocorrências não delituosas (suicídios, e outras). Das ocorrências delituosas 35,3% (136.189 casos), ocorreram, ou pelo menos foram registrados, em Salvador, 7% (27.119 casos), nos municípios periféricos ao sistema

metropolitano, 56,2% (216.797 casos), nos municípios não pertencentes a grande Salvador e 1,45% (5.603), nas delegacias especializadas (DELTUR de Porto Seguro, DPA da Praia do Forte, DPM de Itabuna e DRFRCCR de Salvador). Das ocorrências não delituosas 44,2% (59.605 casos), concentram-se na grande salvador, 55,2% (74.500 casos), no âmbito dos municípios não pertencentes a grande Salvador e 0,56% (761 casos), foram registrados nas delegacias especializadas.

Os dados apresentados evidenciam, como ocorre em todo o país, que no Estado da Bahia, a violência concentra-se na região metropolitana. Apenas a título de exemplo em 2003, do total de homicídios (2.660 casos) 39,92% (1.062 casos) ocorreram na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e 59,96% (1.595 casos) nos municípios do interior (não pertencentes a RMS).

Os dados acessados para o Estado da Bahia, como já comentado, não permitem a análise por municípios da área de influência do gasoduto. Diante dessa limitação optou-se por uma análise a partir das coordenadorias (regionalização oficial) nas quais estão inseridas os municípios da área de influência do Empreendimento. A distribuição dos municípios foi realizada com base na aproximação das 24 coordenadorias em relação aos municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu. Dessa forma, das 24 coordenadorias foram selecionadas nove: Alagoinhas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Valença, Itabuna, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Itapitanga e Eunápolis. Também serão considerados os dados relativos as delegacias especializadas de Itabuna e Porto Seguro.

Como visto acima, do total de ocorrências delituosas 56,2% (216.797 casos), ocorreram nos municípios localizados fora da RMS. Desse total 44,9% (97.445 casos), das ocorrências delituosas, localizadas fora do RMS, ocorreram nas regiões onde localizam-se os municípios da área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu. No ano de 2003, essas ocorrências estavam assim distribuídas: 18% (17.408 casos), ocorreram nos municípios localizados na região de Alagoinhas (onde localizam-se os municípios da AII de São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca; 15% (14.844 casos), na região de Ilhéus e 13% (10.079 casos), em Itabuna, bipolo para os municípios do litoral norte baiano; 11% (11.181 casos), na coordenadoria de Teixeira de Freitas, município pólo para a região do extremo sul baiano; 10% (10.079 casos) na coordenadoria de Valença, polo turístico, localizado, em conjunto com Itabuna e Ilhéus, na região do litoral sul baiano; 10% (7.984 casos) em Eunápolis que também é uma das cidades pólos para os municípios da área de influência do extremo sul baiano; 9% (8.466 casos), na coordenadoria de Santo Amaro, 6% (5.364 casos) na coordenadoria localizada no município de Itapitanga (município localizado na área de influência do Empreendimento) e 10% na coordenadoria localizada no município de Santo Antônio de Jesus. Esse município é um polo econômico de alcance

microrregional sendo que os municípios de Nazaré, Muniz Ferreira e outros, estabelecem interações com esse.

Tabela 5.163- Ocorrências Policiais no Estado da Bahia - 2003

Unidades Policiais	Total de Ocorrências		Ocorrências Policiais							
			Delituosas						Não Delituosas	
	Delituosa	Não Delituosa	Homicídio	Lesão	Furtos e Roubos	Tóxicos		Outras Ocorrências	Suicídio	Outras
Corporal				Tráfico		Uso				
Total do Estado	385,708	134,866	2,660	29,186	135,988	1,447	2,915	213,512	426	134,440
Total de Salvador	136,189	45,839	872	10,463	57,220	586	1,557	65,491	69	45,770
Total dosMunicípios Periféricos	27,119	13,766	190	2,096	7,576	52	39	17,166	14	13,752
Total das Coordenadorias Especializadas (Interior)	216,797	74,500	1,595	15,618	70,529	808	1,317	126,930	343	74,157
Total dos Municípios Periféricos	27,119	13,766	190	2,096	7,576	52	39	17,166	14	13,752
Madre de Deus (17ª CP)	1,203	530	1	50	116	3	1	1,032	-	530
Camaçari (18ª CP)	4,047	3,809	51	197	1,327	6	1	2,465	1	3,808
Itaparica (19ª CP)	1,266	438	2	91	370	5	2	796	-	438
Candeias (20ª CP)	3,212	1,539	43	207	981	5	20	1,956	4	1,535
São Francisco do Conde (21ª CP)	1,406	258	-	89	173	-	-	1,144	-	258
Simões Filho (22ª CP)	2,706	677	14	239	979	5	1	1,468	2	675
Lauro de Freitas (23ª CP)	3,634	1,545	24	296	1,104	8	-	2,202	-	1,545
Vera Cruz (24ª CP)	2,086	1,092	1	166	654	6	3	1,256	2	1,090
Dias D'Ávila (25ª CP)	2,562	1,448	16	228	825	3	4	1,486	3	1,445
Vila de Abrantes (26ª CP)	2,605	717	23	135	769	7	6	1,665	1	716
Itinga (27ª CP)	2,392	1,713	15	398	278	4	1	1,696	1	1,712
Coordenadorias	216,797	74,500	1,595	15,618	70,529	808	1,317	126,930	343	74,157
1ª - Feira de Santana	26,403	14,089	194	1,776	12,182	94	123	12,034	23	14,066
2ª - Alagoinhas*	17,408	4,737	92	1,397	5,120	29	100	10,670	24	4,713
3ª - Santo Amaro*	8,466	2,601	25	1,045	1,931	43	34	5,388	11	2,590
4ª Santo Antônio de Jesus	9,578	2,907	35	907	2,511	34	35	6,056	19	2,888
5ª - Valença*	10,079	2,038	54	1,125	3,029	47	44	5,780	15	2,023
6ª - Itabuna*	12,631	5,445	120	719	5,572	62	96	6,062	11	5,434
7ª - Ilhéus*	14,844	3,281	86	822	5,222	59	122	8,533	12	3,269
8ª - Teixeira de Freitas*	11,181	4,795	101	501	3,949	59	109	6,462	19	4,776
9ª - Jequié	8,663	3,511	33	542	2,381	23	24	5,660	15	3,496
10ª - Vitória da Conquista	13,236	3,696	83	659	6,121	31	34	6,308	20	3,676
11ª - Barreiras	8,098	2,811	77	473	2,531	28	67	4,922	15	2,796
12ª - Itaberaba	5,683	1,256	19	141	1,397	13	9	4,104	11	1,245

Unidades Policiais	Total de Ocorrências		Ocorrências Policiais							
			Delituosas						Não Delituosas	
	Delituosa	Não Delituosa	Homicídio	Lesão Corporal	Furtos e Roubos	Tóxicos Tráfico	Uso	Outras Ocorrências	Suicídio	Outras
13ª - Seabra	2,235	571	17	229	442	15	12	1,520	7	564
14ª - Irecê	5,913	2,099	63	451	1,620	33	27	3,719	21	2,078
15ª - Serrinha	10,864	2,982	40	1,174	3,018	35	34	6,563	30	2,952
16ª - Jacobina	5,461	948	63	562	1,401	18	14	3,403	14	934
17ª - Juazeiro	8,710	4,176	180	415	2,283	40	187	5,605	12	4,164
18ª - Paulo Afonso	8,351	2,474	83	518	2,136	28	54	5,532	16	2,458
19ª - Senhor do Bonfim	6,831	1,532	61	406	1,428	48	74	4,814	20	1,512
20ª - Brumado	3,144	772	14	301	634	6	2	2,187	2	770
21ª - Itapetinga	5,364	1,864	36	585	1,078	18	50	3,597	7	1,857
22ª - Guanambi	4,493	1,486	18	348	974	5	37	3,111	11	1,475
23ª - Eunápolis*	7,894	4,044	58	407	3,144	28	29	4,228	4	4,040
24ª - Bom Jesus da Lapa	1,267	385	43	115	425	12	-	672	4	381
Especializadas do Interior	5,603	761	3	1,009	663	1	2	3,925	-	761
DELTUR-Porto Seguro	679	635	2	2	546	1	1	127	-	635
DPA - Praia do Forte	434	126	1	59	114	-	1	259	-	126
DPM - Itabuna	4,486	-	-	948	-	-	-	3,538	-	-
DRFRCR- Salvador	4	-	-	-	3	-	-	1	-	-

Fonte: Fonte:DEPOM/ DCCP/ DCCV/ DTE/ DEPIN – CEDEP, In.: Banco de Dados SEI, 2004. * Coordenorias localizadas na região onde localizam-se os municípios da AII do empreendimento.

Conforme as observações de campo e visita as prefeituras municipais, em todos os municípios da área de influência ocorre a presença de pelo menos, um dos serviços de segurança pública (delegacia e polícia militar). Nas comunidades rurais de maior porte como, por exemplo, a 31 de Março em Mucuri existem postos da polícia militar. Como pode ser visto no Quadro 5.25 quase todas as unidades de atendimento da polícia militar e civil identificadas na área de influência do do Gasoduto Cacimbas-Catu, localizam-se na área central das sedes urbanas.

Quadro 5.25- Relação das Unidades Policias Identificadas na AII do Gasoduto Cacimbas-Catu

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Conceição da Barra/ES	Centro	Delegacia de Polícia de Conceição da Barra	Tv. Pinheiros, s/n.	27-3762-1261
	Centro	PBx da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo	Av. Pai João, s/n.	190
	Centro	PBx. Superintendência da Polícia Civil	Tv. Pinheiros, s/n.	147

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Linhares/ES	Aviso	Delegacia da Polícia Rodoviária Federal	Av. são Mateus, s/n.	27-3371-1820
	Distrito: Canivete	PBx Polícia Militar do Estado do Espírito Santo	Rod. BR-101, s/n, Km 142.	190
	Distrito: Canivete	PBx Superintendência da Polícia Civil	R. Arge Pedro de Moraes, s/n.	147
Pedro Canário/ES	Boa Vista	Delegacia de Polícia de Pedro Canário	R. São Roque, s/n.	27-3764-2609
	Boa Vista	Delegacia	R. Santa Luzia, s/n.	27-3764-2080
Pinheiros/ES	Centro	Delegacia	R. Carlos Castro, n.1	27-3765-1159
	Centro	Polícia Militar	Av. Argenor Luiz Heringer, s/n.	190
	Centro	Polícia Civil	R. Claudionor R. Sob. Prof., 170.	147
São Mateus/ES	Centro	Delegacia de Polícia de São Mateus	R. Dr. Arlindo Sodré, n163.	27-37678143
	Fátima	Polícia Militar	R. Ermelino Carneiro, Sob78.	190
	Centro	Polícia Civil	R. Dr. Arlindo Sodré, n.163.	147
	Dom José Dalvit	Companhia de Polícia Ambiental	R. Rômulo Martins, s/n.	27-3763-3663
Alcobaça/BA	Centro	4ª Cia do 13º Batalhão de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Mem de Sá, nº60, Bairro Palmeiras	-
Amélia Rodrigues/BA	Centro	2º Pelotão de Polícia Militar	Rua Aloísio de Castro, nº30	73-242-2211
Arataca/BA	Distrito: Itatingui, Centro	Posto Policial Militar do 2º Pelotão da 4ª Cia do 15º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Praça da Matriz, s/n	-
Aratuípe/BA	Centro	Grupamento Policial Militar	Rua Dr. João Martins, nº11	75-647-2166
Aurelino Leal/BA	Centro	Destacamento Policial Militar da 3ª Companhia do 2º	Trav. Ramiro Teixeira	73-230-1813

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Belmonte/BA	Centro	Batalhão de Polícia Militar 1º Pelotão da 3ª Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar	Rua Saldanha da Gama, nº186	73-287-2134
Cachoeira/BA	Centro	2º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua 7 de Setembro s/n	75-425-4970
Camacan/BA	Centro	4ª Cia do 15º Batalhão de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Everaldo Figueredo dos Anjos, nº219	73-283-1744
Camamu/BA	Centro	Destacamento de Polícia Militar do 5º Pelotão da 33ª CIPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Praça J.J Seabra, nº92	73-255-2505
Caravelas/BA	Centro	3º Pelotão da 4ª Companhia do 13º Batalhão de Polícia Militar	Rua Gonçalves Ledo	73-297-1779
Catu/BA	Centro Administrativo	3ª Companhia de Polícia Militar	Rua Geonísio Barroso, s/n, Centro Administrativo, CEP 48.110-000	71-641-2674
Coaraci/BA	Centro	2º Pelotão 3ª Companhia do 15º Batalhão de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua 21 de Abril nº 20	73-241-1438
Conceição da Barra/ES				
Eunápolis/BA	Centro	7ª Companhia Independente de Polícia Militar	Av. Presidente Kennedy, nº125, CEP: 45.820-000	73-281-2316 73-281-6977
Gandu/BA	Centro	4ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Praça Rui Barbosa, nº 56	73-254-1308
Gongogi/BA	Centro	Destacamento Policial Militar	Não dispõe de	73-240-2131

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Governador Lomanto Júnior/BA		da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar	aquartelamento	
Ibirapuã/BA	Centro	3º Pelotão da 44ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua José Lucas Mendes nº13	73-299-2342
Ibirataia/BA	Centro	2º Pelotão PM da 55ª Cia/PM do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Lauro de Freitas, s/n	73-537-2330
Ilhéus/BA	Centro	1ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar, do 2º CPR	Centro	73-634-1617
Ipiaú/BA	Centro	55ª Companhia Independente de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Av. Lauro de Freitas, s/nº; CEP: 45.570-000	73-531-3306
Itabela/BA	Centro	2º Pelotão da 7ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Pedro Álvares Cabral s/n Cep 45.848.000	73-270-0717
Itabuna/BA	Centro	2º Comando de Policiamento Regional	Rua Sóstenes de Miranda, nº95	73-211-1074
Itacaré/BA	Centro	4º pelotão da 5ª Cia PM do 2º BPM, do 2º CPR	Rua Joaquim Vieira, s/n, Centro	73-251-2242
Itagibá/BA	Centro	3º Pelotão PM da 55ª Cia/PM o 2º Comando de Policiamento Regional	Praça Municipal	73-244-2006
Itagimirim/BA	Centro	Destacamento policial militar do 3º Pel da 7ª CIPM do 2º Comando de Policiamentro Regional	Rua Carlos Gomes, nº150	73-289-2542
Itajuípe/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 2º Pel da 3ª Cia do 15º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Av. Julieta Maron Ramos s/n	73-238-2010
Itamaraju/BA	Centro	43ª Companhia Indenpendente	Av. Perimental, 491;	73-294-3190

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Itapé/BA	Centro	de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional Destacamento Policial Militar do 1º Pel da 3ª Cia do 15º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	CEP: 45.836-000 Rua Coelho Neto, s/n	73-248-2220
Itapebi/BA	Centro	3º Pelotão da 7ª Companhia Independente de Polícia Militar	Av. vicente Bargira nº140 CEP 45.855.000	73-286-2272
Itapitanga/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 2º Pel da 3ª Cia do 15º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Eduardo Quinto, s/nBA	73-246-2410
Jaguaripe/BA	Centro	Grupamento Policial Militar	Praça da Igreja Matriz	-
Jussari/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 2º Pel da 4ª Cia do 15º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Monte Castelo, s/n	73-624-1114
Laje/BA	Centro	Grupamento Policial Militar	Rua 7 de Setembro, s/n	75-622-2481
Linhares/ES				
Maragogipe/BA	Cajá	4º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Cel. Antônio Felipe de Melo nº52	75-526-2857
Mascote/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 1º Pel da 4ª Cia do 15º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Ribeiro João Vargens	73-625-2110
Mucuri/BA	Centro	3º Pelotão da 6ª Companhia do 13º Batalhão de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua Canária, nº370	73-206-1595
Muniz Ferreira/BA	Centro	Grupamento Policial Militar	Praça ACM Júnior,s/n	75-663-2139
Nazaré/BA	Centro	3ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar	Praça Juracy Magalhães Junior s/n	75-636-3820

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Nova Ibiá/BA	Centro	Destacamento Policial Militar da 4ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar	Rua Durval Faustino Leal, nº148, Centro	73-653-1220
Nova Viçosa/BA	Entrada da Cidade	2º Pelotão da 6ª Cia/PM do 13º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	BA/698, KM 05	73-206-1605
Pojuca/BA	Inocop	32ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Percílio dos Santos, s/n	71-645-2381
Porto Seguro/BA	Baianão	Sede da 5ª Cia do 8º Batalhão de Polícia Militar do 2º Comando de Policiamento Regional	Rua da Paz, s/n	73-288-9855
Prado/BA	Centro	2º Pelotão da 43ª Companhia Independente de Polícia Militar	Av. Itamaraju s/n	73-298-1205
Presidente Tancredo Neves/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 2º Pelotão da 33ª CIPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Praça do Japão, s/n	73-540-1041
Santo Amaro/BA	Centro	Posto Policial Militar- Distrito de Oliveira dos Campinhos	Praça da Matriz, s/n	75 208-1048
São Félix/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 2º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua da Rodagem s/n	75-425-2788
São Felipe/BA	Centro	Destacamento Policial Militar do 1º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Conêgo José Lourenço nº 86	75-628-2112
São Sebastião do Passe/BA	Centro	3º Pelotão da 36ª Companhia Independente de Polícia Militar	Av Ernani Rocha, s/n	71-655-1846
Teixeira de Freitas/BA	Centro	1ª Companhia Policial Militar do 13º BPM do 2º Comando de Policiamento Regional	Praça Ceará, nº120	73-292-5928 73-263-2839

Município	Bairro	Unidade Policial	Endereço	Telefone
Teolândia/BA	Centro	Destacamento Policial Militar da 4ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar	Av. Lomanto Jr, s/n, Centro	73-279-2228 73-279-2353
Valença/BA	Centro	Destacamento da 4ª Companhia do 16º Batalhão de Polícia Militar	Rua Landolfo Alves, nº136	75-263-2368
Wenceslau Guimarães/BA	Centro	Destacamento Policial Militar da 4ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar	Rua Joaquim Lira, nº7200, Centro	73-278-2789

D) Comunicação

Os 52 municípios da AII contabilizam 72 agências de correio da Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos – ECT. Dessas agências, 9 estão nos municípios do Espírito Santo, sendo que quatro estão localizadas em Linhares. Nos municípios baianos da AII existem 63 agências dos correios distribuídas pelos 47 municípios baianos da AII. A maioria das sedes municipais contam com 1 agência de correio, exceto as cidades de Itabuna com 8 agências, Porto Seguro com 3 agências e Nova Viçosa, Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis, Ipiaú, com 2 agências de correio respectivamente.

A operação da rede de telefonia fixa, na área de influência indireta, é realizada pela TELEMAR NORTE LESTE S/A e pela BRASIL TELECOM. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no Espírito Santo a prestadora é a TELEST – Telecomunicações do Espírito Santo S.A e na Bahia a TELEBAHIA – Telecomunicações da Bahia S.A. As duas prestadoras de serviço de telefonia fixa operam na modalidade local e longa distância nacional e intra-regional. Existem também as operadoras que atendem somente a modalidade de serviço local como, por exemplo, a VÉSPER S/A nos municípios de Ilhéu, Itabuna e Santo Amaro na Bahia e Linhares no Espírito Santo e a ENGEVOX TELECOMUNICAÇÕES LTDA nos municípios de Prado e Teixeira de Freitas.

Verificou-se durante o trabalho de campo, que muitas comunidades rurais tem um atendimento restrito em termos de telefonia pública ou a ausência de telefones públicos próximos ao local de moradia. O acesso aos telefones públicos é dificultado também pela distância dos aparelhos em relação às moradias ou pela falta de manutenção destes. Foi verificado, também, que em algumas comunidades e residências localizadas na AID ocorre a ausência do sinal de telefonia celular.

O levantamento realizado nos municípios da AII do Espírito Santo aponta emissoras de rádio e jornais locais nos municípios de Linhares, São Mateus e Pinheiros. Em relação aos municípios baianos, conforme dados do Censo Cultural da Bahia, do Guia de Arte e Cultura da Bahia e da Anatel, dos 47 municípios baianos da AII, 18 contam com algum veículo de comunicação como emissoras de rádio. Para 20 municípios não existem dados relacionados aos serviços de rádio, jornal, revista e emissora de televisão. Somente Teixeira de Freitas, Ilhéus e Itabuna são atendidos por emissora de televisão local. Quanto aos municípios com jornal impresso, 20 são atendidos por esse veículo de comunicação que, na sua maioria, tem circulação quinzenal ou mensal. O quadro abaixo mostra os veículos de comunicação identificados nos municípios da AII do gasoduto.

Quadro 5.26- Listagem dos veículos de comunicação identificados nos municípios da AII

Municípios do Espírito Santo	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Linhares	- Rádio Cultura de Linhares - Rádio Sucesso FM - Rádio Cidadã - Rádio Cidade			
São Mateus	- Rádio FM 2000 - Rádio Cultural de Linhares - Difusora de São Mateus - Rádio Jovem Pam	- Jornal de São Mateus - Jornal da Noite		
Pinheiros		- Jornal Fala do Povo		
Municípios da Bahia				
Extremo Sul	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Alcobaça				
Belmonte	Cultura de Belmonte Gomes Rádio Comunitária	Boletim Oficial		
Caravelas	Caravelas FM	Folha de Caravelas		
Eunápolis	- Rádio 96 FM	- Folha de Santa Cruz		

Municípios do Espírito Santo	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Itagimirim	- Radio Jacarandá - Radio Jornal (Amor da Cidade)	- Jornal 2º Caderno - Jornal Clarin - Itagimirim em Foco (MENSAL)		
Itamaraju	- Rádio Extremo Sul - Rede Triunfo De Comunicações LTDA - FM Comunitária Associação Comunitária Alternativa			
Itapebi				
Mucuri	- Costa Dourada FM - Rádio Abrolhos FM	Extremo Sul Agora		
Nova Viçosa				
Porto Seguro	- Porto FM - Rádio Difusora do Descobrimento Ltda	Jornal do Sol (quinzenal)		
Prado	Rádio Dois de Agosto	Jornal de Prado (mensal)		
Teixeira de Freitas	- Rádio Alvorada - Rádio Caraipe 100,5 FM	- Extremo Sul (semanal) - Jornal Cidade Notícias (semanal)	In Foco	TV Sul Bahia
Litoral Sul	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Arataca				
Ilhéus	- Gabriela FM - Radio Bahiana de Ilhéus - Radio Cultural de Ilhéus - Rádio Santa Cruz	- A Região - Jornal da UESC - Jornal Folha da Praia - Jornal Oficial do Município - Novo Tempo - O Marimbondo - Pauta - Tribuna Regional - Diário de Ilhéus	- Folha da Praia (mensal) - Vitrine A Revista da Gente (bimensal)	TV Sul Bahia

Municípios do Espírito Santo	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Ipiaú	Radio FM Rio Novo Ltda	- Folha do Litoral - Folha Verde		
Itabuna	Rádio Difusora	- Jornal Agora (SEMANAL) - Tribuna do Cacau (DIÁRIA)		- TV Cabrália - TV Santa Cruz
Itagibá				
Itajuípe	Rádio FM Cidade Pirangy	- Marreta do Povo (MENSAL) - Jornal Águas do Almada Cultural		
Itapitanga				
Jussari	- Jussari FM - FM Comunitária Associação Cultural e Comunitária Normario Sales			
Valença	Rádio Clube de Valença	Pancada Grande – Informativo (QUINZENAL)		
Wenceslau Guimarães				
Recôncavo Sul	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Cachoeira		Jornal O Guarany (MENSAL)		
Jaguaripe				
Laje	Radio Laje FM			
Maragogipe		Tribuna do Povo (MENSAL)		
Muniz Ferreira		Toque Você Sabia (MENSAL)		
Nazaré	- Rádio O Cruzeiro FM - Voz do Cruzeiro	Folha Regional (MENSAL)		
Santo Amaro	Independência	- A Defesa (QUINZENAL) - Jornal do Massapé (MENSAL)		
São Félix		Correio de São Félix (MENSAL)		

Municípios do Espírito Santo	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Litoral Norte	Emissora de Rádio	Jornal	Revista	Emissora de Televisão
Catu	- Rádio Ouro Negro FM - Rádio FM de Catu Ltda	Jornal Integrar Saúde (TRIMESTRAL)		
Pojuca		O Poder Legislativo (MENSAL)		

E) Fontes de Energia

O desafio do sistema nacional energético brasileiro é, por um lado, acompanhar a crescente demanda por energia e, por outro, garantir o acesso universal e sem disparidades regionais. Para isso, estão sendo tomadas medidas e ações que visam a integração do sistema nacional e aumento de outras fontes energéticas frente à predominância da energia de fonte hidráulica. Em 2002, a energia de fonte hidráulica (hidrelétricas) com 40% de participação na matriz energética nacional representava 90% da geração nacional de eletricidade (ATLAS ENERGIA BRASIL, 2002).

Dentre as fontes complementares ao sistema elétrico está a geração termoeletrica a partir do gás ou carvão. É meta de governo que a médio prazo o gás natural participe, com 10 a 12%, na matriz energética brasileira. Nesse sentido, independente da infra-estrutura de energia presente nos municípios da área de influência do projeto e consequentemente nas regiões onde esses municípios se inserem, o empreendimento em análise, notadamente na sua fase de operação, apresenta como principal característica integração e apoio aos sistemas locais e regionais de energia.

A estrutura de produção e distribuição elétrica no país é composta pela interligação entre o Sistema Sudeste/Centro Oeste, Sistema Sul, Sistema Nordeste e Sistema Norte. Os municípios da área de influência do projeto são, diretamente, atendidos pelo sistema sudoeste/centro oeste e nordeste.

No estado capixaba, na área de influência do projeto, a distribuição da energia elétrica é de responsabilidade da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA). Na Bahia, na área de influência do projeto, a distribuição de energia elétrica é realizada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). Em ambos os casos a distribuição é organizada a partir de linhas de transmissão entre a fonte geradora e o ponto de distribuição e destes até o consumidor final pelas redes primárias

de alta tensão ou secundárias de baixa tensão. A relação tensão/potência conforme o município, é de 380/220 ou 220/127.

O sistema de geração e transmissão da empresa localizada no Estado Capixaba, é comandado a partir de um centro de operação (CO) interligado ao sistema elétrico da região sudeste do país. O centro de operação é interligado a 3 postos de atendimento descentralizado da empresa. Esses postos realizam a manutenção e controle do sistema e prestam atendimento, 24 horas aos usuários da empresa. Um desses postos está localizado no município de Linhares (município da área de influência do projeto) e é responsável por todos os municípios localizados no norte capixaba, região onde se localizam os 4 outros municípios capixabas (São Mateus, Conceição da Barra, Pinheiros e Pedro Canário) da área de influência do empreendimento.

No Estado da Bahia, a energia elétrica é distribuída, na área de influência do Gasoduto Cacimbas-Catu, pela COELBA. Essa energia é originária do sistema interligado da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). No Estado da Bahia a CHESF atende, exclusivamente, os grandes consumidores de energia do setor industrial. Esses consumidores são classificados como eletrointensivos, como, por exemplo, grandes metalúrgicas, e recebem a energia elétrica a uma potência de 230kV. Em 2001, a COELBA, detinha 99,9% dos consumidores baianos, porém, o consumo desses representou 59,6% do total de energia consumida. A CHESF, atendia dez grandes consumidores responsáveis pelo consumo de 31,5% da energia consumida. Os 8,9% restantes, eram supridos pela COPENE/BRASKEM.

Conforme dados do SEI(2004), no ano de 2003, a geração bruta de energia na Bahia foi de 17.085.547 MWh (COELBA 112.812 MWh; CHESF 16.898.516 MWh e a COPENE/BRASKEM 74.219 MWh). Observa-se que os dados para COPENE/BRASKEM, são relativos a janeiro de 2003. Nesse mesmo ano o consumo absoluto foi de 15.386.436 MWh com uma folga no sistema de 1.699.111 KWh.

O sistema de distribuição de energia na Bahia, assim como no Espírito Santo, conta com uma rede de estações e subestações que garantem a manutenção da tensão da energia distribuída. Em Eunápolis, por exemplo, existe uma subestação de alívio de carga da linha de transmissão da CHESF, para 230 kV, que permite o equilíbrio de tensão no sistema regional. O mesmo acontece em Catu. Em Itapebi, localiza-se uma subestação de tipo seccionadora para tensão de 230kV.

Considerando que o sistema de energia nacional é interligado a estrutura existente nos municípios da área de influência do empreendimento estima-se que as demandas de eletricidade e de combustível, para o período de construção do empreendimento, deverão de ser atendidas sem implicações negativas para os demais usuários do sistema.

II.5.3.1.1.4. Dinâmica Territorial – Uso e Ocupação do Solo

A) Distribuição da População Urbana e Rural

Dos 47 municípios localizados na Bahia, 24 apresentaram grau de urbanização superior ao verificado para o Estado (67,12%), em 2000, e oito apresentaram grau de urbanização inferior a 50%, no mesmo ano. Municípios como Eunápolis, Itabuna e Teixeira de Freitas apresentaram grau de urbanização superior a 90%. Dos municípios localizados no Espírito Santo somente Linhares e Pedro Canário apresentaram grau de urbanização superior ao observado para o Estado (79,52%), em 2000.

Dos 21 municípios localizados na RE 4 Litoral Sul da Bahia, 13 apresentaram variação percentual no grau de urbanização superior a 10% no período 1991-2000. A população urbana de Mascote aumentou 65,86%, no período 1991-2000, a de Camacan 33,99%, a de Aurelino Leal 22,39% e a de Presidente Tancredo Neves 20,54%. Comportamento semelhante é observado para os municípios da RE 5 Extremo Sul da Bahia. Dos 14 municípios da área de influência localizados na região, seis apresentaram variação percentual superior a 10% no grau de urbanização, no período 1991-2000. Nova Viçosa apresentou variação de 40,14% e Mucuri de 39,26%.

A distribuição da população dos municípios localizados na AII, segundo a situação de domicílio é apresentada na Tabela 5.164.

Tabela 5.164- Distribuição da população na AII conforme a situação de domicílio

RE - Município	População (2000)			Grau de urbanização		
	Total	Urbana	Rural	1991	2000	Δ % 1991-2000
Municípios do ES						
Conceição da Barra	26.494	19.319	7.175	69,63	72,92	3,29
Linhares	112.617	92.917	19.700	71,86	82,51	10,65
Pedro Canário	21.961	20.192	1.769	90,02	91,94	1,92
Pinheiros	21.320	13.970	7.350	65,89	65,53	-0,36
São Mateus	90.460	69.004	21.456	69,27	76,28	7,01
Subtotal	272.852	215.402	57.450	73,33	77,84	4,50
RE 5 Extremo Sul						
Alcobaça	20.900	7.446	13.454	35,46	35,63	0,17
Belmonte	20.032	10.806	9.226	49,21	53,94	4,74
Caravelas	20.103	10.332	9.771	45,20	51,40	6,20

RE - Município	População (2000)			Grau de urbanização		
	Total	Urbana	Rural	1991	2000	Δ % 1991-2000
Eunápolis	84.120	79.161	4.959	90,07	94,10	4,03
Ibirapuã	7.096	3.573	3.523	41,17	50,35	9,18
Itabela	25.746	18.837	6.909	65,12	73,16	8,04
Itagimirim	7.728	5.941	1.787	64,38	76,88	12,49
Itamaraju	64.144	48.037	16.107	69,12	74,89	5,77
Itapebi	11.126	8.542	2.584	57,74	76,78	19,04
Mucuri	28.062	18.685	9.377	27,32	66,58	39,26
Nova Viçosa	32.076	24.636	7.440	36,66	76,81	40,14
Porto Seguro	95.721	79.619	16.102	67,27	83,18	15,91
Prado	26.498	14.169	12.329	42,66	53,47	10,81
Teixeira de Freitas	107.486	98.688	8.798	86,76	91,81	5,05
Subtotal	550.838	428.472	122.366	55,58	68,50	12,92
RE 4 Litoral Sul						
Arataca	11.218	5.483	5.735	32,78	48,88	16,10
Aurelino Leal	17.149	13.940	3.209	58,89	81,29	22,39
Camacan	31.055	24.282	6.773	44,20	78,19	33,99
Coaraci	27.852	23.269	4.583	69,72	83,55	13,82
Gandu	27.160	22.060	5.100	74,06	81,22	7,16
Gongogi	10.522	6.250	4.272	63,41	59,40	-4,01
Governador Lomanto Júnior	8.602	5.159	3.443	43,29	59,97	16,69
Ibirataia	24.741	18.726	6.015	67,72	75,69	7,97
Ilhéus	222.127	162.125	60.002	64,46	72,99	8,53
Ipiaú	43.621	37.924	5.697	80,47	86,94	6,47
Itabuna	196.675	191.184	5.491	95,84	97,21	1,37
Itagibá	17.191	8.767	8.424	36,57	51,00	14,42
Itajuípe	22.511	16.123	6.388	64,06	71,62	7,56
Itapitanga	10.382	7.095	3.287	58,19	68,34	10,15
Jussari	7.556	5.124	2.432	54,42	67,81	13,40
Mascote	16.093	11.853	4.240	7,80	73,65	65,86
Nova Ibiá	7.166	2.534	4.632	22,45	35,36	12,91
Presidente Tancredo Neves	19.404	6.221	13.183	11,52	32,06	20,54

RE - Município	População (2000)			Grau de urbanização		
	Total	Urbana	Rural	1991	2000	Δ % 1991-2000
Teolândia	12.572	3.606	8.966	14,15	28,68	14,53
Valença	77.509	55.884	21.625	65,29	72,10	6,81
Wenceslau Guimarães	23.926	6790	17.136	23,37	28,38	5,00
Subtotal	849.671	643.065	206.606	45,88	58,90	13,02
RE 3 Recôncavo Sul						
Aratuípe	8.381	4.787	3.594	47,86	57,12	9,26
Cachoeira	30.416	15.831	14.585	50,17	52,05	1,88
Jaguaripe	13.422	4.632	8.790	28,49	34,51	6,02
Laje	19.601	5.118	14.483	21,01	26,11	5,10
Maragogipe	40.314	21.043	19.271	52,75	52,20	-0,55
Muniz Ferreira	6.941	3.301	3.640	40,19	47,56	7,37
Nazaré	26.365	23.011	3.354	78,95	87,28	8,33
Santo Amaro	58.414	44.505	13.909	75,51	76,19	0,68
São Félix	13.699	8.748	4.951	60,91	63,86	2,95
Subtotal	217.553	130.976	86.577	50,65	55,21	4,56
RE 2 Litoral Norte						
Catu	46.731	37.816	8.915	76,89	80,92	4,03
Pojuca	26.203	21.884	4.319	82,32	83,52	1,20
São Sebastião do Passé	39.960	29.549	10.411	70,08	73,95	3,87
Subtotal	112.894	89.249	23.645	76,43	79,46	3,03
Total	1.989.169	1.498.498	490.671	59,97	67,49	7,52

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

B) Estrutura Fundiária dos Municípios da AII

Quanto à estrutura fundiária dos municípios da área de influência, 79,7% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares e estão assim distribuídos: 48,0% têm menos de 10ha, 14,2% têm mais de 10ha e menos de 20 ha e 17,4% têm mais de 20ha e menos de 50 ha (IBGE, Censo Agropecuário 1996). Os municípios localizados na RE 3 Recôncavo Sul da Bahia apresentam maior número de estabelecimentos com menos de 10ha (75,27%) seguidos pelos municípios da RE 2 litoral norte da Bahia (62,38%). Os municípios da RE 5 extremo sul da Bahia são os que apresentam maior número de estabelecimentos com mais de 100ha (24,53%) e 1.000ha (2,56%). A distribuição dos estabelecimentos agropecuários, conforme municípios encontra-se na tabela 5.165.

Tabela 5.165- Distribuição dos estabelecimentos agropecuários conforme a área

Grupos de área total																			
Município	Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	Menos de 10 há	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000ha	Mais de 1.000 há	1.000 a menos de 2.000 ha	2.000 a menos de 5.000 ha	5.000 a menos de 10.000 ha	10.000 a menos de 100.000 ha	100.000 ha e mais	sem declaração
ES																			
Conceição da Barra	529	20	12	80	136	248	136	63	35	16	20	4	7	3	1	1	2	0	0
Linhares	3361	16	32	279	444	771	667	865	459	291	205	73	30	23	7	0	0	0	0
Pedro Canário	346	1	0	5	134	140	30	46	30	39	42	12	7	6	1	0	0	0	0
Pinheiros	600	14	17	70	52	153	77	122	84	80	55	17	11	9	2	0	0	0	1
São Mateus	2443	49	64	311	380	804	556	567	245	141	80	31	19	9	6	2	2	0	0
Subtotal	7279	100	125	745	1146	2116	1466	1663	853	567	402	137	74	50	17	3	4	0	1
RE 5 Extremo Sul																			
Alcobaça	965	130	88	146	106	470	117	253	53	30	23	9	10	6	1	2	1	0	0
Belmonte	1175	8	69	168	145	390	183	253	147	104	72	17	9	3	4	2	0	0	0
Caravelas	479	1	7	32	40	80	61	114	95	48	48	21	12	8	3	1	0	0	0
Eunápolis	263	0	0	8	18	26	27	49	56	37	36	19	13	10	3	0	0	0	0
Ibirapuã	728	13	15	67	105	200	136	169	79	63	55	20	6	4	2	0	0	0	0
Itabela	283	7	2	2	10	21	21	62	52	50	52	17	8	5	3	0	0	0	0
Itagimirim	159	6	3	6	3	18	4	13	23	18	33	30	20	9	11	0	0	0	0
Itamaraju	1127	18	21	52	66	157	121	302	202	148	133	34	30	19	11	0	0	0	0

Grupos de área total																			
Município	Total	Menos de 1 ha	1 a	2 a	5 a	Menos de 10 há	10 a	20 a	50 a	100 a	200 a	500 a menos de 1.000ha	Mais de 1.000 há	1.000 a 2.000 a 5.000 a 10.000 a menos 100.000 ha e sem declaração					
			menos de 2 ha	menos de 5 ha	menos de 10 ha		menos de 20 ha	menos de 50 ha	menos de 100 ha	menos de 200 ha	menos de 500 ha			menos de 2.000 ha	menos de 5.000 ha	menos de 10.000 ha	menos de 100.000 ha	mais	
Itapebi	213	1	1	8	18	28	19	38	37	23	35	13	20	13	6	0	1	0	0
Mucuri	234	3	6	12	17	38	15	44	23	32	43	21	18	11	5	0	2	0	0
Nova Viçosa	555	26	51	80	76	233	80	87	58	30	48	10	9	6	0	2	1	0	0
Porto Seguro	683	0	2	48	50	100	96	291	47	62	49	26	12	10	2	0	0	0	0
Prado	273	66	60	37	37	200	8	22	12	12	10	2	7	5	1	1	0	0	0
Teixeira de Freitas	485	14	6	16	31	67	45	101	109	72	47	23	21	18	2	1	0	0	0
Subtotal	7622	293	331	682	722	2028	933	1798	993	729	684	262	195	127	54	9	5	0	0
RE 4 Litoral Sul																			
Arataca	636	0	18	71	82	171	98	159	107	64	33	3	1	1	0	0	0	0	0
Aurelino Leal	535	23	50	58	51	182	63	103	80	53	37	11	6	6	0	0	0	0	0
Camacan	843	10	10	66	52	138	133	258	163	90	54	6	1	1	0	0	0	0	0
Coaraci	567	0	36	83	42	161	140	124	77	36	24	4	1	1	0	0	0	0	0
Gandu	593	1	5	80	127	213	116	154	64	30	15	1	0	0	0	0	0	0	0
Gongogi	145	0	0	1	13	14	28	35	16	22	18	8	4	2	2	0	0	0	0
Governador Lomanto Júnior	238	0	2	9	8	19	28	78	56	44	11	2	0	0	0	0	0	0	0
Ibirataia	1083	28	57	205	250	540	208	165	101	46	20	3	0	0	0	0	0	0	0
Ilhéus	4674	135	248	889	729	2001	831	1039	461	210	104	24	4	4	0	0	0	0	0

Grupos de área total																			
Município	Total	Menos de 1 ha	1 a	2 a	5 a	Menos de 10 há	10 a	20 a	50 a	100 a	200 a	500 a menos de 1.000ha	Mais de 1.000 há	1.000 a 2.000 a 5.000 a 10.000					sem declaração
			menos de 2 ha	menos de 5 ha	menos de 10 ha		menos de 20 ha	menos de 50 ha	menos de 100 ha	menos de 200 ha	menos de 500 ha			menos de 2.000 ha	menos de 5.000 ha	menos de 10.000 ha	menos de 100.000 ha e mais		
Ipiaú	692	66	85	93	79	323	88	129	86	47	18	1	0	0	0	0	0	0	0
Itabuna	643	80	243	24	29	376	31	82	81	53	18	1	1	0	1	0	0	0	0
Itagibá	1306	176	154	274	200	804	106	131	90	71	76	17	11	11	0	0	0	0	0
Itajuípe	1119	139	94	121	87	441	188	280	130	60	18	1	0	0	0	0	0	0	1
Itapitanga	421	4	48	85	59	196	57	46	42	21	31	24	4	3	1	0	0	0	0
Jussari	370	0	2	29	72	103	79	96	36	27	21	5	3	2	1	0	0	0	0
Mascote	506	3	7	18	31	59	65	141	122	57	41	10	8	6	2	0	0	0	3
Nova Ibiá	780	4	61	128	194	387	154	152	53	21	12	1	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Tancredo Neves	2297	224	302	672	435	1633	309	217	85	33	19	1	0	0	0	0	0	0	0
Teolândia	1065	20	43	207	235	505	264	201	60	24	7	4	0	0	0	0	0	0	0
Valença	4009	343	441	1192	767	2743	636	400	122	59	36	8	4	3	1	0	0	0	1
Wenceslau Guimarães	2120	24	90	348	464	926	484	445	152	55	49	5	4	4	0	0	0	0	0
Subtotal	24642	1280	1996	4653	4006	11935	4106	4435	2184	1123	662	140	52	44	8	0	0	0	5
RE 3																			
Recôncavo Sul																			
Aratuípe	711	34	67	151	124	376	110	151	38	26	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Cachoeira	1656	508	369	361	130	1368	139	75	28	21	15	5	5	1	3	1	0	0	0
Jaguaripe	382	16	23	61	72	172	52	62	34	31	14	5	12	5	5	1	1	0	0

Grupos de área total																			
Município	Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	Menos de 10 há	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000ha	Mais de 1.000 há	1.000 a menos de 2.000	2.000 a menos de 5.000	5.000 a menos de 10.000	10.000 a menos de 100.000	100.000 ha e mais	sem declaração
														ha	ha	ha	ha		
Laje	2076	247	307	548	363	1465	277	194	80	30	24	5	1	1	0	0	0	0	0
Maragogipe	2239	365	448	771	351	1935	179	88	15	12	5	2	3	2	0	1	0	0	0
Muniz Ferreira	432	52	55	96	68	271	57	67	19	12	5	1	0	0	0	0	0	0	0
Nazaré	376	23	23	74	61	181	66	73	30	12	11	2	1	1	0	0	0	0	0
Santo Amaro	721	179	164	149	78	570	44	52	13	20	16	5	1	0	1	0	0	0	0
São Félix	1052	136	276	347	163	922	67	44	8	2	9	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	9645	1560	1732	2558	1410	7260	991	806	265	166	109	25	23	10	9	3	1	0	0
RE 2 Litoral																			
Norte																			
Catu	1178	222	179	238	160	799	148	134	49	30	13	4	1	1	0	0	0	0	0
Pojuca	101	15	7	17	12	51	5	20	8	10	7	0	0	0	0	0	0	0	0
São Sebastião do Passé	579	108	77	80	44	309	64	95	44	24	34	7	2	1	1	0	0	0	0
Subtotal	1858	345	263	335	216	1159	217	249	101	64	54	11	3	2	1	0	0	0	0
Total	51046	3578	4447	8973	7500	24498	7713	8951	4396	2649	1911	575	347	233	89	15	10	0	6

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1996

C) Culturas Agrícolas da AID

A descrição da estrutura agrária dos municípios da AII indica que a faixa de servidão do Cacimbas-Catu, localizar-se-á, predominantemente, sobre propriedades com menos de 20 hectares. Porém, trata-se de um indicativo válido para todo o território municipal. Na AID, conforme o trecho, predominam propriedades com mais de 20 hectares, como por exemplo, no extremo Sul baiano. Os usos predominantes do solo na AID e na faixa de servidão, estão expostos no Figura DE-4450.74-6521-986-BOR-016 e são:

- Silvicultura;
- agropecuária (pastagem);
- cultivos permanentes: cacau, café, mamão, pimenta, coco e dendê;
- cultivos temporários: cana de açúcar, e mandioca.

A presença, reitera-se na AID, dos cultivos permanentes de cacau, mamã, coco e pimenta, assim como os temporários, é mais significativa no trecho localizado no litoral sul baiano e no recôncavo sul. A agropecuária (pastagem) e a silvicultura predominam nos trechos localizados no norte capixaba e no extremo sul baiano.

D) Identificação dos vetores de expansão urbana rural e industrial

No tocante a identificação dos vetores de expansão, urbano, rural (comunidades da área de influência direta, localizadas no meio rural ou peri-urbano) e industrial é importante, considerar, conforme a análise de risco, a inexistência fora dos limites da faixa de servidão do Gasoduto Cacimbas-Catu, de área não edificante. A não existência de área não edificante, reduz significativamente o potencial, de interferência do traçado nas questões urbanísticas.

A identificação dos vetores de expansão urbana dos municípios que apresentam núcleos urbanos distantes até 5km do traçado (Tabela 5.166) foi realizada através de entrevistas junto a representantes das prefeituras e observação de campo. Associado a esse procedimento, buscou-se identificar, para estes municípios, assim como para os demais, a existência de Planos Diretores de Desenvolvimento ou outros diplomas legais que regulem o uso do solo. Também foi levantado, com base nos documentos

disponibilizados pelas prefeituras a ocorrência ou não de alguma restrição à passagem de gasodutos no âmbito dos territórios municipais. O resultado desse levantamento é apresentado no quadro 5.27 no item a seguir.

Os vetores de expansão urbana e a localização geográfica das sedes municipais estão representados na Figura DE-4450.74-6521-986-BOR-016.

**Tabela 5.166- Relação dos municípios com sede municipal até 5Km do traçado do Gasoduto
Cacimbas-Catu**

Municípios	Distância
Espírito Santo	
São Mateus	3,614 Km
Conceição Da Barra	4,158 Km
Pedro Canário	0,500 Km
Bahia	
Mucuri	3,903 Km
Itamaraju	0,000 Km
Itabela	3,920 Km
Eunápolis	3,935 Km
Itapebi	3,316 Km
Mascote	1,825 Km
Camacan	0,901 Km
Arataca	4,431 Km
Jussari	1,312 Km
Itabuna	0,000 Km
Itajuípe	0,000 Km
Itapitanga	1,614 Km
Ipiaú	0,089 Km
Ibirataia	0,900 Km
Nova Ibiá	4,468 Km
Gandu	3,051 Km
Wenceslau Guimarães	0,800 Km
Teolândia	3,184 Km
Presidente Tancredo Neves	2,851 Km

Municípios	Distância
Nazaré	4,394 Km
Muniz Ferreira	3,936 km
São Felix	0,000 km
Cachoeira	3,708 Km
Santo Amaro	0,000 Km
São Francisco do Passe	3,612 Km
Pojuca	0,930 Km

Conforme é visualizado na Tabela 5.166, são 29 os municípios com sedes municipais localizadas até 5km do traçado. Sendo que em 5 desses (Itamaraju, Itabuna, Itajuípe, São Félix e Santo Amaro) o traçado ocorre em áreas urbanas. Em três desses cinco municípios (Itamaraju, Itabuna e Santo Amaro) as áreas urbanas estão consolidadas e em 2 deles (Itajuípe e São Félix) são vazios urbanos. Em Pojuca a parte final do traçado localiza-se em área com predomínio de atividades industriais.

A presença de casas (aglomerados significativos com mais de 10 casas) em área urbana da AID ocorre em Itabuna, nos Bairros Nova Ferrada e Ferrada e Itamaraju, no bairro Liberdade. O bairro Ilha Verde, localiza-se em área de dutos já existente. Portanto, em uma situação urbanística, em relação ao traçado, já consolidada.

Em relação ao bairro Liberdade (ver Foto 11 no Mapa DE-4450.74-6521-986-BOR-002) o traçado proposto é paralelo ao atual limite de ocupação do bairro. A expansão do bairro em direção aos dutos é limitada pela topografia do terreno. O limite sudeste do bairro localiza-se em área de topo e é circundado por um afluente do rio Braço do Norte, ou seja, é uma área alagadiça. Essa limitação é percebida na atual expansão do bairro. Todas as casas recentemente construídas estão localizadas para leste em direção a parte mais alta da região.

Em Itajuípe, o traçado existente (ORSUB) está localizado, em sua maior extensão, a uma distância de 2,4km a oeste do atual limite de ocupação da cidade. Mas, na altura da válvula 30 do ORSUB, existe atualmente uma área com apenas três casas, distantes uma das outras. Essa área, apesar de ser percebida pelos moradores como área rural, é de fato um dos eixos de futura expansão do bairro Leovigildo, localizado a mais de 1km do atual traçado. A expansão desse bairro, é limitada pela existência de um braço do Rio Almada. Essa barreira natural faz com que a ocupação, que ocorre de forma lenta (município com taxa de crescimento negativa), vá em direção ao traçado.

No município de São Felix, o traçado atinge uma área classificada como urbana. Mas, de fato, trata-se de uma área reservada para a expansão urbana. Neste município, na AID, não ocorre ocupação humana significativa, contudo o traçado corta a BA/120 (São Felix-Maragogipe) que é um dos eixos estruturadores da cidade e de expansão urbana.

A localização do traçado no município de Pedro Canário ocorre num dos eixos de expansão urbana estruturado ao longo da estrada Pedro Canário-Cristal ES 209 (ver Foto nº 8 no Mapa DE-4450.74-6521-986-BOR-002). Entre o centro do traçado e a área urbana já consolidada existe uma distância de 01 + 100 Km. A tendência de ocupação dessa área, ainda que a longo prazo (taxa de crescimento do município 1991-2000 foi de 0,32% a.a.), é de aproximação ao traçado.

No tocante ao processo de expansão de uso e ocupação do solo nas comunidades da área de influência direta (AID) localizadas no meio rural (expansão rural), observa-se que das 37 comunidades identificadas 20 estão em área de duto já existente, portanto com relação “urbanística” já definida. Essas comunidades, como por exemplo Barra Seca em Linhares no Espírito Santo, Tanque Grande em Teolândia na Bahia, apresentam dois padrões de crescimento: paralelos ao traçado e, quando do encontro de rodovias e faixa de domínio, a organização espacial das comunidades obedece os dois eixos de referência, ou seja, crescem paralelo a rodovia e perpendicular ao duto. As demais comunidades, obedecem basicamente a orientação espacial das ruas e estradas secundárias e conforme a disponibilidade de terrenos. Nesse sentido é relevante, explicitar, que no trecho novo já existem quatro comunidades rurais (Distrito de Coqueiro Km 853 + 075; Terra Vermelha Km 869 + 240. Povoado Ladeira do Padre Inácio Km 875 +120, Comunidade da Pedra Km 889 + 680) que estão espacialmente distribuídas de ambos os lados do traçado proposto. Indicando, ausência de um padrão único de expansão do uso do solo para edificações.

As áreas industriais não obedecem a padrões de crescimento urbanístico, no sentido da tendência histórica da ocupação e expansão das cidades. São perímetros de área estrategicamente pré-definidos para este uso. Inclusive a localização de fontes de combustível e energia como gasodutos, próximos ou no perímetro industrial é convergente com os usos definidos para a área. De qualquer modo na AID do Gasoduto Cacimbas-Catu, ocorre área industrial em Pojuca.

E) Relação dos municípios com Planos Diretores Urbanos

Para o levantamento da legislação urbana dos municípios da AII, foram realizados três procedimentos: a) levantamento no site do IBGE; b) visita às prefeituras e c) consulta a órgãos públicos estaduais. As informações obtidas, no site do IBGE (www.ibge.gov.br) referem-se a existência ou não de legislação urbana no âmbito dos municípios para o ano de 2000.

A partir dessas informações buscou-se junto às prefeituras: a) uma confirmação da informação obtida no site do IBGE; b) a existência de planos diretores consolidados após o ano de 2000; c) a identificação formal do Plano Diretor (número, ano de promulgação e etc), d) na ausência de plano diretor, leis que definam o parcelamento do solo e o perímetro urbano e por último, leis e decretos municipais que possam apresentar algum tipo de restrição a passagem de gasodutos no município. O resultado desse levantamento, para 35 municípios da AII que possuem legislações citadas, é apresentado no Quadro 5.27.

Quadro 5.27- Levantamento dos Planos Diretores e Legislação Ambiental

Município ES	Informações do IBGE	Número da Lei	Código de Postura	Lei de Uso dos Solos IBGE	Lei de Uso dos Solos	Lei de Perímetro Urbano IBGE	Lei de Perímetro Urbano	Restrição Ambiental
Conceição da Barra	Sim							
Linhares			Lei n.488			Sim		Transporte e Licenciamento de Inflamáveis e Explosivos
Pinheiros						Sim	Lei n.0709/2002	Sim
São Mateus			-	Sim		Sim		
Alcobaça					Lei n.462/1998			
Aratuípe								Proteção de Fauna e Flora. Preservação do Leito e Nascente do Rio Aratuípe
Aurelino Leal			Postura - Lei Municipal de 16 de			Sim		Transporte e Licenciamento de Inflamáveis e Explosivos

Município ES	Informações do IBGE	Número da Lei	Código de Postura	Lei de Uso dos Solos IBGE	Lei de Uso dos Solos	Lei de Perímetro Urbano IBGE	Lei de Perímetro Urbano	Restrição Ambiental
Cachoeira			fevereiro de 2000			Sim		
Camacan			Postura – Lei n.279/1989					Transporte e Licenciamento de Inflamáveis e Explosivos
Caravelas				Sim		Sim		Não
Catu			Postura - Lei n.13/1977 e Urbanismo – Lei n.			Sim		Transporte e Licenciamento de Inflamáveis e Explosivos Instalação, reforma ou funcionamento de indústria ou atividades incômodas ou nocivas a higiene dos habitantes
Coaraci						Sim		Não
Eunápolis	Sim							Não
Gandu		Sim	Ambiental – Lei n.914/2002					Controle de transporte e manuseio de cargas perigosas e licenciamento ambiental municipalizado
Ibirataia						Sim		
Ilhéus								
Ipiaú						Sim		
Itabuna	Sim		Postura – Lei n.1.331/1985					Dispõe sobre a poluição do Meio Ambiente. Sobre o transporte e Licenciamento de Inflamáveis
Itagibá						Sim	Decreto n.591/1981.	Não

Município ES	Informações do IBGE	Número da Lei	Código de Postura	Lei de Uso dos Solos IBGE	Lei de Uso dos Solos	Lei de Perímetro Urbano IBGE	Lei de Perímetro Urbano	Restrição Ambiental
Jussari						Sim		
Laje				Sim				
Maragogipe				Sim				
Mucuri		Lei n.359/2001				Sim		
Muniz Ferreira								
Nazaré	Sim							
Nova Ibiá						Sim		
Pojuca		Lei n.019/2003	Ambiental – Lei n.002/2004			Sim	Lei n.018/1998	Código Ambiental dispõe sobre o licenciamento ambiental municipalizado e controle de poluição
Porto Seguro			Obras –Lei n.017/1989 e Postura – Lei n.016/1989			Sim		Transporte e Licenciamento de Inflamáveis e Explosivos
Presidente Tancredo Neves			Postura Lei n.009/1999					Transporte e Licenciamento de Inflamáveis e Explosivos
Santo Amaro	Sim							
São Félix				Sim		Sim		
São Sebastião do Passé				Sim		Sim		
Teixeira de Freitas		Lei n.310/2003				Sim		
Teolândia								
Valença						Sim		

F) Planos, programas e projetos públicos incidentes na AII

Nos municípios que estão na área de influência do gasoduto, é possível identificar uma série de programas e projetos públicos desenvolvidos pelos governos estaduais e federal.

Entre os projetos do governo federal, durante o trabalho de campo, destacaram-se as ações de dois programas sociais presentes na região, Programa Luz para Todos e o Programa de Saúde da Família (PSF). O Programa Luz para Todos visa o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

De acordo com informações do Ministério de Minas e Energia publicadas no seu site, este programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados com o objetivo de assegurar que o atendimento em energia elétrica possa resultar em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento da renda e a inclusão social da população beneficiada.

O Programa de Saúde da Família (PSF) prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família de forma integral e contínua. É um programa de atuação em nível nacional e foi identificado como uma ação relevante nas comunidades visitadas na área de influência do gasoduto.

Além desses programas, destacam-se também o Projeto Corredores Ecológicos da Mata Atlântica (já explicitado no item sobre educação ambiental) e o Projeto TAMAR, desenvolvido, em parceria, pelo IBAMA e Petrobrás, que objetiva a preservação das tartarugas marinhas, apoiando grupos produtivos como as hortas comunitárias, assistência técnica à pesca e beneficiamento do pescado, oficinas de artesanato etc.

No âmbito estadual, além dos projetos voltados para educação ambiental e que foram destacados no item referentes a essa temática, existem, conforme site do governo da Bahia, projetos públicos desenvolvidos em outras áreas como saúde, educação, agricultura, recurso hídricos etc.

II.5.3.1.1.5- Comunidades identificadas nas Áreas de Influência Direita e Indireta do Gasoduto

Neste tópico, estão contempladas as comunidades da área de influência direta e indireta do empreendimento. Isso significa que são consideradas aqui as comunidades que estão até 400m do traçado do duto e ainda aquelas de maior relevância (pela maior proximidade com a AID), localizadas

na AII. Isso justifica-se pela relevância que algumas comunidades assumem para o presente estudo ao constituírem-se em possíveis pontos de passagem durante a implantação da obra.

As informações que seguem resultam das entrevistas realizadas junto a moradores dessas comunidades, líderes comunitários, profissionais da área de saúde e educação. Através desses contatos, como é visualizado no Quadro 5.28 (na seqüência do trabalho), foram identificadas 37 comunidades ou nucleações (mais de 10 casas contíguas) na AID e 11 comunidades ou nucleações (mais de 10 casas contíguas) localizadas na AII (entorno da AID), totalizando 48 comunidades.

Quadro 5.28- Nucleações/Comunidades na AII

Km do duto	Comunidade	Município	Fotos no Mapa XX
82+ 337	Córrego dos Cavalos ou Estiva	São Mateus	
140 + 823	Lagoa Seca	Pinheiros	
216 + 276	Riacho Alegre	Caravelas	
257 + 288	Arraial Pouso Alegre	Alcobaça	10
369 + 620	Associação Comunitária Terra Bahia	Eunápolis	12
494 + 141	Leomentura	Camacan	13
533 + 360	Areia Branca	Jussari	16
724 + 122	São Romão	Wenceslau Guimarães	
742 + 420	Novaolândia	Teolândia	
908 + 135	Estado ou Rua da Caixa D'água	São Sebastião do Passé	
907 + 615	Nazaré de Jacuípe	São Sebastião do Passé	

Para a sistematização dos dados coletados, optou-se por apresentar uma caracterização geral das comunidades com objetivo de compreender os padrões de uso e ocupação do solo, a organização social e a dinâmica de inserção dessas no espaço no qual estão inseridas.

Após uma descrição geral da região visitada, apresenta-se uma caracterização das comunidades identificadas enfocando aspectos comuns e suas particularidades.

A região em que está previsto o traçado do Gasoduto Cacimbas-Catu passou por profundas transformações nas últimas décadas. Estas mudanças ocorreram tanto na dinâmica econômica desses municípios, como no uso e ocupação do solo na área rural e nas cidades. Elas nos auxiliam a compreender o contexto sócio ambiental da região. Se anteriormente existiu, em parte dessa região,

uma cultura predominante, ou seja, a produção de cacau (assolada, atualmente, pela praga chamada “vassoura de bruxa”) e, posteriormente, o cultivo de pastagem para a pecuária, hoje o cultivo de eucaliptos está presente em grandes extensões de terra. Pode-se afirmar que a cultura do eucalipto predomina no trecho que liga Mucuri até Itabuna na Bahia. Na região do Espírito Santo, existe a presença do eucalipto e outras atividades fortes como, por exemplo, as comunidades voltadas para a pesca e coleta de crustáceos e frutos. Já, no Estado da Bahia, aparecem regiões onde predomina a plantação de cana de açúcar. Portanto, não se trata de afirmar a existência de um modelo ou padrão de desenvolvimento único em toda a região analisada neste estudo. A idéia aqui é identificar novos padrões ou modelos econômicos que se desenvolvem e são implementados de diferentes formas, conforme as particularidades regionais.

A discussão sobre os impactos sociais gerados pela chegada das indústrias de celulose e a compra de terras para o plantio de eucaliptos é importante porque revela uma dimensão significativa da dinâmica socioeconômica da região como um todo. Esse debate, mais centrado nas regiões do litoral sul e extremo sul da Bahia, apareceu de forma polarizada durante as entrevistas realizadas, enfocando mudanças e impactos provocados pela cultura do eucalipto tanto em relação aos aspectos positivos quanto aos negativos dessa situação. Estas discussões revelaram elementos importantes para a compreensão da dinâmica sócio econômica da região apontando para diferentes nuances e ambigüidades que acompanham essa temática e qualquer tentativa de realizar uma análise da região.

A principal reclamação, de grande parte dos moradores entrevistados, é em relação a diminuição da oferta de trabalho ou emprego. A chegada do eucalipto não é identificada como causa, mas como fator de acirramento do desemprego na área rural e, conseqüente, intensificação da migração dessa população para as cidades próximas em busca de trabalho. Um indicador do aumento da pobreza no campo e do abandono da área rural pode ser o inchaço das cidades, que não contam com infra-estrutura suficiente para receber essa população rural. Como exemplo, podemos referir ao aumento das franjas urbanas, extremamente pobres, com uma população que vive sob péssimas condições de vida, revelando a precariedade dessa situação. Durante o trabalho de campo, constatou-se também a existência de casas desocupadas ou abandonadas, indicando a migração de pessoas do campo para as cidades.

As mudanças na estrutura fundiária, com a diminuição significativa das grandes propriedades voltadas para culturas temporárias ou permanentes, é apontada como outra transformação ocorrida na região. O uso de grandes extensões de terra para o plantio de eucalipto e o predomínio da pecuária nas fazendas da região termina por gerar poucos postos de trabalho. Atualmente o cultivo de mamão, coco,

maracujá, café, cacau e pimenta é mais intenso em pequenas propriedades. Existem alguns casos de fazendas com maior extensão de terras e plantações de mamão e café tanto para o mercado interno, como para a exportação.

Em relação ao cacau, já existem novas tecnologias agrícolas que lançaram no mercado a semente de cacau clonado, que seria imune a praga vassoura de bruxa. Várias plantações de cacau já estão se utilizando dessa semente para o plantio.

A presença do cultivo de mandioca e das casas de farinha também é significativa na região. Esta produção ainda oferece trabalho para parte da população nas áreas rurais, mesmo que a renda auferida seja muito baixa e as condições de trabalho precárias.

As produções de carvão artesanal e industrial proliferam ao redor das plantações de eucalipto e revelam ser uma das poucas alternativas de trabalho para a população que mora nos arredores. Esse processo acaba reforçando a precarização do trabalho no campo, tanto no que se refere às condições de trabalho (envolvendo desde o transporte do material, muitas vezes carregado por homens e mulheres na cabeça por longas distâncias, até queima nos fornos) como a renda auferida com este.

Outras mudanças vinculadas ao predomínio da produção de eucaliptos nessa região parecem refletir nas referências sócio-espaciais da população. Se antes, os nativos da região estavam acostumados a circular na área com domínio e senso de orientação desenvolvido, atualmente isso já não parece evidente. A intensa presença de mata de eucaliptos indica uma outra configuração, em termos sócio-espaciais, da região. A produção de espaços padronizados e homogêneos acaba por criar ilhas e labirintos dentro do espaço social.

Por outro lado, nesse debate, também surgem argumentos favoráveis ao plantio de eucaliptos. Primeiramente se busca ressaltar que não foi com a chegada dos eucaliptos que ocorreu a intensificação do desemprego, pois anteriormente já predominava a cultura do pasto para a pecuária que também é um ramo associado à pouca geração de emprego. Portanto, nessa visão, o eucalipto acabou por gerar mais empregos que a pecuária, ainda que sazonais. Além disso, uma questão é levantada nessa discussão e cabe ser ressaltada por trazer outros elementos para o debate. Afirma-se que o eucalipto auxiliou na maior preservação de matas nativas, pois não existem plantações em encostas de rios e morros. Nesse sentido ele seria ambientalmente mais sustentável que o cultivo de pastos para a pecuária.

Na região onde ocorre intensa presença do cultivo de cana de açúcar, também se coloca a questão do trabalho temporário. A cana de açúcar gera trabalho somente durante seis meses, período em que ocorre o cultivo da cana e a sua colheita. Nos outros seis meses há praticamente ausência de trabalho e a população sobrevive de pequenos serviços e da cultura de subsistência.

O trabalho temporário é uma realidade que permeia o universo rural na região como um todo e está incorporado nas práticas sociais e nas estratégias que os moradores buscam para sobreviver. A idéia de deslocamento e mobilidade das populações está bastante presente no modo como organizam suas vidas e no seu cotidiano.

A falta de emprego ou mesmo de trabalho temporário para parte da população rural faz com que ela migre constantemente para outras regiões e cidades próximas em busca da sobrevivência. Essa característica parece ser comum às populações que vivem no campo e está presente de forma predominante no discurso dos entrevistados quando perguntados sobre os problemas e carências da região. A falta de emprego ou de trabalho parece ser um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades localizadas na área rural dos municípios da AII.

Serviços e equipamentos

As comunidades visitadas, ao longo do trecho para a instalação do Gasoduto Cacimbas-Catu, estão, em sua maioria, na área rural dos municípios definidos como área de influência indireta para o meio sócio econômico. O acesso a essas comunidades é facilitado por localizarem-se nas margens da BR-101 ou em estradas secundárias que interligam essas comunidades a rodovia principal.

A ausência ou precariedade de serviços de infra-estrutura, como saneamento básico, é comum nessas localidades. É visível a precariedade no abastecimento de água para essas populações. A maior parte das comunidades visitadas tem acesso à água através de poço artesiano ou cisterna. Em muitos casos, é comum a circulação de pessoas carregando baldes de água na cabeça. Os rios que cortam as áreas rurais são intensamente utilizados para a pesca, banho, lavagem de roupas e louça e para o consumo. Água encanada é acessível para poucos e, quando existe esta água, geralmente, não é tratada.

Com relação à energia elétrica, verificou-se que a maioria das comunidades visitadas tem acesso à eletricidade. Existem casos aonde a luz chegou recentemente através do Programa Luz para Todos, mas, também, verificam-se moradias com corte de luz elétrica devido à baixa renda das famílias que termina por inviabilizar o pagamento das contas de luz.

Um dos graves problemas, que aparecem nas comunidades em geral, é a ausência da coleta e armazenamento correto do lixo. Quando existe coleta diária ou semanal, constata-se que o destino do lixo acaba sendo em terrenos baldios, na beira de estradas, formando lixões a céu aberto com presença de aves de rapina e queimadas. Outras vezes, o lixo é jogado, pelos moradores, em terrenos vazios e acaba desembocando nos rios próximos, poluindo os cursos de água.

Segundo os entrevistados, existem doenças comuns nas comunidades como desnutrição, diarreia e verminoses e que parecem, muitas vezes, ser resultado da ausência ou precariedade de serviços de infra-estrutura.

O acesso aos serviços de saúde é através do atendimento e distribuição de remédios no posto de saúde e pelo Programa de Saúde da Família. Na maioria das comunidades visitadas, existe a ação de agentes de saúde trabalhando na prevenção de doenças comuns assim como nas campanhas de vacinação contra a dengue, a malária e a doença de chagas. Geralmente, o atendimento médico nos postos de saúde é realizado de uma a duas vezes por semana e alguns postos de saúde têm auxiliar de enfermagem. Entretanto, é comum que os postos só abram uma vez por semana quando ocorrem as consultas médicas. O acesso aos atendimentos de urgência e consultas especializadas, por ocorrerem somente nas sedes municipais, são dificultados pela falta de transporte ou pelo custo desse deslocamento.

Na área da educação, as escolas com séries iniciais geralmente ficam dentro das comunidades ou fazendas da região. O problema começa quando é preciso freqüentar as escolas de 5º a 8º série e ensino médio. Geralmente, essas escolas estão localizadas em alguns distritos ou somente na sede dos municípios, ficando a longas distâncias de muitos moradores. O transporte escolar não raramente chega aos núcleos, mas nem sempre é suficiente para a demanda existente. Além disso, esse transporte de estudantes fica, muitas vezes, a mercê de disputas e trocas de governo nos períodos de eleição. É o caso de lugares onde o governo municipal, em final de mandato, cortou o transporte escolar por falta de pagamento prejudicando o acesso de crianças e jovens à escola.

No que se refere aos aspectos positivos de viver no lugar, os moradores entrevistados destacam sentimentos como tranquilidade, sossego e boa relação com vizinhos como sendo elementos comuns que conformam uma imagem positiva do lugar.

A seguir focalizamos as comunidades que estão localizadas na área de influência direta do Empreendimento e que, apesar de suas similaridades com aquelas da área de influência indireta, devem

ser observadas em separado para que seja possível uma identificação e caracterização geral da área de influência direta.

Identificação e localização de comunidades na AID

Além da caracterização geral das comunidades visitadas ao longo do traçado do Gasoduto Cacimbas-Catu, é importante destacar aquelas localidades que estão na área de influência direta do empreendimento. Nesse tópico, além de apresentar e caracterizar as comunidades localizadas na área de influência direta, ainda buscamos mapear as percepções desses moradores quanto à sua vivência próxima ao duto.

Inicialmente, foi realizado levantamento das comunidades e aglomerações significativas (mais de 10 casas contíguas) no raio de 400 metros para cada lado do duto. O levantamento dessas comunidades foi realizado através de visitas ou entrevistas. Aqui, como já comentando, pelo fato dessas comunidades apresentarem entre si uma estrutura e dinâmica socioeconômica muito semelhantes, será feito um relato geral. Para uma localização espacial dessa comunidades consultar o Mapa DE-4450.74-6521-986-BOR-016 e DE-4450.74-6521-986-BOR-17.

Na faixa do duto, notadamente nos trechos Cacimbas-Fazenda Cedro e Itabuna-Nazaré, trecho que o Gasoduto Cacimbas-Catu irá utilizar-se da área de servidão já existente, não ocorrem nucleações dessa natureza. Porém, na denominada área não edificante, ocorre a presença de sedes de fazenda, às vezes compostas por dez ou mais edificações e também é comum a presença de casas isoladas próximas ao traçado (Fotos 5.218 e 5.219).



Foto 5.218- Comunidade de Barra Seca em Linhares-ES. Ao centro da foto, traçado do duto, onde é visualizado os marcos e as casas próximas (Km:39 + 000). Foto BOURSCHEID



Foto 5.219- Casa isolada, junto ao marco de sinalização da faixa de domínio no município de Jaguaripe (Km 790 + 004). Foto BOURSCHEID

Na AID (400 metros para cada lado do traçado), conforme é apresentada na Tabela 5.167, foram identificadas 37 nucleações significativas, que estão totalmente ou parcialmente inseridas na AID. Dessas localidades, 20 estão em trechos de faixa de duto existente (do Km 12 +00 até Km 42 + 984 e do Km 570 + 510 até o Km 819 + 375) e as 17 restantes estão localizadas em trechos sem duto.

Tabela 5.167- Nucleações ou Comunidades na Área de Influência Direta

Km do duto	Comunidade	Município	Foto no mapa
12 + 000	Degredo/Fazenda Bela Vista	Linhares	1 e 2
39+000	Barra Seca	Linhares	3, 4
39 + 654	Residências/Barra Seca	Linhares	3, 4
40 + 870	Pousada da Lua	Linhares	5
42+984	Urussuquara/Pousada Urussuquara	São Mateus	6, 7
161+547	31 de Março	Mucuri	9
296 + 920	Bairro Liberdade	Itamaraju	11
514 + 140	Madereira e Residências	Arataca	
515 + 140	Comunidade Vaquejada (Aruri)	Arataca	15
528+ 000	Comunidade	Jussari	
555 + 735	Itamaracá	Itabuna	17, 18

Km do duto	Comunidade	Município	Foto no mapa
565 + 290	Bairro Nova Ferrada	Itabuna	
566 + 660	Bairro Ferrada	Itabuna	
570 + 510	Bairro Ilha Verde	Itabuna	19
573 + 450	Comunidade do “ Lixão”	Itabuna	20
602 + 715	Pimenteira	Ilhéus	21
605 + 370	Residências /Comunidade	Ilhéus	
654 + 020	Tapirama	Itagibá	22, 23
660 + 600	Canoa Virada	Itagibá	
670 + 420	Comunidade	Ipiaú	
674 + 155	Residências	Ipiaú	
675 + 690	Fazenda Reunidas Thiara	Ipiaú	24, 25
682 + 860	Fazenda Oitero Bonito	Ibirataia	
704 + 870	Fazenda Pedra Branca	Nova Ibiá	
707+ 215	Comunidade	Nova Ibiá	
742 + 420	Tanque Grande	Teolândia	26
793 + 780	Comunidade Riachão	Jaguaripe	27
819 + 375	Comunidade Água Preta	Muniz Ferreira	28
843 + 735	Residências	Maragogipe	
853 + 075	Comunidade Pitanga Molhada/Distrito de Coqueiro	Maragogipe	
869 + 240	Comunidade Terra Vermelha	Cachoeira	
874 + 950	Hotel Fazenda Rial	Cachoeira	
873 + 120	Povoado Ladeira Padre Inácio	Cachoeira	
881 + 830	Comunidade da Pitanguinha	Santo Amaro	
889 + 680	Comunidade da Pedra	Santo Amaro	
896 + 530	Comunidade	Santo Amaro	
912 + 510	Comunidade	São Francisco do Passé	

Enquanto Degredo, Barra Seca e Urussuquara estão localizadas nos municípios de Linhares e São Mateus, no Espírito Santo, as outras comunidades identificadas encontram-se no Estado da Bahia, assim divididas: comunidades de Itamaraju e Mucuri na região do extremo sul, comunidades de

Arataca, Jussari, Itabuna, Ilhéus, Itagiba, Ipiaú, Ibirataia, Nova Ibiá e Teolândia na região do litoral sul; comunidades de Jaguaripe, Muniz Ferreira, Maragogipe, Cachoeira e Santo Amaro na região do recôncavo sul; e comunidade de São Francisco do Passe na região do litoral norte.

Em geral, essas comunidades pertencem à área rural dos municípios, desenvolvendo atividades de pesca, agricultura e pecuária. Entretanto, existem aquelas comunidades ou distritos que estão em área chamada peri-urbana ou mesmo em área urbana como, por exemplo, o bairro de Ferradas no município de Itabuna.

No tocante às relações de trabalho, predomina o trabalho temporário com atividades que são características da área rural, como a pesca, a cultura de subsistência e o trabalho nas fazendas com agricultura ou pecuária. Isso não significa que a fonte de renda da população proceda somente do trabalho rural. Existem moradores, em áreas peri-urbanas ou urbanas, que tem como fonte de renda o trabalho na prefeitura, em fábricas de celulose, no plantio de eucaliptos, usinas de álcool ou açúcar, no comércio ou nos serviços de pedreiro e encanador entre outros. Na comunidade 31 de Março, por exemplo, localizada as margens da BR-101, apesar de predominar o trabalho temporário nas plantações de coco e de eucalipto das fazendas próximas, existem algumas pessoas que trabalham nas fábricas de celulose ou em firmas que terceirizam o plantio do eucalipto. A aposentadoria também aparece como uma fonte de renda para o sustento das famílias, já que o trabalho temporário não permite uma renda mensal fixa para o trabalhador.

Os serviços de educação e saúde podem ser caracterizados de forma geral para estas comunidades, já que existe um certo padrão de atendimento. Geralmente o que ocorre em relação à educação é a existência de escolas dentro das comunidades ou de fazendas próximas a elas. Estas escolas, na maior parte, atendem somente as séries iniciais, reunindo a população das comunidades e filhos de funcionários das fazendas próximas. Em alguns casos, o ciclo do ensino fundamental não ocorre integralmente na localidade. O ensino do ciclo médio (2º grau), para as comunidades localizadas fora da área urbana, com exceção da comunidade 31 de Março, está disponível ou no distrito mais próximo ou somente nas sedes dos municípios. Nesses casos, o acesso a escola é feito através do transporte escolar (foto 5.220), ou através de outros meios de locomoção.



Foto 5.220- Transporte escolar- Comunidade de Degredo/Linhares-ES. Foto BOURSCHEID

Foram identificadas quatro escolas na AID: Escola da Comunidade de Tanque Grande, Canoa Virada (Foto 5.221) Escola Municipal Durval L. da Silva, em Nova Ibiá e a Escola do Povoado, localizada no povoado Ladeira Padre Inácio, no município de Cachoeira.



Foto 5.221- Escola localizada na Comunidade de Canoa Virada. Foto BOURSCHEID

Uma característica, nesses casos, como ilustra a Foto 5.222, é a ausência de sinalização indicando escolas, postos de saúde e igrejas na área de influência direta e indireta do gasoduto.



Foto 5.222- Escola na Comunidade de Sapé (AII) Lado esquerdo canto superior: Igreja e escola da comunidade. Foto BOURSCHEID

Quanto aos serviços de saúde, a maior parte das comunidades visitadas é atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF) e seus agentes de saúde. Quando existem postos de saúde na própria localidade o atendimento médico ocorre semanalmente ou quinzenalmente. O acesso a hospitais e atendimento de urgência é dificultado pela distância e pelo custo do transporte. A situação parece melhor no caso das comunidades maiores como, por exemplo, a Comunidade 31 de Março, localizada nas margens da BR-101 no município de Mucuri na Bahia. Esta comunidade tem um Posto de Saúde no local (Foto 5.223) com atendimento médico pelo menos 1 vez por semana e linhas de ônibus que levam para a cidade, facilitando o acesso a serviços de saúde, comércio e outros na sede do município ou em outros municípios da região.



Foto 5.223- Posto de Saúde e Posto Policial na Comunidade de 31 de Março, município de Mucuri/BA. Foto BOURSCHEID

As comunidades identificadas, na área de AID são de fácil acesso por estarem localizadas nas margens da BR-101, das rodovias estaduais asfaltadas ou estradas secundárias, não asfaltadas, mas em boas condições de rodagem.

Nessa mesma situação, estão os pontos isolados que foram identificados no decorrer do trecho e que estão na área de influência direta. Todos aqueles locais que não apresentam uma nucleação com mais de dez casas contíguas foram considerados pontos isolados. Estes pontos podem ser sedes de fazenda, casas de funcionários das fazendas, sítios ou casas de moradores da região e estão localizados na área rural dos municípios que integram a área de influência indireta do Gasoduto Cacimbas-Catu. Ainda é importante destacar que foram identificados pontos isolados em que as casas estão localizadas na beira da faixa de servidão, com distâncias inferiores a 20m entre a casa e o marco de sinalização.

Percepções dos moradores quanto ao gasoduto

Ressalta-se que a construção do gasoduto Cacimba-Catu será realizada em trecho com duto existente e trecho de faixa nova, o que configura duas realidades distintas de percepção por parte da população.

No trecho onde já existe duto instalado algumas questões foram focalizadas com o intuito de identificar as percepções dos moradores em relação ao empreendimento já existente, o grau de informações dos moradores quanto aos procedimentos de segurança que devem ser adotados e possíveis resistências ou receios em viver próximos de gasodutos. Além disso, também se buscou resgatar a memória que as pessoas tinham em relação ao período de construção do empreendimento. O objetivo foi identificar a percepção dos moradores em relação à obra anterior no que se refere: a) as relações estabelecidas entre moradores e funcionários; b) alterações positivas ou negativas na rotina dos moradores e nas suas relações cotidianas; c) possíveis problemas decorrentes do período de construção e instalação do duto. Nessa situação, encontram-se as populações que vivem no trecho Cacimbas-Cedro, no Espírito Santo e no trecho Itabuna-Nazaré, na Bahia.

Nos trechos sem existência de duto os entrevistados, na sua maioria, desconhecem o que seria um gasoduto. Por outro lado, é comum nos municípios situados na região capixaba a presença de poços de petróleo, movimentação de caminhões e funcionários da Petrobrás. Desse modo, constatou-se que a instalação de um gasoduto parece ser vista como mais uma obra na região integrando-se a uma realidade onde a presença de indústrias do petróleo está incorporada ao cotidiano desses moradores.

A percepção dos moradores que vivem próximos da faixa do duto e que acompanharam a construção deste é importante para buscar mapear a ocorrência de problemas durante o período de construção do empreendimento, focalizando na relação moradores e funcionários da obra. Também cabe relatar o grau de informações dos moradores quanto aos procedimentos de segurança em relação ao duto e suas percepções quanto a residir próximo a um gasoduto.

Nessas comunidades é possível identificar alguns elementos comuns na percepção que os moradores têm em relação ao duto e a época de sua construção.

Inicialmente, é interessante destacar que, quando perguntados sobre a situação de residir próximo à faixa de duto existente, a maior parte dos entrevistados demonstrou ter conhecimento sobre os procedimentos de segurança a serem adotados. Porém, observou-se que o conhecimento evidenciado pelos entrevistados resulta, por vezes, de ações recentes de sinalização adequada da faixa e programas de educação ambiental. A ausência, até poucos meses atrás, de sinalização em alguns trechos da faixa do ORSUB, resultava inclusive no desconhecimento sobre a localização da faixa. Essa situação passou a ser modificada após colocação das marcações ou piquetes indicando os limites da faixa. A partir disso é que os moradores foram informados dos procedimentos de segurança e de localização da faixa de duto existente. Estes conhecimentos resultam de treinamentos ou palestras realizadas nas comunidades e escolas da região, bem como através de conversas com técnicos da Transpetro.

Muito embora grande parte das pessoas tenha conhecimento sobre os procedimentos e cuidados básicos a serem tomados, ocorrem manifestações isoladas que indicam o receio em residir muito próximo à faixa de dutos. No contexto das manifestações (momento das entrevistas) fica evidenciado que essas possuem um caráter individual sem constituir-se em um problema coletivo.

Quanto à vivência, relacionada ao período de construção do duto existente, é importante destacar alguns elementos que apareceram durante as entrevistas com moradores. Quase sempre é destacada a ausência de problemas ou complicações no período de construção do duto, tanto no que se refere a relação com os funcionários da obra como em relação ao pagamento de indenizações por parte do empreendedor. A boa relação, com os funcionários da obra, também ficou evidenciada durante as entrevistas. Entretanto, apareceram alguns casos de reclamações quanto a estragos nas propriedades decorrentes da obra ou da colocação dos piquetes e que não foram reparados. Essas reclamações referem-se a estragos em ponte e perfuração de cano de água.

A movimentação de máquinas, caminhões e circulação de pessoas estranhas à comunidade no período de construção do duto não foram percebidas como incômodo para os moradores. Essa situação é vista

como positiva porque traz consigo a idéia de movimento e novidade alterando, rotinas, na visão dos entrevistados, de forma positiva.

Quanto a identificação de ruídos, registrou-se um caso em que o morador se referiu ao aumento de poluição sonora e de risco de atropelamento de crianças pela passagem diária de caminhões, em uma “estrada” interna a Fazenda Córrego Grande (São Mateus – ES). Esses caminhões se deslocam para os poços de petróleo instalados nas proximidades.

Em relação ao aproveitamento da mão de obra disponível nos locais, foi citada a contratação de pessoas das localidades, como vigias (segurança patrimonial) para as máquinas e equipamentos no turno da noite, quando os funcionários do canteiro de obra deslocavam-se para os alojamentos fixados nos distritos e sedes próximas. Também ocorreram referências à contratação de mão de obra local para trabalhar nos canteiros de obra.

Estas informações sobre a vivência próxima ao duto e a memória dos moradores em relação à obra anterior nos auxiliaram na identificação dos possíveis impactos decorrentes da implantação e operação do Gasoduto Cacimbas-Catu.

II.5.3.2- Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Introdução

O presente ESTUDO tem por finalidade apresentar o diagnóstico do potencial arqueológico na área prevista para implantação do Gasoduto Cacimbas - Catu, e a avaliação da viabilidade de execução desse empreendimento.

O objetivo da pesquisa arqueológica nessa fase do licenciamento ambiental é verificar o potencial de ocorrência de vestígios arqueológicos nas áreas afetadas pela implantação do empreendimento, propondo um programa de prospecção a ser realizado com a continuidade do projeto, e em caso de identificação de sítios arqueológicos, efetuar seu registro e propor as medidas cabíveis.

Esse trabalho foi realizado de acordo com a Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nº 230/2002, que normatiza o conteúdo a ser apresentado em cada fase da pesquisa arqueológica vinculada a Licenciamento Ambiental.

Aspectos legais

Os sítios arqueológicos são Patrimônio da União e sua proteção é estendida mesmo aqueles ainda desconhecidos. A proteção aos sítios arqueológicos está estabelecida na Lei Nº 3924, de 26/07/1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos pré-históricos e históricos assegurando a sua preservação:

“São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sarnambis e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.” (artigo 3)

Esta lei, em seu artigo 5, impõe pena aos infratores em caso de deteriorização desse acervo arqueológico:

“qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2 desta lei, será considerado crime contra o patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com as leis penais.”

O levantamento arqueológico prévio a empreendimentos geradores de impacto ambiental está previsto na Resolução CONAMA Nº 001, de 23/01/1986, que insere esse tema dentre os estudos mínimos a serem apresentados.

A garantia de proteção ao patrimônio arqueológico está prevista na Constituição Federal de 1988, Capítulo II, artigo 23, inciso III, dispndo sobre o papel de Estados e Municípios na proteção dos:

“documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;”

A Lei do Meio Ambiente, Nº 9605, de 30/03/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Em seu capítulo III, seção IV artigos 62, 63, 64 e 65, são especificadas as sanções no caso de destruição, conspurgação e pichação de bens culturais. O artigo 65 também especifica no caso de bem de interesse arqueológico:

“Art. 65 - Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.

Parágrafo único: Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de seis meses a uma ano de detenção, e multa.”

A Portaria SPHAN nº 07, de 01/12/88, atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estipula critérios para a regulamentação da pesquisa arqueológica no Brasil. Com a Portaria nº 230, de 17/12/2002, o IPHAN estabelece a pesquisa arqueológica necessária em cada fase do processo de licenciamento ambiental. Nessas portarias fica estabelecida a necessidade de obtenção de autorização prévia para realização de pesquisas arqueológicas.

Segundo a Portaria 230, para a obtenção da Licença Prévia – LP, deve ser realizado o Diagnóstico Arqueológico, quando é efetuado o levantamento de dados secundários e um levantamento de campo, visando identificar as áreas com maior potencial arqueológico, subsidiando o projeto para aprofundamento dos estudos na fase seguinte.

Na fase de obtenção da Licença de Instalação, a pesquisa arqueológica deve aprofundar o levantamento de campo nos locais potencialmente lesivos ao patrimônio, segundo as diretrizes propostas na fase anterior. Identificados os sítios arqueológicos, caso existente, deve ser elaborado o Programa de Resgate a ser implantado na próxima fase.

E por fim, para a obtenção de Licença de Operação - LO, deve ser executado o Resgate Arqueológico, com a escavação dos sítios afetados. Ressalta-se que as etapas acima são correlacionadas e sequenciais. Esta mesma Portaria também prevê a responsabilidade do empreendedor na realização de Programas de Educação Patrimonial, as análises de laboratório do material coletado e sua guarda, seja através de instituições existentes ou com a criação de núcleos museológicos locais, onde deverá permanecer o material oriundo de projetos de Salvamento Arqueológico.

A proteção aos sítios arqueológicos também está prevista na legislação estadual do Espírito Santo. A Lei Nº 2947/1974 define o Patrimônio Histórico e Artístico do Espírito Santo, complementada pela Lei Nº 4625/1992. A Lei Nº 3624/1983 insere os sítios arqueológicos como área de interesse especial e turístico. A Lei Nº 4126/1988 dispõe sobre a política estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluindo sítios arqueológicos como áreas de uso regulamentado. Finalmente, a Lei Nº 7058/2002 considera infração promover obra ou atividade em área protegida por lei sem licença, incluindo entre eles os sítios arqueológicos.

Do ponto de vista legal, todos os sítios arqueológicos, independente do estado de conservação de cada um, têm a mesma importância histórica e cultural. Qualquer valoração atribuída, portanto, não tem

validade sob esta perspectiva. Contudo, faz-se a utilização de alguns critérios de avaliação no sentido da operacionalização dos Estudos Ambientais\Patrimônio Arqueológico.

Instituições relacionadas ao patrimônio histórico-cultural

As ações de preservação do patrimônio histórico e cultural continuam vivamente atreladas a instituições públicas, porém ações privadas têm sido percebidas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o órgão responsável pelo registro e proteção dos bens considerados patrimônio da União, entre eles os sítios arqueológicos. O Ministério da Cultura, com a Lei Federal de Incentivo à Cultura (8313/91, Lei Rouanet), têm estimulado a participação de empresas privadas em ações culturais, dentre elas a preservação do patrimônio.

As Secretarias de Cultura dos Estados da Bahia e Espírito Santo possuem órgãos responsáveis pelas ações de preservação de seu acervo cultural. O Governo do Estado da Bahia possui um Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA, onde projetos culturais aprovados ficam aptos a captar recursos junto a contribuintes do ICMS, gozando de benefícios previstos na Lei nº 7015/96. No Espírito Santo, está em estudo criação de lei semelhante.

Além de estímulos a outros parceiros, as secretarias estaduais procuram cumprir um preceito básico nas ações de preservação, que é o de manter um inventário de seus bens históricos e culturais. Na Bahia, o “Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia” (1996) é um trabalho de vulto, com o cadastramento de monumentos e sítios de interesse histórico e cultural. No Espírito Santo, o Conselho Estadual de Cultura (CEC) está atualmente em fase de reformulação, sendo criado um órgão específico para o patrimônio histórico. O CEC possui diversos bens tombados em seu cadastro, divulgados em publicação (Achiamé, 1991). As Secretarias Municipais também têm se envolvido nas ações de preservação com a criação de leis específicas, assim como o tombamento de bens históricos.

Com esses estímulos, cada vez mais empresas têm se envolvido em ações culturais e de preservação. Na área em estudo, destacam-se as ações da Petrobrás, que através do Programa Petrobrás Cultural têm apoiado diversos projetos nos municípios abordados. A Aracruz Celulose também destina recursos a projetos dessa natureza, com treinamentos de educação ambiental e patrimonial voltados a seus funcionários e parceiros, além de projetos de identificação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e de comunidades tradicionais nas regiões em que está presente.